

Universidade Federal Fluminense
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Programa de Pós-Graduação em História Social

A África nas narrativas de Luis de Cadamosto e Diogo Gomes de Sintra

Relatos europeus sobre o continente durante o século XV

Joyce Richelle Barcellos Fernandes

Niterói

2017

A África nas narrativas de Luis de Cadamosto e Diogo Gomes de Sintra

Relatos europeus sobre o continente durante o século XV

Joyce Richelle Barcellos Fernandes

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Departamento de História, da Universidade Federal Fluminense, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em História Social.

Orientador: Professor Doutor Alexandre Vieira Ribeiro

Niterói

2017

Ficha Catalográfica

F363 Fernandes, Joyce Richelli Barcellos.

A África nas narrativas de Luis de Cadamosto e de Diogo Gomes de Sintra. Relatos europeus sobre o continente durante o século XV / Joyce Richelli Barcellos Fernandes. – 2017.
131 f. ; il.

Orientador: Alexandre Vieira Ribeiro.

Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense. Instituto de História, 2017.

Bibliografia: f. 126-131.

1. História de Portugal. 2. Viagem marítima. 3. África. 4. Relato de viagem. I. Ribeiro, Alexandre Vieira. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de História. III. Título.

Folha de aprovação

A África nas narrativas de Luis de Cadamosto e Diogo Gomes de Sintra

Relatos europeus sobre o continente durante o século XV

Joyce Richelle Barcellos Fernandes

Aprovada em ____/____/____

Professor Doutor Alexandre Vieira Ribeiro (Orientador)

Professora Doutora Mônica Lima e Souza (Membro titular)

Professor Doutor Alexander Lemos de Almeida Gebara (Membro titular)

Professor Doutora Marina Annie Martine Berthet Ribeiro (Suplente)

Agradecimentos

Agradeço ao meu orientador por acreditar em meu trabalho, pois sem a ajuda dele não seria possível. Durante o curso de mestrado, passei por muitas dificuldades e ele sempre esteve ao meu lado, me dando força e me passando confiança. Das muitas vezes que tentei desistir do projeto, ele me fazia repensar em todo o caminho que percorri até entrar no curso, sempre com muita paciência e cuidado comigo. Muitas foram as “sessões de terapia” que aconteceram na sala da universidade para que eu não abrisse mão do meu sonho de realizar esta pesquisa.

Agradeço aos professores que participaram da banca de qualificação, Mônica Lima e Alexander Gebara, por terem aceitado meu convite e por todas as contribuições para este trabalho. Busquei responder a todas as solicitações e aproveitar ao máximo as dicas dadas por eles.

Agradeço aos professores das disciplinas que cursei ao longo do curso, professor Alexander Gebara, Maria Verónica Secreto, Jonis Freire e Marcelo Bittencourt por acreditarem em mim e por me darem tanta força para dar continuidade à pesquisa. As leituras indicadas por eles acrescentaram em muito o meu trabalho.

Agradeço aos amigos, professores e (para sempre) queridos orientadores, Cecília Silva Guimarães e Ricardo César Rocha da Costa por me ajudarem a entrar no curso de mestrado, me orientando, corrigindo meu projeto e me indicando leituras para que esta pesquisa fosse possível. Nunca esquecerei o que eles fizeram e ainda fazem por mim.

Também agradeço a minha amiga Lara Jogaib, futura doutora em História, por todas as correções de textos, pelas noites sem dormir, pelas palavras de incentivo e por sempre acreditar no meu potencial.

Agradeço aos amigos mestrandos Caio Sérgio, Luísa Cotrim e Carolina Cabral pelas risadas, pelas tardes e passeios que fizemos juntos, pelas “xerox” emprestadas e por todo o carinho que eles me deram ao longo do curso.

Por fim, agradeço muitíssimo ao meu namorado, amigo e companheiro Raphael Abieri que, esteve ao meu lado, me dando força, acreditando no meu potencial para realizar este trabalho. Sem ele, certamente, não teria finalizado esta pesquisa. Muitas foram às noites sem dormir, as tardes de choro e os “não vou conseguir” que ele presenciou. Também o agradeço pelas leituras e dicas, pelos finais de semana dentro de casa e, principalmente, por toda compreensão.

Também agradeço aos meus pais pelo carinho, força e por todas as palavras de incentivo que me deram ao longo do curso. Agradeço, principalmente, por todo amor que sempre me deram e que ainda dão. Amo vocês.

Resumo

A África nas narrativas de Luis de Cadamosto e Diogo Gomes de Sintra

Relatos europeus sobre o continente durante o século XV

Em meados do século XV, os portugueses conquistaram a cidade de Ceuta, no norte da África. Após tal conquista, iniciaram as viagens de desbravamento das terras e dos povos africanos, estabelecendo contatos e trocas comerciais. Nesse sentido, muitos foram os homens que acompanharam as viagens de expansão comandadas pelo infante D. Henrique, príncipe português. Muitos relatos de viajantes foram produzidos ao longo desse século, fornecendo importantes fontes históricas sobre a África, seus povos e a expansão portuguesa. Sendo assim, o presente estudo analisa duas dessas obras, a de Luis de Cadamosto e a de Diogo Gomes de Sintra, servindo como complemento para a historiografia sobre o tema.

Palavras-chave: Expansão portuguesa; África; Literatura de viagem.

Abstract

Africa in the narratives of Luis de Cadamosto and Diogo Gomes de Sintra

European accounts of the continent during the 15th century

In the middle of the fifteenth century, the Portuguese conquered the city of Ceuta, in North Africa. After this conquest, they began the voyages of clearing the lands and the African peoples, establishing contacts and commercial exchanges. In this sense, many were the men who accompanied the trips of expansion commanded by the infant D. Henrique, Portuguese prince. Many traveler accounts have been produced throughout this century, providing important historical sources about Africa, its peoples, and Portuguese expansion. So, the present study analyzes two of these works, that of Luis de Cadamosto and that of Diogo Gomes de Sintra, serving as a complement to the historiography on the subject.

Keywords: Portuguese expansion; Africa; Travel literature.

Sumário

Introdução.....	11
-----------------	----

Capítulo 1:

Contexto histórico: Portugal e a expansão marítima ao continente africano no século XV.....	19
O pioneirismo português.....	20
As viagens de expansão ao continente africano.....	22
Os objetivos das viagens de expansão à África.....	23
Características das viagens de expansão.....	30
O papel dos africanos nas relações comerciais.....	31
Povoamento do arquipélago de Cabo Verde.....	40
Considerações finais.....	47

Capítulo 2:

Diários de viagens como fonte histórica: Análise dos relatos de Luis de Cadamosto e Diogo Gomes de Sintra.....	49
A teoria do sigilo.....	52
A publicação dos relatos de viagem na Europa.....	54
O papel do viajante e suas fontes.....	57

O exotismo presente nos relatos.....	60
Luis de Cadamosto e Diogo Gomes de Sintra.....	64
Considerações finais.....	78

Capítulo 3:

Os relatos de Diogo Gomes de Sintra e de Luis de Cadamosto.....	81
A busca pelo ouro africano.....	82
As estratégias das primeiras viagens.....	85
Os relatos.....	91
Os chamados Turgimãos.....	95
Continuando as viagens de desbravamento do território africano.....	99
A busca dos viajantes pelo ouro africano.....	102
Os perigos africanos.....	104
O arquipélago de Cabo Verde nos relatos.....	105
As últimas páginas das obras dos viajantes.....	108
A imagem dos africanos construída em séculos posteriores.....	115
Considerações finais.....	121
Conclusão.....	123
Bibliografia.....	126

Lista das Figuras

Figura 1: A Senegâmbia e a Alta Guiné.....	36
Figura 2: Localização de Cabo Verde.....	42
Figura 3: Arquipélago de Cabo Verde.....	43
Figura 4: Localização da Ilha de Arguim.....	87
Figura 5: Localização dos Jalofos.....	101
Figura 6: Localização do rio grande ou rio Geba.....	109
Figura 7: Localização do rio Gâmbia.....	111

Introdução

As viagens de expansão ultramarina portuguesa ao continente africano no século XV atraíram muitos colaboradores estrangeiros. Marinheiros, comerciantes, funcionários de companhias comerciais ou de coroas europeias partiram junto às expedições portuguesas comandadas pelo infante D. Henrique (1394-1460) com destino as terras africanas que, até então, eram desconhecidas pela Europa.¹

Em virtude da circulação desses estrangeiros no território africano, houve uma quantidade significativa de relatos de viagens sendo produzidos ao longo do período. Esse tipo de literatura foi ganhando espaço na Europa e percorreram vários outros lugares do continente. Muitas obras foram consideradas fontes preciosas que, como tal, mereceram cuidados e um maior controle por parte da Coroa portuguesa. Algumas serviram como documentos náuticos que acabaram auxiliando nas viagens de exploração posteriores.

Durante esse período, as primeiras notícias que chegavam para a população europeia eram as informadas pelos africanos contatados. O modo de vida, os tipos de governos e as formas políticas eram sabidas pelos europeus através do diálogo estabelecido com as diversas etnias africanas.²

Nesse contexto, o presente trabalho pretende ressaltar a importância desses materiais como fontes de pesquisas sobre a História da África e seus povos no século XV e sobre a história da expansão ultramarina portuguesa ao continente africano, como os recentes estudos já vêm demonstrando.

¹ Até o início do século XV, os europeus conheciam apenas a costa mediterrânea, o Egito, o Saara e o norte da costa ocidental, até os arquipélagos atlânticos. SOARES, Mariza de Carvalho. A “Ethiopia de Guiné”. In: *Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro*, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 39.

² MOTA, Thiago Henrique. *A outra cor de Mafamede. Aspectos do islamismo da Guiné em três narrativas luso-africanas (1594-1625)*. 2014. 281 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – UFF, Rio de Janeiro, 2014, p. 63.

De fato, sabemos que há ainda uma escassez de fontes escritas para a História da África durante o período do presente estudo. Nesse sentido, as literaturas de viagens ajudam a complementar uma parte da historiografia sobre o tema. Além disso, os relatos de viajantes fornecem dados da tradição oral que são de suma importância. O “ouvir falar, dizer dos povos locais” aparecem nas obras dos viajantes europeus do século XV de maneira abundante.³ A cultura oral aparece de modo significativo nessas produções.

Nesse sentido, através de duas importantes obras de viajantes europeus, o veneziano Luis de Cadamosto e do português Diogo Gomes de Sintra, em viagens que ocorreram entre os anos de 1455 e 1460, sobre as regiões da Guiné, Senegal, Gâmbia e o arquipélago de Cabo Verde, pretendemos apresentar uma nova visão sobre tais fontes que venham a contribuir ainda mais para a historiografia.

Sabemos que, esse tipo de narrativa tem grande utilidade para estudos de diversas áreas do conhecimento sobre o tema, já que através delas é possível encontrar informações sobre a vida, os costumes, o comércio, as relações sociais, econômicas e políticas dos povos africanos, entre outras.

Objetiva-se também apresentar ao leitor a quantidade de informações neles presentes que podem ser utilizadas para estudos mais aprofundados sobre os próprios povos africanos contatados e sua participação ativa nas negociações comerciais com os portugueses. Há um leque grandioso de possibilidades nesse sentido. Sendo assim, focalizaremos nos africanos e sua postura frente aos europeus a fim de colaborar com os estudos contemporâneos sobre a África e suas diversas etnias.

Sobre o tema da expansão portuguesa, o autor Luiz Thomaz nos chama a atenção para dois aspectos importantes: ou tais viagens se apresentavam como um fenômeno múltiplo nas suas origens e em sua própria natureza ou elas se mostravam

³ Não podemos esquecer os relatos muçulmanos que complementam a historiografia sobre a História da África em períodos bem anteriores ao do presente trabalho.

como um fenômeno uno, fruto das mesmas raízes e produto das mesmas pulsões, ainda que estas sejam diversificadas em suas manifestações.⁴

Além disso, é interessante observarmos a diversidade de objetivos, métodos e modelos encontrados nos documentos a respeito das viagens de expansão marítima ao continente africano. Buscaremos expor, mesmo que rapidamente, os motivos que levaram Portugal a ser o primeiro país europeu a se lançar nas Grandes Navegações, tendo em vista que, o estado português no século XV, não era considerado uma nação vanguarda da Europa.

Segundo Thomaz, Portugal era um estado que não aderiu às novidades europeias com tanto frescor e facilidade. Segundo ele, a nação portuguesa “sempre fora o último rincão da Península a acolher as inovações”.⁵ E ainda complementa dizendo que,

Portugal fora o último canto da Ibéria a resistir às águias de Roma, o último a deixar-se incorporar na monarquia visigótica, o último a receber o rito galo-romano e a escrita carolina, o último a receber o estilo gótico, os títulos de nobreza e o cômputo dos anos pela era do nascimento de Cristo.⁶

Ou seja, estamos falando de uma região na qual fica claro não ser o país mais rico e desenvolvido da Europa. Apesar das mansões reais, dos mosteiros e das casas senhoriais, percebemos em Portugal uma pequenez e rudeza quando comparada às mansões e aos castelos franceses e italianos. Sabemos que no século XV, Portugal vivia

⁴ THOMAZ, Luís. Expansão portuguesa e expansão europeia – reflexões em torno da gênese dos descobrimentos. In: *De Ceuta a Timor*. Lisboa: DIFE, 1994, p. 3.

⁵ *Ibid.*, p. 4.

⁶ *Ibid.*, *loc. cit.*

sob uma difícil conjuntura social e econômica, sendo um país remoto e ao mesmo tempo pobre, necessitado de muitas carências.⁷

Sendo assim, para realizar o presente estudo, foram escolhidas as edições que se encontram no Real Gabinete Português de Leitura, localizado no Centro do Rio de Janeiro.⁸ O relato de Luis de Cadamosto, *Viagens de Luis Cadamosto e de Pedro de Sintra*, foi publicado pela Academia Portuguesa de História, em 1988, contém 208 páginas e abrange as duas viagens do veneziano, além da segunda parte conter o relato de viagem de Pedro de Sintra. Esta foi uma edição comemorativa do V centenário do Descobrimento da Guiné, elaborada e publicada a expensas do ministério das colónias.⁹

A obra está dividida em quatro partes, incluindo o Prefácio, escrito pelo acadêmico Damião Peres e as abreviaturas empregadas nas anotações. Na Parte I, consta o texto original do veneziano em italiano; a Parte II traz o relato do jovem mercador traduzido para o português, onde são encontradas a primeira, a segunda e a viagem de Pedro de Sintra; na Parte III encontramos as notas históricas, escritas também por Peres; e na Parte IV, podemos encontrar o índice onomástico e a colocação das estampas.¹⁰

Já a obra de Diogo Gomes de Sintra, *Descobrimento primeiro da Guiné* (Obras clássicas da literatura portuguesa; 160), foi publicado pelas Edições Colibri, Literatura Medieval, contém 179 páginas e encontra-se também à venda em sites de internet fora do Brasil, trazendo uma edição crítica de Aires A. Nascimento, com introdução

⁷ “Por certo que a pobreza de muitas regiões alimentou ao longo dos séculos a colonização das ilhas e do Brasil e, provavelmente, também a expansão no Oriente, o que se põe em dúvida é que, tenha sido esse o motor essencial e a causa do arranque da empresa (...)”. Ibid., p. 5.

⁸ O Real Gabinete Português de Leitura encontra-se na Rua Luís de Camões, número 30, no Centro do Rio de Janeiro.

⁹ Tal descrição consta na primeira página da obra, publicada em 1988.

¹⁰ Tanto a Parte II quanto a Parte III trazem as viagens de Cadamosto e de Pedro de Sintra divididas em três títulos: Primeira viagem de Luís de Cadamosto, Segunda viagem de Luís de Cadamosto e Viagem de Pedro de Sintra. Além disso, o relato segue corrido, não há divisão entre os textos.

histórica de Henrique Pinto Rema. Tal publicação é bem recente e trata-se do ano de 2002.¹¹

Além do índice, a obra de Gomes também está dividida em quatro partes, porém as mesmas são subdivididas em diversos capítulos. Tais partes são denominadas de Introdução e Estudo Preliminar¹², Introdução Histórica¹³, Texto Latino¹⁴ e Tradução Portuguesa¹⁵. O relato do português tem apenas 31 páginas, sendo constituída por 32 capítulos. Além do mais, a edição traz notas e comentários: notas ao texto latino e notas à tradução/comentário.

Ambas as fontes trazem uma linguagem bastante informal e o acesso a tais documentos é bem simples. As duas obras por serem recentes estão em ótimo estado. O texto de Cadamosto tem o formato de um diário comum, corrido, escrito por um jovem contando a jornada de uma viagem a lugares desconhecidos. Sua escrita é simples, às vezes, o autor se utiliza de termos cômicos e irônicos para demonstrar aspectos divergentes da sua realidade europeia.

Já a obra de Gomes tem um formato diferente. Seu texto está separado por títulos e subtítulos que definem as regiões visitadas e os contatos com seus respectivos povos. Sua linguagem, apesar de informal, traz um discurso um pouco mais rebuscado

¹¹ Acredita-se que a obra de Sintra foi elaborada entre 1499-1502. MOTA, *op. cit.*, 2014, p. 62.

¹² Na Introdução e no Estudo Preliminar encontramos: 1. Uma nova edição de Diogo Gomes de Sintra; 2. Problemas de autoria: Diogo Gomes, Martim Behaim, Valentim Fernandes; 3. Intervenções de Valentim Fernandes; A importância da obra; e 5. Critérios de edição.

¹³ Na Introdução Histórica podemos encontrar: 1. Intervenientes no “Descobrimento Primeiro da Guiné”; 2. Conteúdo do “Descobrimento primeiro da Guiné; 3. A historiografia na época de Diogo Gomes; 4. Descobrimento do arquipélago de Cabo Verde; 5. Personalidades contemporâneas do autor; 6. Humanismo dos agentes dos descobrimentos; 7. O meio ambiente social e religioso.

¹⁴ No Texto Latino encontramos: I. De prima inuentione Guinee; II. De insulis primo inuentis in Mari Oceano Occidentis. Et primo de insulis Fortunatis que nunc de Canaria uo cantur: Insula Teneriffe; Insula de Palma; De Insula Seluagem; Insula de Porto Sancto iuxta insulam de Madeyra; De Insula de Madeyra; Quomodo fuit habitata; De inuentione Insularum de Açores; Da primeyra Ylha dos Açores: Sancta Maria; De Insula Sancti Michaelis.

¹⁵ Na tradução portuguesa podemos encontrar: I. Descobrimento primeiro da Guiné; II. Ilhas primeiro descobertas no Mar Oceano do Ocidente – As primeiras das quais foram as ilhas afortunadas que agora se chamam de Canária; Ilha de Tenerife; Ilha de Palma; Ilha Selvagem; Ilha de Porto Santo, próxima da ilha da Madeira; Como passou a ser habitada; Descobrimento das Ilhas dos Açores; Primeira Ilha dos Açores: Santa Maria; Ilha de S. Miguel.

quando comparado ao relato de Cadamosto. No entanto, não chega a ser a mesma linguagem dos relatos de viajantes oficiais da Coroa Portuguesa.

Diante dessa conjuntura, o primeiro capítulo deste trabalho, intitulado “Contexto histórico: Portugal e a expansão marítima ao continente africano no século XV”, apresentaremos o contexto político, econômico e social de Portugal no período anterior às grandes navegações portuguesas, mostrando as principais dificuldades enfrentadas e como o reino veio a se tornar uma grande potência marítima no século XV.

Para abranger essa parte do estudo, utilizaremos uma vasta bibliografia, bem como teses recém defendidas das pesquisadoras Cecília Silva Guimarães, Katiúscia Quirino Barbosa, Amanda Pereira Dias, Kátia Brasilino Michelan, além de trabalhos dos autores Luiz Thomaz, Alberto da Costa e Silva, entre outros. A ideia é exibir trabalhos recentes que discutam o processo de consolidação do estado português na Europa.

Em um segundo momento, apresentaremos os motivos que teriam impulsionado os europeus a insistirem nas terras africanas após a tomada de Ceuta em 1415, sem deixar de registrar a dedicação e a participação direta e indireta do infante nessas viagens. Para isso, utilizaremos textos, principalmente, do historiador português Luis de Albuquerque.

Por último, mostraremos algumas características das viagens no início da expansão ao continente, os principais interesses da Coroa e como se deram os primeiros contatos entre africanos e europeus.

Logo em seguida, no segundo capítulo, intitulado “Diários de viagens como fonte histórica: Análise dos relatos de Luis de Cadamosto e Diogo Gomes de Sintra”, buscaremos entender como os diários dos viajantes que acompanhavam as embarcações portuguesas para a África foram sendo valorizadas e reconhecidas pela própria Coroa ao

longo do período. Procuraremos compreender como esses materiais auxiliavam no planejamento das próximas viagens ao continente, já que traziam informações sobre os povos e as regiões africanas, interessando cada vez mais o estado português.

Uma definição a respeito desse tipo de narrativa será feita logo no início, a fim de mostrar ao leitor que tipo de fonte se pretende analisar no presente estudo. Procuraremos, principalmente, apresentar as polêmicas em torno das chamadas políticas de sigilo que mantinham os assuntos régios confidenciais, mesmo com a colaboração de homens vindos de todos os lugares da Europa. Buscaremos exhibir as especulações sobre as obras desses mesmos homens, através da visão de alguns autores que, poderiam colocar em dúvida a veracidade das informações nelas contidas.

Para isso, utilizaremos os trabalhos de Letícia Cristina Fonseca Destro, Brenda Xisto, Camila Fernanda de Souza, Beatriz Carvalho dos Santos e Joaquim Veríssimo Serrão, tentando apresentar suas visões sobre o assunto.

Além disso, faremos neste capítulo uma breve apresentação dos dois viajantes escolhidos e seus respectivos relatos, o do italiano Luis de Cadamosto, *Viagens de Luis Cadamosto e de Pedro de Sintra*¹⁶ e o do português Diogo Gomes de Sintra, *Descobrimento Primeiro da Guiné*,¹⁷ escritos entre 1460 e 1470, sobre as já mencionadas regiões da África.

Já no terceiro capítulo da dissertação, intitulado “Os relatos de Diogo Gomes de Sintra e de Luis de Cadamosto” analisaremos as obras dos dois europeus, mostrando as principais informações ali contidas sobre os povos africanos e as regiões com as quais estes tiveram contato. Também procuraremos discutir a “imparcialidade” do jovem Cadamosto em relação às descrições sobre as diversas etnias presentes no continente

¹⁶ CADAMOSTO, Luis de. *Viagens de Luis Cadamosto e de Pedro de Sintra*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1988.

¹⁷ SINTRA, Diogo Gomes de. *Descobrimento primeiro da Guiné*. (Obras clássicas da literatura portuguesa; 160). Edições Colibri. Literatura Medieval. Edição crítica de Aires A. Nascimento. Introdução histórica de Henrique Pinto Rema. Lisboa, Junho de 2002.

africano e, ao mesmo tempo, apresentaremos as detalhadas negociações comerciais relatadas por Gomes.

Por fim, realizaremos uma comparação entre os diários de viagens em relação à maneira como estes se referem às regiões que conheceram e aos povos encontrados, percebendo nos discursos de ambos as principais semelhanças e diferenças apresentadas, a fim de mostrar como a imagem do negro africano costumava ser retratada nas narrativas no século XV. Partindo deste ponto, apresentaremos uma discussão em torno do conceito de raça com o intuito de verificar se ele se encontra nas produções dos viajantes do período em questão.

Com isso, finalizaremos o capítulo mostrando ao leitor a riqueza de informações trazidas nas fontes estudadas, ainda que estas tragam uma perspectiva eurocêntrica quando fazem comparações com a realidade vivida na Europa ou, até mesmo, quando se utilizam de termos pejorativos. A contribuição desse tipo de literatura, como já está comprovado, é extremamente importante, não só por nos auxiliar na construção da história dos povos africanos do século XV, mas também para termos uma noção das formas de pensar desses homens no contexto da expansão portuguesa. Sobretudo, procuraremos mostrar que, através dessas obras é possível encontrar características das sociedades africanas de suma importância em diversos aspectos.

Capítulo 1 - Contexto histórico: Portugal e a expansão marítima ao continente africano no século XV

Até a segunda metade do século XIV, Portugal vivia uma difícil conjuntura interna com a escassez dos seus principais alimentos de subsistência e a carência de rendimentos necessários para o desenvolvimento do estado. Por sua vez, a população pobre ainda passava por fortes ameaças de surtos de peste bubônica que se alastravam por todo o reino, e um número expressivo de indivíduos deixava o campo e os principais setores agrícolas, submergindo ainda mais a economia portuguesa¹⁸. Por outro lado, setores da nobreza lutavam para não entrar em decadência e pôr fim aos privilégios que, até então, eram fornecidos e legitimados pela Coroa¹⁹.

Quando, em 1383, o último soberano da Dinastia de Borgonha, D. Fernando, morreu, o trono foi assumido por seu irmão bastardo, D. João. Mestre da Ordem de Cavalaria de Avis, ele não só assumiu o trono real, mas também iniciou um novo período histórico em Portugal, com a ascensão da dinastia de Avis²⁰.

Nesse período, ascendeu uma classe de comerciantes de uma burguesia que conseguiu, como resultado da revolução portuguesa de 1383, ocupar um lugar nos conselhos e que, durante algum tempo, teve seus interesses atendidos pelos príncipes da dinastia de Avis. Quanto aos nobres, apesar de terem seus rendimentos enfraquecidos

¹⁸ “Os descobrimentos”. In: História de Portugal. Disponível em: <<http://www.historiadeportugal.info/osdescobrimetos/>> Acesso em: 04 mar. 2014.

¹⁹ GUIMARÃES, Cecília Silva. *Produtora de Açúcar e Armazém de Escravos: Mercados e Política na ilha de São Tomé*. 2010. 134 f. Dissertação (Mestrado em História das Instituições) – UNIRIO, Rio de Janeiro, 2010, p. 20.

²⁰ Com a morte de d. Fernando, sua esposa, a rainha d. Leonor Teles quer passar o trono para sua filha Beatriz, casada com o rei de Castella. Muitos nobres e burgueses são contra essa ideia, e por isso unem-se a d. João para que ele assuma o trono português. FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: GLOBAL, 2006, p. 118.

pela queda da população portuguesa, acabaram se recuperando de maneira vigorosa ao longo do século XV.²¹

Assim, D. João precisou reorganizar as estruturas do reino a partir de concepções capazes de legitimar a própria dinastia no poder. Foi necessário reafirmar uma ideologia calcada nos valores portugueses, baseados na propagação da fé cristã e, sobretudo, na honra cavaleiresca.²² De fato, essa alteração na linhagem de uma monarquia que já durava cerca de 200 anos trouxe para o estado português mudanças políticas e jurídicas significativas que, sem dúvida, ajudaram a construir uma nova história para Portugal.

O pioneirismo português

No início do século XV, Portugal se tornou a maior potência marítima entre os reinos europeus. Nesse sentido, os debates em torno de quais seriam os motivos para sua reorganização econômica e social, além de seu pioneirismo no período das grandes navegações, sem deixar de mencionar sua ascensão como Império, nos leva a crer que a forte centralização política-administrativa estabelecida e exercida pela monarquia de Avis, além da sua capacidade de governar de acordo com os interesses da burguesia, foi um dos pontos mais influentes nesta questão.

Sabemos que, nesse período, havia uma necessidade de estabelecer contatos com novos mercados consumidores graças ao crescimento acelerado da burguesia, que via no processo de expansão de territórios uma grande possibilidade de aumento dos lucros.

²¹ M^o BOKOLO, Elikia. Nascimento e expansão do tráfico europeu. In: *A África Negra: História e Civilizações até ao Século XVIII*. Bahia: Editora EDUFBA, 2009, p. 259.

²² BARBOSA, Katiúscia Quirino. *A imagem do cavaleiro ideal em Avis à época de D. Duarte e D. Afonso V (1433-1481)*. 2010. 160 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – UFF, Niterói, 2010, p. 11.

Além disso, membros dos setores da nobreza acreditavam que através das viagens de expansão manteriam seus privilégios, já que o reino português concentraria mais poder nas mãos do rei que, por sua vez, financiaria o luxo e as regalias de tal classe. O aumento do poder do Estado português se dava através das esperadas riquezas encontradas em outros territórios, como terras produtivas, ouro ou até mesmo mão de obra.

A ausência de guerras no território português também foi um fator bastante relevante, já que, assim, Portugal pôde focar no processo de expansão, enquanto os outros reinos se ocupavam com os conflitos do período²³. Desta forma, o reino português alcançou a estabilidade política e a paz interna - fatores que favoreceram o florescimento e o crescimento da burguesia comercial. Essas condições foram fundamentais para colocar em prática a política de expansão marítima, destinando recursos para as grandes navegações.

Segundo o historiador português Jaime Cortesão, Portugal ainda gozava de uma localização geográfica privilegiada na Península Ibérica. Grande parte do seu território voltada para o oceano Atlântico facilitava sua relação com o mar, no sentido de que isso proporcionava à população portuguesa aptidões econômicas e conhecimentos relacionados com a pesca e o comércio marítimo.

²³ Nos séculos V e VI, a maior parte das terras da Península Ibérica era ocupada por romanos e germanos já convertidos ao cristianismo. Entretanto, a partir do século VIII, iniciaram-se as invasões dos muçulmanos, vindos do norte da África para converter os “infieis” ao Islamismo e ocupar os territórios cristãos. Tal prática perdurou até o início do século IX, quando a Igreja cristã que, ainda permanecia com seu espaço respeitado, resolveu reconquistar os territórios dominados por muçulmanos. Tal período ficou conhecido como a “Reconquista”. DIAS, Amanda Pereira. *As relações entre Cristãos e Muçulmanos na Península Ibérica: Perspectivas e práticas da Igreja Ibérica a partir da análise da Crônica Profética do Pseudo-Ezequiel* (Século IX). 2010. 143 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, p. 91.

Ao mesmo tempo, Lisboa era um importante entreposto entre as repúblicas italianas; a cidade de Sevilha; e a região de Flandres²⁴. Logo, sua posição geográfica, juntamente com as condições sociais e políticas favoráveis, permitiram ao reino português se projetar como potência marítima.

As viagens de expansão ao continente africano

As viagens de expansão marítima portuguesa ao continente africano iniciaram no século XV, com a tomada da cidade de Ceuta, no norte do Marrocos²⁵. Centenas de embarcações e muitos marinheiros portugueses partiram rumo à praça marroquina, localizada entre o Mediterrâneo e o Atlântico, com o intuito de ocupar a cidade dominada por árabes e controlar suas principais rotas de comércio²⁶. Assim, passou a ser estabelecido um contato regular com o mundo muçulmano.²⁷

Segundo M' Bokolo, Portugal estava interessado na cidade marroquina, por conta dos seus produtos, como o trigo, o açúcar e o ouro. Este sendo o principal motivador para as viagens de longa distância ao continente.²⁸ Já Thomaz, defende a conquista de Ceuta como um importante entreposto comercial, visto que conferia à navegação pelo Estreito de Gilbratar e as pescas em todo o Golfo das Éguas com maior segurança.

²⁴ MICHELAN, Kátia Brasilino. *Ceuta, para além da terra dos mouros: A fabricação histórica de um marco do império português* (século XV e início do XVI). 2013. 232 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2013, p. 14.

²⁵ Muitos estudiosos do século XX marcam a tomada da cidade de Ceuta como o ato inaugural da expansão marítima e o início do império português. *Ibid.*, p. 11.

²⁶ A tomada da cidade de Ceuta representava uma importância significativa, não só por ser um ponto estratégico na passagem dos produtos orientais vindos da Índia e que passavam pelas rotas caravaneiras do Saara, mas também por ser um importante produtor de trigo. *Ibid.*, pp. 12-13.

²⁷ SOARES, Mariza de Carvalho. A “Ethiopia de Guiné”. In: *Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 39.

²⁸ M' BOKOLO, *op. cit.*, 2009, p. 259.

Além disso, para o autor, Ceuta representava também uma posse cristã importante, visto que se não fossem os cristãos, seriam os mouros a ocupar a cidade marroquina.²⁹ Segundo ele, as investigações históricas demonstram que, por volta do século XV, a cidade de Ceuta estava com um grande “défice cerealífero”, ou seja, não havia trigo para ser explorado e que a cidade era abastecida pelo pão do Reino, da Ilha da Madeira, da Andaluzia, do Marrocos Atlântico e até da região de Flandres.³⁰ Logo, suas ideias se contrapõem as opiniões defendidas por M’ Bokolo.

Por conta de tal conquista, vimos uma nobreza bastante entusiasmada com a chegada dos portugueses na região da parte norte do continente africano, enquanto que a classe burguesa mercadora demonstrava-se desinteressada e desmotivada com tal região.³¹ Isso se dava, justamente, porque essa conquista dava uma nova oportunidade aos nobres, como cargos públicos, possibilidades de enriquecimento, principalmente, pela pilhagem (atividade muito comum durante a atual conjuntura da época) e premiações concedidas pelo próprio rei.³²

Os objetivos das viagens de expansão à África

Após a conquista de Ceuta, a Coroa portuguesa resolveu investir em terras africanas que, até então, eram desconhecidas pela Europa. A concepção que os europeus tinham sobre a África e suas riquezas mudou, justamente, a partir da conquista da cidade marroquina, pois havia um grande interesse na participação do rico comércio

²⁹ THOMAZ, Luís. Expansão portuguesa e expansão europeia – reflexões em torno da génese dos descobrimentos. In: *De Ceuta a Timor*. Lisboa: DIFE, 1994, p. 24.

³⁰ *Ibid.*, pp. 24-25.

³¹ Aqui falamos basicamente de uma nobreza militar. *Ibid.*, pp. 25-26.

³² *Ibid.*, p. 28.

caravaneiro do Saara. O sal, o ouro, o marfim, os escravos e a pimenta malagueta muito interessavam aos portugueses.³³

Sabemos que, já na primeira metade do século XV, os negros africanos estavam sendo levados para o continente europeu com o intuito de viverem como escravos. Segundo M' Bokolo, há registros importantes de carregamento de escravos negros desembarcando em Portugal por volta de 1443 e 1444.³⁴

Dando continuidade as viagens de “desbravamento” da África, não sabemos os motivos que levaram o infante D. Henrique, quinto filho de D. João I, a insistir no plano de ultrapassar o Cabo Bojador³⁵, mas as discussões historiográficas circulam entre motivações de caráter econômico, religioso e até mesmo pela curiosidade de estar num lugar onde ninguém havia estado.

Segundo consta no relato do cronista oficial da Coroa portuguesa deste período, Gomes de Eanes de Zurara,³⁶ o infante e suas navegações armadas viajavam com o objetivo de converter o maior número possível de infiéis e desvendar lugares que até então eram desconhecidos pelo mundo. Nesse sentido, o cronista ainda afirma que havia uma busca prioritária por portos cristãos, por serem mais seguros e até mesmo mais lucrativos do ponto de vista comercial³⁷.

³³ Nessa época, Zurara descreve pela primeira vez a região da Costa da Guiné como a “terra dos negros” ou “terras de Guiné”. RIBEIRO, Francisco Aimara Carvalho. *No rastro do viajante: Cabo Verde e a Senegâmbia no Tratado Breve, de André Álvares de Almada (1550-1625)*. 2016. 180 f. Dissertação (Doutorado em História Social) – UFF, Rio de Janeiro, 2016, p.18.

³⁴ M' BOKOLO, *op. cit.*, 2009, p. 258.

³⁵ No século XV, o Cabo Bojador era conhecido como o Cabo do Medo, pois ali havia uma forte corrente de ventos que deixavam o mar agitado que, por sua vez, impediam os navios de navegarem mais ao sul da costa africana. Para o africanista John Thornton, nenhum navegante poderia ignorar as correntes de ventos que havia no oceano Atlântico. Após várias tentativas ordenadas pelo infante D. Henrique, os portugueses conseguiram fazer a ultrapassagem do mesmo, em 1434, sob o comando de Gil Eanes. THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico (1400-1800)*. Rio de Janeiro: Campus, 2003, p. 55.

³⁶ Gomes de Eanes de Zurara tornou-se cronista-mor da Coroa Portuguesa em 1448, em substituição a Fernão Lopes. SOARES, *op. cit.* 2000, p. 43.

³⁷ O relato de Gomes de Eanes de Zurara, intitulado *Crônica do Descobrimento e da Conquista da Guiné*, é uma das obras mais exploradas pela historiografia da expansão. Através dela são reconstruídos momentos importantes quanto às navegações portuguesas pela costa africana até 1447. Seu relato descreve não só a vida do infante d. Henrique, enaltecendo-o, mas também nos mostra quais teriam sido

Além disso, o historiador Luis de Albuquerque chegou à conclusão de que os portugueses também tinham a intenção de atingir o Reino de Preste João, conhecido desde o fim da Idade Média como um reino cristianizado, que, por sua vez, poderia se transformar em um importante aliado cristão na tentativa de conter o poder islâmico no norte do continente africano³⁸.

A ideia de uma aliança com o Reino de Preste João, localizado na Etiópia cristã, já vinha sendo cogitada desde o início do século XIV, mais precisamente em 1309, pelo veneziano Marino Sanudo. Do mesmo modo, o rei Henrique IV da Inglaterra tentou mandar em 1400 uma embaixada ao continente, mas não obteve êxito.³⁹

No entanto, Cortesão acreditava que D. Henrique tinha sim a intenção de alargar a religião cristã no continente africano e, com isso, combater o maior número possível de inimigos, ou seja, os muçulmanos⁴⁰. Entretanto, é importante mencionar que são poucas as indicações que demonstram um firme interesse do infante em “levar diretamente sua religião aos gentios na África”. Ao que tudo indica, sua ideia era preparar alguns homens dessas populações em Portugal e, depois, relançá-los “junto aos seus iguais”.

Dessa forma, o cristianismo atingiria um número expressivo de fiéis num menor espaço de tempo. Como afirma Albuquerque “[...] certamente nunca lhe tivesse passado

os objetivos dos portugueses no início das viagens. CORREA, Sílvio Marcus de Souza. “A imagem do negro no relato de viagem de Alvise Cadamosto (1455-1456)”. Politeia: História e Sociedade. UESB: Vitória da Conquista, 2002. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/view/157>> Acesso em: 20 maio 2012, p. 100.

³⁸ Como afirma o historiador Luis de Albuquerque, desde os últimos séculos da Idade Média, o reino do Preste João ou Etiópia, tinha a sua sede na Índia inferior, que se iniciava para além do Nilo. Seus territórios estendiam-se até o Atlântico, onde se situava a Etiópia ocidental. Segundo ele, há provas cartográficas sobre a existência e localização do mesmo. Naquele momento, o cristianismo se via ameaçado com a expansão do Islamismo no norte do continente africano, e o tal reino poderia ser uma solução para contê-lo. ALBUQUERQUE, Luis de. Navegações além do Cabo Bojador no tempo do infante d. Henrique: o seu objetivo. In: ALBUQUERQUE, Luis de. (dir.). *Portugal no Mundo*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989, pp. 137-148.

³⁹ THOMAZ, *op. cit.*, 1994, p. 9.

⁴⁰ GUIMARÃES, *op. cit.*, 2010, p. 19.

pela cabeça mandar grupos de sacerdotes portugueses, devidamente apetrechados, para doutrinaremos os berberes e os negros no princípio do cristianismo”.⁴¹

Os pretextos religiosos sempre estiveram presentes nos debates sobre as viagens de expansão ultramarina portuguesa. O cristianismo acabou por constituir uma base ideológica muito forte, totalmente vinculada às questões políticas e jurídicas nos contatos estabelecidos entre portugueses e africanos no século XV.

A historiadora Maria do Rosário Pimentel, por exemplo, defende a ideia de que a religião articulou os desejos de estabelecer novos mercados e novas rotas de mercadorias e, principalmente, utilizou como justificativa legal a exploração de infiéis como mão-de-obra escrava⁴².

Para o historiador britânico Charles R. Boxer, as motivações de caráter religioso estão muito presentes nas viagens de expansão, como também defende o cronista Zurara e outros estudiosos sobre o assunto. Contudo, elas não são suficientes para explicar a insistência no desbravamento das terras africanas pelos portugueses no século XV.

O espírito de cruzada era fortíssimo em Portugal que queria manter sua vitalidade na Península. O processo de Reconquista ainda estava incompleto e a imagem de um estado cristão forte deveria ser perpetuada, pois ela era elemento extremamente relevante.

Para Boxer, os diversos fatores que justificam os interesses dos europeus pelo continente são principalmente econômicos, estratégicos e políticos. E ainda nos chama a atenção para um debate mais antigo na historiografia sobre o tema: a busca pelas especiarias orientais como um dos motivos primordiais para a expansão marítima

⁴¹ ALBUQUERQUE, *op. cit.*, 1989, p. 148.

⁴² PIMENTEL, 2007, p. 299 *apud* GUIMARÃES, *op. cit.*, 2010, pp. 22-23.

portuguesa em direção à África⁴³. No entanto, Boxer defende que a procura pelo caminho até as Índias ficou mais evidente após as viagens a Guiné organizada pelo infante D. Henrique.

Do mesmo modo, Thomaz, além de destacar a busca pela rota marítima para a Índia como o principal objetivo das viagens de expansão, nos atenta para as necessidades econômicas da sociedade portuguesa no século XV, como já mencionado, as novas rotas de comércio que precisavam ser estabelecidas e a sobrevivência de uma nobreza legitimada com os privilégios concedidos pelo Estado⁴⁴.

Entre os séculos XII e XIV, Portugal procurou desenvolver sua marinha e seu comércio marítimo, no qual o autor chama de “período da primeira dinastia”. Os contatos estabelecidos entre os portugueses e os árabes durante esse período, acarretaram em importantes investimentos nos saberes astronômico e de navegação, como a utilização da bússola e a carta de portulano.⁴⁵ Tal encontro que o autor define como “feliz”, deu a Portugal posse de navios, de pessoal acostumado com o mar e de técnicas e instrumentos adequados às navegações de longa distância.

No entanto, como já foi comprovado pela historiografia, entre todos os interesses do infante D. Henrique nas viagens ao continente africano destacam-se as motivações econômicas, o que acaba deixando todas as outras num segundo plano. A maioria dos historiadores defende a ideia de que os europeus do século XV já tinham conhecimento sobre a existência de ouro em terras africanas.

Sabemos que, neste período, os portugueses conheciam apenas a parte norte da África, através dos relatos de viajantes que circulavam por estas terras e pelos

⁴³ Segundo Boxer, o plano de chegar às Índias seria uma das motivações para o expansionismo marítimo português ao continente africano. Porém, isso fica mais evidente após as viagens até a Guiné, ou seja, após as viagens organizadas pelo infante d. Henrique. BOXER, 2002, pp. 33-34 *apud* GUIMARÃES, *op. cit.*, 2010, p. 20.

⁴⁴ THOMAZ, 1994, pp. 43-44 *apud* GUIMARÃES, *op. cit.*, 2010, p. 20.

⁴⁵ THOMAZ, *op. cit.*, 1994, p. 6.

comerciantes que participavam das rotas comerciais, principalmente pelo Saara e Guiné, levando produtos interessantes a Coroa portuguesa até os portos europeus⁴⁶.

Logo, mesmo que o cronista Zurara descarte a possibilidade de conhecimento sobre as fontes de metais no continente africano no início do século XV e que ainda afirme que se não fosse D. Henrique, interessado em aumentar o número de fiéis pelo mundo, nenhum outro navegante ou mercador se interessaria em ultrapassar o Cabo Bojador, já que estes só se interessavam pelo que era reconhecidamente lucrativo⁴⁷. Tal afirmação diverge totalmente das releituras trazidas pelos historiadores contemporâneos, como é o caso, por exemplo, do pesquisador português Vitorino Magalhães Godinho e suas pesquisas no século XX.

Godinho acredita que os mercadores do século XV já sabiam sobre a existência de ouro e outros produtos lucrativos nas terras africanas e nos oferece, como exemplo, o caso dos irmãos italianos Vivaldi. Estes saíram da Europa com a intenção estabelecer relações com o comércio praticado no continente africano ainda no século XIII⁴⁸. Segundo M' Bokolo, os irmãos teriam desaparecido por volta de 1291, durante suas viagens à costa ocidental da África.⁴⁹

Para Thomaz, a aventura na qual o autor define como fracassada era mais que esperada tendo em vista o tipo de embarcação usada pelos irmãos. As galés eram um tipo de navio completamente inadequado para viagens de longa distância, principalmente, se tratando de um mar como o Atlântico.⁵⁰

Baseado nessas informações, Godinho acredita que ao ordenar suas embarcações à África, D. Henrique já sabia sobre o comércio aurífero no interior do continente e essa

⁴⁶ ALBUQUERQUE, *op. cit.*, 1989, p. 139.

⁴⁷ *Ibid.*, loc. cit.

⁴⁸ THORNTON, *op. cit.*, 2003, p. 68.

⁴⁹ M' BOKOLO, *op. cit.*, 2009, p. 257.

⁵⁰ THOMAZ, *op. cit.*, 1994, p. 7.

era a causa de sua insistência nas terras africanas⁵¹. Isso se dá devido aos inúmeros relatos de viajantes árabes que percorriam o litoral setentrional da África e faziam comércio com os povos litorâneos.

Na incessante procura pelo ouro africano, muitas áreas da África foram ignoradas por Portugal, pois seus habitantes não ofereciam ouro, nem sistemas de comércio para vender escravos ou outros produtos vantajosos. Entretanto, muitos estudiosos sobre o tema afirmam que o infante acreditava desde o início que as viagens ao continente africano trariam lucros a Portugal e que, por isso, ele continuava a seguir com as viagens pelos territórios africanos⁵².

Para o historiador e diplomata Alberto de Veiga Simões eram justamente os interesses comerciais que moviam as viagens ao continente africano. Para ele, após a ocupação árabe nas principais rotas de comércio utilizadas pela Europa⁵³, controlando suas fontes de metais, havia uma classe burguesa “faminta” por novos mercados consumidores a fim de aumentar seus lucros e expandir seu comércio⁵⁴. Portanto, estabelecer contatos com territórios que pudessem oferecer-lhes produtos lucrativos era sim uma alternativa bastante interessante para os portugueses.

De qualquer maneira, os debates acima citados e analisados pelos estudiosos sobre o tema buscam definir quais teriam sido os motivos que moveram as viagens de expansão marítima portuguesa ao continente africano no século XV. Sobretudo, nesse contexto, não podemos deixar de destacar, como defendem muitos pesquisadores, a dedicação e a participação direta e indireta do infante D. Henrique nessas viagens, em que o mesmo se propôs a desvendar as terras até então desconhecidas pela Europa.

⁵¹ ALBUQUERQUE, *op. cit.*, 1989, p. 139.

⁵² *Ibid.*, p. 145.

⁵³ A conquista de Constantinopla pelos turcos otomanos, em 1453, acabou dificultando ainda mais o comércio de especiarias entre a Europa e o Oriente.

⁵⁴ ALBUQUERQUE, 1985, p. 15 *apud* GUIMARÃES, *op. cit.*, 2010, p. 19.

A curiosidade aguçada para conhecer “o novo” também se mostra presente na insistência do infante em ultrapassar o Cabo Bojador e na participação expressiva de colaboradores estrangeiros que o acompanhavam⁵⁵.

Características das viagens de expansão

Sabemos que, a Coroa portuguesa mantinha sob seu controle os navios que saíam da Europa com destino à África. No início, as viagens eram de iniciativa privada, mas, ainda assim deveriam ter o consentimento e a autorização do príncipe, que era o responsável pelas navegações ao longo da costa africana.

Num segundo momento, a Coroa ficou responsável diretamente pelas viagens rumo às terras africanas. O reconhecimento e a exploração da África passaram a pertencer ao Estado português após a morte do infante D. Henrique, em 1460.

Por sua vez, a Coroa parou de financiar as viagens dos navegantes ao continente africano e estas ficaram novamente nas mãos de mercadores privados até 1469,⁵⁶ quando o rei de Portugal concedeu ao mercador Fernão Gomes o monopólio da Guiné por cinco anos, com o pagamento de 200.000 réis e da exploração de cem léguas de costa por ano.⁵⁷ Fernão ficou encarregado dos descobrimentos e acabou enriquecendo, tornando-se nobre e cavaleiro de uma ordem militar.⁵⁸

O pesquisador José Ramos Tinhorão, estudioso sobre o tema da expansão portuguesa ao continente africano no século XV, acredita ter havido em Portugal um conjunto de circunstâncias políticas e econômicas aproveitadas pelo próprio rei a fim de aumentar o número de navios direcionados à África.

⁵⁵ ALBUQUERQUE, *op. cit.*, 1989, pp. 137-148.

⁵⁶ Entre 1469 e 1474, houve o reconhecimento e a exploração da África concedidos ao capitalista Fernão Gomes. M' BOKOLO, *op. cit.*, 2009, p. 258.

⁵⁷ COSTA, 1999, pp. 58-59 *apud* GUIMARÃES, *op. cit.*, 2010, p. 26.

⁵⁸ THOMAZ, *op. cit.*, 1994, p. 13.

Para ele, a Coroa contou com a ajuda de diversos setores da sociedade, uma espécie de “associação solidária” no qual os interesses estavam baseados nos lucros que viessem a ser adquiridos através da expansão. Os comerciantes, principalmente, forneceram-lhes navios armados e prontos a estar em alto mar; os nobres, por sua vez, ofereceram-lhes seus serviços e os custeios das tropas direcionadas ao continente africano; os grandes senhores recrutavam pessoas em seus domínios a fim de partir em busca das terras africanas; e, claro, o Rei mobilizou os recursos necessários para atender os gastos por parte da Coroa⁵⁹.

Sendo assim, as primeiras viagens foram exclusivamente dedicadas ao reconhecimento geográfico dos mares e costas marítimas, onde posteriormente os navegantes recebiam ordens de ir além do que o último navio tinha chegado⁶⁰. Os meios que foram utilizados pelos europeus para chegar ao continente africano foram definidos ao longo das viagens, de acordo com as realidades encontradas pelos navegadores, homens de negócios e pelo próprio infante⁶¹.

O papel dos africanos nas relações comerciais

Como consta na crônica de Zurara, publicada em 1453, logo no início das viagens à África, muitos navios portugueses desembarcavam em lugares propícios para capturar os negros nas regiões costeiras que, surpreendidos, acabavam escravizados.⁶² É

⁵⁹ TINHORÃO, 1988, p. 33 *apud* GUIMARÃES, *op. cit.*, 2010, p. 21.

⁶⁰ ALBUQUERQUE, *op. cit.*, 1989, p. 139.

⁶¹ Como mencionado anteriormente, os portugueses só tinham conhecimento da parte norte do continente e, mesmo assim, não se tinha ideia do tamanho dessa parte já conhecida e ocupada pelos muçulmanos no século XV. No entanto, as viagens de expansão à África acompanhada pelo infante D. Henrique tinham esse caráter de reconhecimento geográfico. Tudo era novo: eles não sabiam exatamente onde estavam, qual o tamanho do continente africano e também não conheciam seus povos. Por isso, os meios que esses europeus utilizaram nas viagens foram definidos e demarcados de acordo com a realidade encontrada. Segundo Albuquerque, não havia um modelo a ser seguido. *Ibid*, pp. 138-139.

⁶² *Ibid.*, p. 140.

importante lembrarmos que, além da fonte nos fornecer informações sobre a prática da captura, ela também nos mostra testemunhos de muitas resistências por parte dos povos sequestrados.⁶³

Um exemplo disso, é a fala do próprio cronista ao dizer que, muitos desses povos sentiram a necessidade de se refugiar mais para o interior do continente, dificultando a aproximação dos portugueses que vinham com o mesmo intuito. Além de fugirem para o interior do continente, muitos desses povos começaram a se organizar, passando a receber os europeus com a mesma hostilidade e violência.⁶⁴

Por conta disso, os portugueses começaram a perceber que suas atitudes também estabeleciam entraves para aqueles que queriam estabelecer relações comerciais com os negros africanos⁶⁵. Segundo M' Bokolo, entre os anos de 1445 e 1448, o príncipe português teria dado a ordem de renunciar à captura de escravos e à guerra contra os africanos.⁶⁶

Ou seja, o próprio infante D. Henrique ordenou aos capitães dos navios que estabelecessem boas relações com os povos africanos com a finalidade de conseguir trocas comerciais vantajosas, marcas tanto dessas viagens para além do Cabo Bojador quanto das futuras negociações⁶⁷.

É importante mencionar que as relações estabelecidas pelos portugueses com as sociedades africanas dependiam muito do êxito ou não para penetrar nas redes de comércio existentes ao longo da costa. Sabemos que, para os europeus se estabelecerem minimamente pelo continente, era preciso autorização dos africanos.

⁶³ M' BOKOLO, *op. cit.*, 2009, p. 262.

⁶⁴ ALBUQUERQUE, *op. cit.*, 1989, p. 140.

⁶⁵ *Ibid.*, p. 141.

⁶⁶ M' BOKOLO, *op. cit.*, 2009, p. 264.

⁶⁷ Como antes mencionado, os portugueses desembarcavam na costa africana para capturar indivíduos africanos no início das viagens de expansão. Por sua vez, esses povos começaram a preparar armadilhas para sequestrar homens brancos europeus a fim de negociar os resgates e trazer seus homens de volta. *Ibid.*, p. 144.

Nessa fase inicial dos contatos, os europeus não exerciam qualquer tipo de dominação sobre os povos da África. Pelo contrário, esses povos sabiam se impor perante aos portugueses nas relações comerciais, nas trocas, no comércio de escravos e de mercadorias e até mesmo na instalação das fortalezas e dos entrepostos portugueses em território africano.

Segundo o estudioso e embaixador Alberto da Costa e Silva, os europeus precisavam da permissão dos africanos para permanecer em uma determinada terra e bastava apenas uma palavra dos reis e aristocratas africanos para ir ou não embora.⁶⁸ Em muitas regiões da Guiné, por exemplo, era comum o chefe não ceder aos portugueses mais do que um pedaço de terra para que eles se estabelecessem, seja uma casa ou até mesmo um depósito.

O embaixador afirma ainda que, o rei africano possuía o controle do seu território e quem nele quisesse entrar, permanecer ou se estabelecer, “[...] o rei cobrava, é bem verdade, pedágio e taxas sobre a entrada, a saída e o comércio das mercadorias”.⁶⁹ O autor não nega em nenhum momento a dependência dos portugueses para adentrar em solo africano.

Na verdade, abstraídas algumas aventuras individuais, eles mordiam apenas a casca da África e gastariam mais de quatro séculos antes de pôr os dentes na sua polpa. Perlongavam a Guiné e, quando adentravam os rios, era como se estes continuassem a linha da costa. Não iam além das aldeias que terminavam as águas. E dependiam, para abastecer-se de ouro,

⁶⁸ SILVA, Alberto da Costa. A Costa do ouro. In: *A manilha e o libambo: A África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Brasil: Editora Nova Fronteira, 2011, p. 209.

⁶⁹ *Ibid.*, p. 213.

escravos, âmbar, marfim, cera ou o que mais fosse – e até de alimentos -, da gente da terra, de seus chefes e reis [...].⁷⁰

Os chefes africanos guineenses não permitiam ao português um solo para plantar com a intenção de mantê-los sempre dependentes da sua comida. Segundo o embaixador, “até mesmo os frutos do mato, que só podiam ser colhidos quando por eles autorizado”. Até mesmo o comércio de escravos era controlado pelos chefes locais.⁷¹

Além do mais, os portugueses tiveram que se adaptar também às condições climáticas e geográficas da região, como por exemplo, os períodos de seca, de chuvas prolongadas, assim como seguir os padrões locais, costeiros e fluviais, já definido pelos africanos quando chegaram. As condições para a exploração foram determinadas de acordo com cada ambiente e etnia.⁷²

Ou seja, tais rotas comerciais, fluviais e caravaneiras já estavam estabelecidas e eram muito utilizadas pelos africanos antes da chegada dos portugueses ao continente.⁷³ As pirogas, almadias e embarcações de pequeno porte estabeleciam comunicação com toda a costa e interior.⁷⁴

Nesse sentido, John Thornton afirma que os africanos desempenharam um papel fundamental no desenvolvimento comercial durante o processo de expansão marítima portuguesa ao continente africano no século XV. Fato este já comprovado pela historiografia sobre tema. Segundo ele, os nativos controlavam várias regiões da África, juntamente com o seu comércio⁷⁵.

⁷⁰ Ibid., p. 215.

⁷¹ SILVA, Alberto da Costa. Os lançados. In: *A manilha e o libambo: A África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Brasil: Editora Nova Fronteira, 2011, p. 240.

⁷² RIBEIRO, *op. cit.*, 2016, pp. 25-26

⁷³ Entre 1100 e 1500, a noz de cola e a pimenta malagueta eram os principais produtos utilizados para exportação, desde a África Ocidental até o Saara. Ibid., p. 43

⁷⁴ Ibid. p. 52.

⁷⁵ THORNTON, *op. cit.*, 2003, p. 84.

Segundo Mariza de Carvalho Soares, um mesmo chefe africano detinha o controle do comércio de várias outras regiões. Pelo Saara, por exemplo, o sal e o ouro extraído das minas de Tegaza era levado à Tombuctu. Desta cidade, chegava ao Mali e só depois era distribuído aos Estados negros. Em troca desses produtos, os reinos negros enviavam a Tombuctu ouro, escravos e marfim, além de pimenta-malagueta, noz-de-cola e âmbar.⁷⁶ Ou seja, os Estados africanos já haviam iniciado o comércio na África muito antes da chegada dos europeus ao continente.

Os portugueses não detinham o controle do comércio e não chegavam às regiões mais para o interior do continente. Todo o contato que estes tinham com os produtos vendidos do interior eram trazidos pelos próprios africanos. Demorou muito para que os portugueses estabelecessem contatos diretos com as redes de comércio longe das regiões costeiras. Os africanos eram seus parceiros nos negócios e não objetos de imposições civilizatórias.⁷⁷

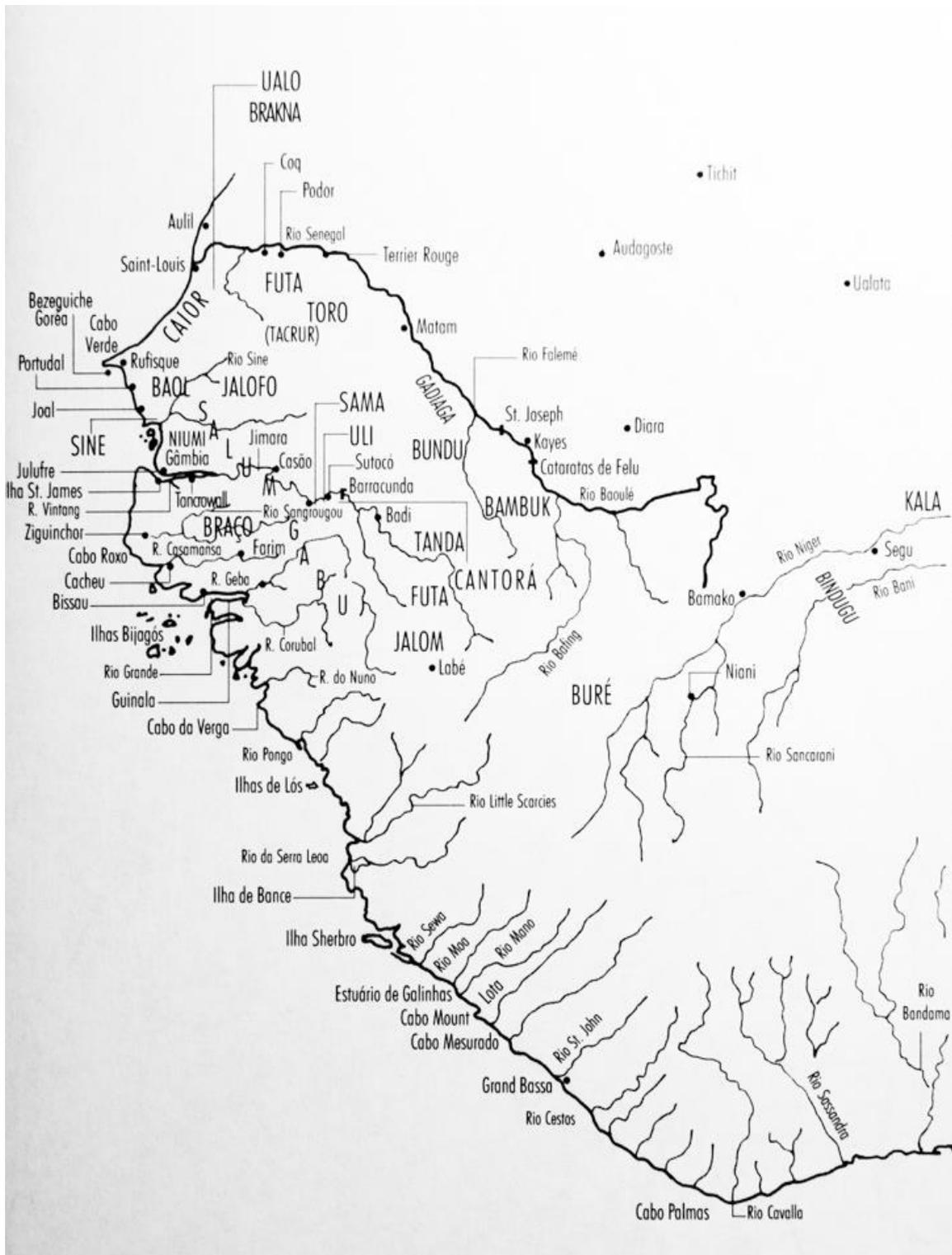
Ou seja, desde o início das viagens, os portugueses aprenderam que para entrar, se estabelecer e conseguir vantagens nas negociações comerciais com os povos africanos era necessário manter uma boa relação com os chefes locais. Sem a boa vontade destes, sem a sua proteção, não haveria a possibilidade de adentrar as regiões costeiras da África.

⁷⁶ SOARES, *op. cit.*, 2000, p. 40.

⁷⁷ RIBEIRO, *op. cit.*, 2016, p. 45.

Figura 1

A Senegâmbia e a Alta Guiné



Fonte: SILVA, Alberto da Costa. *A manilha e o libambo: A África e a escravidão, de 1500 a 1700.*

Brasil: Editora Nova Fronteira, 2011, p. 1057.

Para os reis da Senegâmbia, dos Rios da Guiné e da Costa do Ouro, por exemplo, o rei português era apenas mais um entre tantos outros que existiam no mundo. Eles não se consideravam inferiores a eles. Pelo contrário, os viam como possíveis aliados, tendo em vista seus barcos enormes e suas armas de fogo poderosas.

Pelo o que sabiam de seus barcos e das armas que possuía, muito estimariam em o ter por aliado, sobretudo porque vivia longe, mas reagiram com risadas, se alguém lhes viesse dizer que o rei de Portugal se apregoava “Senhor da Guiné”, pois ali não tinha nem poder nem obediência. Muitos, sobretudo mais adentro do continente, nos sertões, nem sequer sabiam que existisse.⁷⁸

Além do mais, muitos portugueses não só respeitavam os costumes e as regras impostas pelos reis africanos, como também mudavam sua maneira de viver, se portar e ver o mundo. A cultura assimilada do europeu pela cultura africana, por exemplo, fez com que muitos lançados⁷⁹ sacrificassem o seu Deus em prol dos muitos deuses africanos. Segundo Costa e Silva, estes “se deixavam escarificar, e se submeteram aos rituais sagrados”.⁸⁰

⁷⁸ SILVA, *op. cit.*, 2011, p. 242.

⁷⁹ Segundo Alberto da Costa e Silva, lançados eram aqueles “(...) que as caravelas deixaram, por algum tempo ou para sempre, nas praias da África, da Ásia e da América. Alguns ficavam por dever; outros, para cumprir pena de degredo; este, por crime a bordo ou rebeldia; aquele, na esperança de encontrar riquezas, por espírito de aventura, para fugir a um destino que antecipava pior, ou para tirar de cima de si, por ser judeu, uma pele de cristão-novo que o afligia ou incomodava. (...) marinheiros dos barcos que se achegavam ao continente, os funcionários e soldados que guarneciam os fortes e outros que cumpriam missões oficiais.”. *Ibid*, p. 229.

⁸⁰ A palavra “escarificar” significa “fazer cortes superficiais”. Segundo o autor, “talvez por isso tenham recebido, além de “lançado”, um outro nome: o de “tangomau”, “tangomano” ou “tangomão”, palavra de origem incerta, mas que se aplicava, na Serra Leoa do século XVI, a certa linhagem de sacerdotes e curandeiros”. *Ibid*, p. 240.

Do mesmo modo, Ballong-Wen-Mewuda também nos atenta para o papel ativo dos africanos nas atividades comerciais estabelecidas entre eles e os portugueses, afirmando que, “os comerciantes europeus eram por vezes obrigados a obedecer às exigências do mercado africano”⁸¹.

Corroborando com as ideias do autor acima, o embaixador Alberto da Costa e Silva nos traz muitos exemplos da atuação dos africanos em relação às transações comerciais. Segundo ele, até mesmo nas trocas de presentes entre europeus e africanos, estes estavam mostrando aos europeus que era preciso agradá-los para permanecer naquelas terras.

Não pareciam compreender que os presentes que davam ao rei e a toda a escala de comando correspondiam, ainda quando houvesse troca de regalos, a impostos de ancoragem, de cedência e uso da terra, de passagem pelos rios e de autorização para comerciar, bem como a taxas e compensações por serviços já recebidos, contratados ou que poderiam a vir ou não a ser prestados no futuro. Por outro lado, as variações de valor e a falta de regularidade na entrega ou troca de presentes confundiam muitas vezes o estrangeiro e não o deixavam perceber que as dádivas faziam parte de um sistema de tributação e eram até, em certos casos, um sinal claro de que se sujeitava politicamente ao rei quem as oferecia ou permutava.⁸²

É importante sabermos que, a participação dos portugueses no comércio local não desgastou ou sequer retirou os produtos locais de circulação. Segundo Thornton, os

⁸¹ BALLONG-WEN-MEWUDA, 1989, p. 430 *apud* GUIMARÃES, *op. cit.*, 2010, p. 24.

⁸² SILVA, *op. cit.*, 2011, p. 209.

produtos que estavam sendo oferecidos aos povos africanos já eram conhecidos por estes e, muitas das vezes, com uma qualidade muito superior ao dos produtos europeus.⁸³

Para o historiador, o comércio estabelecido entre os povos de diferentes continentes era claramente lucrativo para os africanos. No entanto, ele chama a atenção para as necessidades de um sobre o outro.

Os que dirigiam os dois grupos tinham, no entanto, interesse em acomodar as coisas, em reduzir as diferenças. O rei retirava do comércio a compensação pelos incômodos que lhe causavam o enclave dos bárbaros. E a fortaleza tinha presente que a vida nela se tornaria impossível, se os da terra lhes cortassem a água e os mantimentos. Estava cercada por todos os lados, menos por um e, em caso de guerra com o rei local, só poderia contar com uma imprevisível ajuda da banda do mar. Eram os nativos os que estavam na posição de força. Podiam bloquear os acessos ao atacá-los, tomá-lo e pôr-lhe fogo.⁸⁴

Para o embaixador, um dependia do outro, mas claro que, a desvantagem caía para o lado do europeu por este estar em local estranho ao seu. Em contrapartida, as feitorias construídas nos litorais africanos dificultavam o controle dos reis da África.

As vantagens, para o africano, de ter um entreposto europeu em suas terras diminuía, tão pronto esse se militarizava. O chefe local não mais sabia com precisão e minúcia quais os produtos,

⁸³ THORNTON, *op. cit.*, 2003, pp. 90-91.

⁸⁴ SILVA, *op. cit.*, 2011, p. 213.

e em que quantidade, baixavam dos barcos e ali se armazenavam. Os seus capitães, prepostos e olheiros não mais tinham acesso livre ao espaço murado, onde os hóspedes acumulavam armas. E estas, embora não tivessem por alvo declarado a gente da terra, constituíam sempre uma ameaça em potencial e um travão ao complexo exercício do governo pelas autoridades locais.⁸⁵

Trazendo-nos uma nova maneira de olhar para o papel ativo desses africanos do século XV, a historiadora Maria Emília Madeira dos Santos identifica as dificuldades que os portugueses tiveram, por exemplo, para navegar por vias fluviais em África, onde foi preciso contar com o apoio e o conhecimento dos negros africanos.

Segundo ela, muitas técnicas de navegação africanas foram aproveitadas pelos navios portugueses para navegar “entre os baixios ou cortar as barras dos rios”, como foi o caso da travessia do rio Gâmbia. Tais travessias só foram possíveis com a ajuda dos africanos que possuíam o conhecimento necessário para auxiliar os portugueses a concluir os cruzamentos que, por vezes, passavam por caminhos estreitos e perigosos⁸⁶.

Povoamento do arquipélago de Cabo Verde

Sabemos que, desde os primeiros contatos com a África, D. Henrique e seus homens levaram muitos negros africanos para Portugal a fim de suprir a falta de mão-de-obra agrícola, assim como levaram negros de várias etnias para trabalhar como escravos nas ilhas da Madeira, Açores, São Tomé, Príncipe e Cabo Verde.

⁸⁵ Ibid., pp. 209-210.

⁸⁶ SANTOS, Maria Emília Madeira dos Santos. *Os africanos e o mar: conhecimento e práticas à época da chegada dos portugueses*. São Paulo: Revista do Centro de Estudos Africanos n° 20/21 – USP, 1997/1998, pp. 79-92.

As ilhas de Cabo Verde, por exemplo, começaram a ser povoadas pelos portugueses por volta de 1462. O arquipélago é composto de dez ilhas e alguns ilhotes e, segundo Costa e Silva, havia pouca água quando os portugueses chegaram. Mesmo as mais importantes, como a de Santiago, Santo Antão e Brava, possuíam “poucos ribeirinhos ou riachinhos, que ressecam, finda a curta duração das chuvas”.⁸⁷ Além disso, estas passavam por intensos períodos de seca, sofriam com o ressecamento das plantações e a destruição do pasto por conta da poeira vinda do deserto do Saara.

Contudo, o arquipélago era bastante atrativo ao povoamento por causa de sua localização: de frente para a Guiné. Era o lugar ideal para estabelecer estratégias de comércio, longe das atenções dos reis africanos. A partir disso, os portugueses habitaram a ilha, abrindo um porto em Santiago no qual conseguiam abastecer os navios, cuidar dos seus homens e armazenar a carga.⁸⁸

Sabemos que, os homens que habitaram o arquipélago de Cabo Verde movimentaram a economia atlântica nos séculos posteriores abastecendo os navios de água, mantimentos e, principalmente, de escravos.⁸⁹

Na ilha de Santiago eram explorados produtos como a urzela, corante azul para tingir tecidos, e o sangue-de-drago, utilizado para ajudar na cicatrização de feridas, vendidos, principalmente, na Europa, além do arroz, uva, melão, figo. Também criavam vacas, cabras e cavalos, sendo este um importante produto de troca na África, especialmente destinado ao comércio na Guiné.⁹⁰

⁸⁷ SILVA, *op. cit.*, 2011, p. 231.

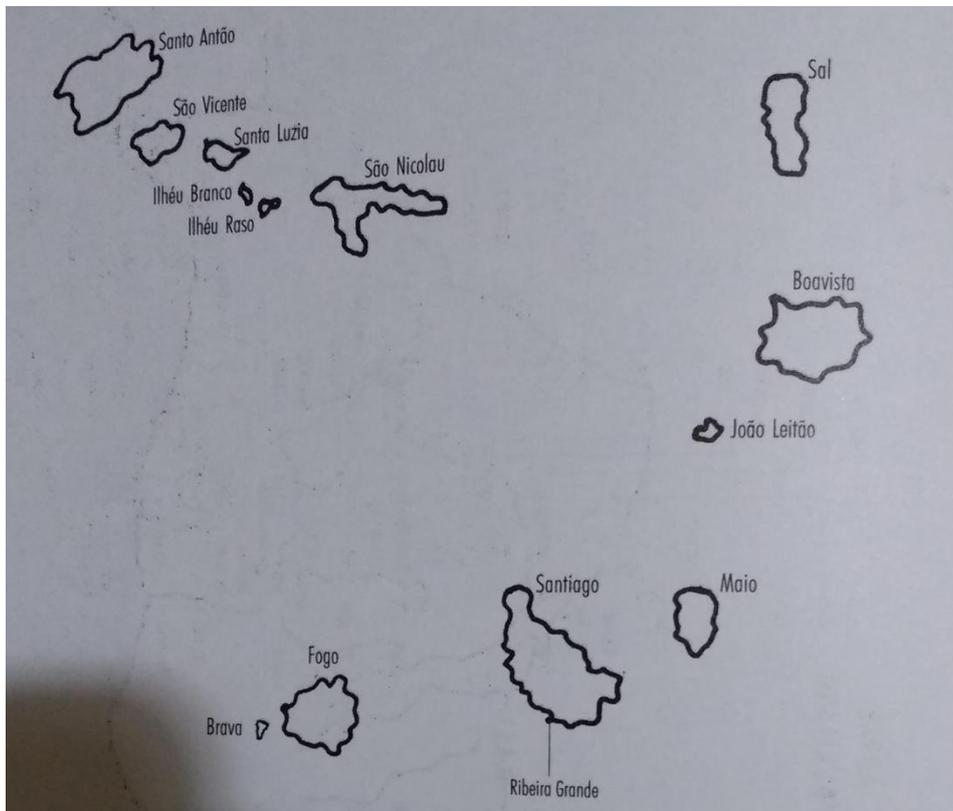
⁸⁸ *Ibid.*, p. 232.

⁸⁹ RIBEIRO, *op. cit.*, 2016, p. 3.

⁹⁰ SILVA, *op. cit.*, 2011, p. 232.

Figura 3

Arquipélago de Cabo Verde



Fonte: SILVA, Alberto da Costa. A Costa do ouro. In: *A manilha e o libambo: A África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Brasil: Editora Nova Fronteira, 2011, p. 1060.

Além do mais, muitos africanos foram para lá levados como escravos de várias regiões africanas. Segundo Costa e Silva, os textos da época não se referem aos habitantes nascidos nas ilhas, reafirmando a ideia de que, quando os portugueses lá chegaram, o arquipélago estava completamente desabitado. Segundo o autor,

Os textos dos Quinhentos não referem habitantes nas ilhas, quando chegaram as caravelas. Sobre a de Santiago,⁹¹ Diogo Gomes é categórico: “nenhum indício de homens vimos ali”. Estavam vazias de gente. Assim também pareceu a Cadamosto, se é que realmente lá esteve e na Boa Vista. Os seus marinheiros, que teriam descido em terra, lá só encontraram uma grande quantidade de pombos, “os quais se deixavam apanhar à mão, não sabendo que coisa fosse o homem”. Se Cadamosto, como asseveram alguns, não descobriu o arquipélago, pôs, contudo, no seu texto o que se considerava, na época, por provado e certo: que as ilhas eram desabitadas.⁹²

Segundo Ribeiro, o fato das ilhas de Cabo Verde estarem vazias quando os portugueses chegaram foi um motivo para que estes implantassem sua soberania e ainda desenvolvessem homens capazes de suprir o comércio nas regiões mais próximas, visto que, havia uma situação política instável nos reinos da costa africana.⁹³

Segundo ele, estabelecer-se no arquipélago era importantíssimo para desenvolver o comércio de escravos, conhecido como “resgate de cativos”.⁹⁴ Desde o início do século XV, o comércio de ouro e o tráfico de escravos estão associados. Segundo Soares, “o primeiro ouro africano a chegar a Portugal, em 1442, é obtido “em resgate” de dois mouros cativos, juntamente com dez escravos negros, e algumas bagatelas, produtos do litoral”.⁹⁵ Entretanto, a justificação teológica europeia via-se presente na lógica portuguesa já nesse período.

⁹¹ A ilha de Santiago é a maior ilha do arquipélago de Cabo Verde e possui os maiores recursos hídricos. RIBEIRO, *op. cit.*, 2016, p. 50.

⁹² SILVA, *op. cit.*, 2011, pp. 230-231.

⁹³ RIBEIRO, *op. cit.*, 2016, p. 49.

⁹⁴ *Ibid.*, loc. cit.

⁹⁵ SOARES, *op. cit.*, 2000, p. 42.

Ainda segundo a autora, “em 1444, os portugueses chegaram a Cantor (no atual Senegal), onde, de acordo com os relatos, começa a “terra dos negros” ou Guiné. Aí são arrebatados as primeiras grandes levas de escravos negros. Por vários anos a empresa africana vive do comércio desses escravos levados regularmente a Lagos, no Algarve, ao sul de Portugal.”⁹⁶

Séculos mais tarde, com o tráfico de escravos estabelecido, sabemos que homens, mulheres e crianças africanas também foram transportados para as Antilhas e para o Brasil⁹⁷.

No entanto, em meados do século XVIII, surgiram novas teorias sobre a povoação das ilhas cabo-verdianas. Segundo Costa e Silva, em 1784, um autor não identificado afirmou que a ilha de Santiago já havia sido povoada por um rei jalofos⁹⁸ e seus acompanhantes antes da chegada dos portugueses.

Do mesmo modo, o autor apresenta o naturalista João da Silva Feijó que, foi ao arquipélago devido a trabalhos de investigação científica, reafirmando a mesma teoria. Para este, a ilha de Santiago era habitada por negros jalofos que fugiram da perseguição dos felupes, deixando a ilha desabitada.⁹⁹

Em 12 de junho de 1466, uma carta régia com o objetivo de estimular o povoamento da ilha de Santiago concedia aos seus moradores uma licença para estabelecer comércio na costa da Guiné. Contudo, era proibida a venda de armas e ferramentas, bem como de navios e seus aparelhos.¹⁰⁰

⁹⁶ Ibid., loc. cit.

⁹⁷ ALBUQUERQUE, *op. cit.*, 1989, p. 144.

⁹⁸ Falaremos sobre o Reino dos Jalofos mais adiante, no capítulo 3.

⁹⁹ SILVA, *op. cit.*, 2011, p. 231.

¹⁰⁰ Segundo Costa e Silva, tal licença não se trata de um monopólio estabelecido pela Coroa portuguesa, tendo em vista que, navios de outras nacionalidades podiam traficar na costa africana, sem serem impedidos ou apressados pelas caravelas portuguesas, desde que fossem detentores de autorização da Corte ou daquele a quem havia vendido à concessão. Ibid., p. 233.

Das muitas regiões costeiras vieram homens e também mulheres que, serviam sexualmente aos portugueses que viviam no arquipélago. Na ilha de Santiago, essas relações foram muito comuns, sendo grande o número de mestiços. Segundo Costa e Silva, a presença destes era tão grande que, no século seguinte, foi promulgado um alvará de 1610 determinando que as mulheres africanas fossem para o Brasil ao invés de embarcarem para a ilha, visando diminuir a raça de mulatos no arquipélago.¹⁰¹

Isso se deu justamente porque os mestiços que viviam nas ilhas estavam desenvolvendo atividades mercantis próprias, não agradando a Coroa portuguesa. Esta tentou impor alguns limites nesses mercadores tentando proibi-los de comerciar diretamente com a península ibérica. Os cativos comprados no continente africano só podiam ser destinados ao uso no arquipélago e não podiam sair dali para serem exportados.¹⁰²

Nesse sentido, o arquipélago de Cabo Verde era uma ameaça para os portugueses, visto que o comércio nas ilhas crescia cada vez mais. Na medida em que as regras estabelecidas pela Coroa portuguesa aumentavam, mais os lançados contrabandeavam os produtos do litoral para as ilhas. O Estado português tentou por várias vezes limitar o comércio daqueles, garantindo o exclusivo dos negócios da Metrópole com a África.¹⁰³

Segundo ordens do Estado português, “só era lícito levar para escambo no continente o que se produzisse no arquipélago (ou seja, algodão e cavalos)”.¹⁰⁴ No entanto, os negócios de escravos entre o continente e o arquipélago continuaram a ser praticados, não só com portugueses, mas também com os castelhanos.

¹⁰¹ Os portugueses não confiavam nos mestiços que viviam no arquipélago. *Ibid.*, p. 234.

¹⁰² Tal alvará data de 08 de fevereiro de 1472. *Ibid.*, pp. 234-235.

¹⁰³ *Ibid.*, p. 241.

¹⁰⁴ *Ibid.*, p. 235.

Anos mais tarde, a Coroa ainda determinou que os escravos africanos oriundos da Guiné, tinham que apartar em Lisboa. Assim, para que estes fossem vendidos para as Antilhas ou as Américas teriam de descer em Portugal para depois serem negociados.¹⁰⁵ E depois de dois anos, o Estado proibiu a venda de ferro, armas e ferramentas nos litorais africanos, além de cauris, conchas pardas, búzios, especiarias e manufaturas da Índia, manilhas de latão e estanho, as alaquecas, alambéis, os brocadinhos de Flandres, capas de Chaul, panos vermelhos e amarelos, camisolões de seda ou de cores.¹⁰⁶ Quem não obedecesse ao alvará poderia ser castigado.

Conforme os anos foram passando, foi ficando mais difícil para a Coroa manter essas ordens, visto que, os portugueses foram se estabelecendo na África e criando laços com as autoridades africanas, vivendo sob sua proteção. Somente em 1518, ou seja, num período posterior ao estudado no presente trabalho, é que o Estado português proibiu os habitantes do arquipélago de comerciarem com a Guiné.¹⁰⁷

Considerações finais

Sendo assim, o que se pode perceber através das pesquisas dos estudiosos sobre o tema foi que as estratégias das viagens foram mudando ao longo do tempo. Como vimos anteriormente, num primeiro momento, os navegantes recebiam ordens de reconhecer e delimitar os territórios africanos, ou seja, fazer um reconhecimento geográfico dos mares e das costas marítimas.

Nesse período, os portugueses surpreenderam, capturaram e sequestraram africanos para serem levados a Portugal a fim de conhecê-los melhor e depois, voltar

¹⁰⁵ O povo da ilha de Santiago ficou extremamente revoltado e tal alvará, datado de 24 de outubro de 1512, não chegou a valer no arquipélago. Se fosse aplicado, poderia acabar com a ilha e tudo que havia sido feito nela. Ibid., loc. cit.

¹⁰⁶ Ibid., p. 236.

¹⁰⁷ Ibid., p. 241.

com eles ao continente como um “escravo batizado e falando sua língua”, para facilitar sua inserção nas sociedades africanas e, principalmente, no comércio.¹⁰⁸

M’ Bokolo acredita que, a partir de 1444, houve um fluxo regular de importações de escravos capturados na região da Guiné, gerando um retorno para todo o investimento financeiro feito pelo infante que, pode avançar ainda mais nas descobertas.

A chegada desses escravos africanos causava um grande alvoroço entre a população. Para aqueles que não acreditavam que as viagens ao continente africano pudessem oferecer lucros a Portugal, foi uma grande surpresa. Muitos que falavam das inutilidades das viagens e do dinheiro gasto e perdido, quando viram os primeiros negros, mudaram de opinião. “[...] a cobiça começava de lhes crescer, vendo as casas dos outros cheios de servos e servas, e suas fazendas acrescentadas”.¹⁰⁹

Entretanto, ao longo do tempo, os europeus viram que para atingir seus objetivos era preciso estabelecer boas relações com os diversos povos africanos com o qual tiveram contato a fim de comercializar e obter vantagens nas trocas comerciais. Ou seja, Portugal teve que se adaptar a uma nova lógica de exploração nas terras africanas em função de seus interesses.

¹⁰⁸ Nas viagens que seguiam em exploração ao Sul, os navegantes perceberam que os negros não falavam a mesma língua e, conseqüentemente, não se entendiam entre si. ALBUQUERQUE, *op. cit.*, 1989, p. 142.

¹⁰⁹ ALBUQUERQUE, *op. cit.*, 1989, p. 144

Capítulo 2 – Diários de viagens como fonte histórica: Análise dos relatos de Luis de Cadamosto e Diogo Gomes de Sintra

Como vimos anteriormente, as viagens de expansão ultramarina portuguesa ao continente africano no século XV atraíram muitos colaboradores portugueses e estrangeiros, tanto com interesse nas fontes de ouro sudanês - que, como afirma Sílvio Marcus de Souza Correa, já era de conhecimento dos lusitanos devido às informações colhidas dos mouros -, como também no forte desejo e curiosidade de estar onde ninguém havia estado¹¹⁰.

Em virtude da circulação desses viajantes no território africano, houve uma grande produção de relatos de viagens e até mesmo de documentos náuticos que auxiliavam nas próximas viagens de exploração ao território africano. Hoje, esses materiais são importantes fontes de pesquisas sobre a História da África e seus povos no século XV e sobre a História da Expansão ultramarina portuguesa no continente africano.

Para alguns estudiosos sobre os descobrimentos portugueses, como Hernâni Cidade, Joaquim Serrão e Luis de Matos, literatura de viagem seria,

[...] um gênero literário em que o autor faz apontamentos sobre lugares, visitados ou não por ele. Tal escritor podia tanto ser um cronista que nunca esteve nos lugares sobre os quais escreveu e não presenciou as aventuras que narrou, tendo somente coletado informações com aqueles que estiveram diretamente envolvidos

¹¹⁰ Dentre esses colaboradores havia italianos, ingleses e flamengos. CORREA, Sílvio Marcus de Souza. “A imagem do negro no relato de viagem de Alvise Cadamosto (1455-1456)”. Politeia: História e Sociedade. UESB: Vitória da Conquista, 2002. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/view/157>> Acesso em: 20 maio 2012, p. 102.

na ação, como também poderia ser um marinheiro cujos escritos relatassem sua observação e ações nas quais se envolvera (...). O escritor da literatura de expansão poderia, ainda, ser alguém que deixou um diário de bordo ou escreveu uma epopéia contando as aventuras passadas em terras estrangeiras [...] ¹¹¹.

Ou seja, a literatura de viagens produzida neste período tinha um forte caráter informativo. As regiões e as populações descritas nos relatos dos viajantes possibilitavam que o leitor realmente compreendesse o que estava sendo passado. Essas obras serviam como instrumento de comunicação com aqueles que acompanhavam as descobertas das regiões africanas na Europa.

Tais obras levavam informações inéditas sobre o contato desses homens com os povos africanos. Tudo o que esses viram, ouviram ou experimentaram foi registrado junto às suas experiências de vida e relatados nos seus diários de viagens.

Nesse sentido, os relatos dos viajantes que acompanhavam as expedições à serviço do infante d. Henrique ¹¹² rumo ao continente africano foram sendo cada vez mais valorizados ao longo do século XV pela Coroa portuguesa, pois eram importantes não só para facilitar sua inserção no comércio local, devido às informações sobre os povos já contatados, mas também pelo interesse de uma parcela da população europeia sobre esse mundo desconhecido ¹¹³.

¹¹¹ SOUZA, Camila Fernanda de. *O Esmeraldo de Situ Orbis: uma abordagem sobre a literatura de descobrimentos e a produção manuscrita e impressa em Portugal no século XVI*. São Paulo: Revista Litteris, 2011, pp. 283-284.

¹¹² D. Henrique era o quinto filho de D. João I, rei de Portugal. ALBUQUERQUE, Luis de. *Navegações além do Cabo Bojador no tempo do infante d. Henrique: o seu objetivo*. In: ALBUQUERQUE, Luis de. (dir.). *Portugal no Mundo*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989, p. 137.

¹¹³ DESTRO, Leticia Cristina Fonseca Destro. *Diferentes olhares sobre a África Negra: uma análise etnográfica de relatos de viajantes*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional (MINC), 2008.

Sendo assim, até a primeira metade do século, sabemos que a maior parte dessas publicações se dava por materiais manuscritos¹¹⁴. Já na segunda metade, a produção e a difusão de material impresso ganharam destaque em Portugal, facilitando não só o acesso do público letrado às informações sobre os descobrimentos, mas também na propagação da imprensa portuguesa¹¹⁵.

Entretanto, é importante ressaltar que, como a maioria da população era analfabeta, incluindo também os nobres, a participação nas atividades de leituras se dava por dinâmicas auditivas e visuais, práticas muito comuns nesse período¹¹⁶.

Em contrapartida, o autor Carlos Ascenso André afirma que ainda no século XVI, os portugueses não estavam muito interessados e engajados na publicação desses relatos de viagens que circulavam sobre a África. Segundo ele, muitas dessas narrativas vinculadas à Coroa portuguesa despertavam maior interesse aos italianos, holandeses e alemães, por exemplo, do que aos próprios portugueses¹¹⁷.

No entanto, na medida em que se seguem as discussões sobre o tema, podemos perceber que Portugal, desde o início das viagens a África, tinha sim interesse em saber os passos dos colaboradores enviados ao continente, não só para se familiarizar com os primeiros povos africanos contatados, mas também para ter acesso a todos os detalhes possíveis das regiões em que estes homens estiveram presentes.

¹¹⁴ Até a primeira metade do século XV, a circulação dos livros ou folhas avulsas, antes da invenção da imprensa, acontecia de forma manuscrita, geralmente em pergaminho. Isso perdurou até o século XVIII. A produção manuscrita atingia um número maior quando se tratava de exemplares curtos e, por sua vez, circulava com mais facilidade que o impresso, sendo fonte rápida de notícias e objeto de exclusividade. SOUZA, *op. cit.*, 2011, pp. 290-292.

¹¹⁵ Peter Burke afirma que, “O impresso obviamente ajudou a ampliar os horizontes daqueles que permaneceram em casa. Muitas narrativas em primeira mão de imagens fora da Europa foram publicadas no século XVI [...]” *Ibid.*, p. 284.

¹¹⁶ Até o final do século XVI, essas práticas predominavam em Portugal. A transmissão dos textos podia ser feita através do teatro, das reproduções iconográficas ou por cantigas memorizadas. Ler em voz alta era também uma prática comum durante o Antigo Regime. *Ibid.*, p. 288.

¹¹⁷ Segundo o autor, houve uma “perseguição” por parte destes europeus pelas obras dos viajantes portugueses. *Ibid.*, p. 284.

A teoria do sigilo

O autor Jaime Cortesão nos fornece elementos mais precisos sobre o interesse português nas obras produzidas pelos viajantes sobre os contatos com a África e os africanos do século XV. Segundo o autor, a chamada “teoria do sigilo”, imposta pelas esferas oficiais de Portugal para assegurar as informações descobertas sobre o andamento da expansão portuguesa foi uma prática comum implementada desde o reinado do infante D. Henrique¹¹⁸.

Para ele, era do interesse da Coroa preservar segredos sobre determinados fatos, pois havia uma preocupação em manter determinadas informações como “assuntos confidenciais régios” a fim de não atrapalhar as buscas por novos territórios¹¹⁹.

Corroborando com as visões de Cortesão sobre a política de sigilo adotada pela Coroa portuguesa, o autor Jorge Borges de Medeiros não dúvida de que havia um sistema de controle sobre as informações acerca da expansão ultramarina portuguesa ao continente africano no século XV.

Logo, a Coroa portuguesa mantinha um controle sobre os navios que saíam da Europa com destino ao continente africano. Tais embarcações, como já mencionado, deveriam ter o consentimento e a autorização do infante para navegar ao longo da costa africana.

Nesse contexto, as informações ditas “sigilosas” que circulavam por entre os navios eram ainda mais controladas e, caso houvesse qualquer tipo de vazamento de

¹¹⁸ Essas informações não poderiam, de forma alguma, chegar a outros países. *Ibid.*, p. 296.

¹¹⁹ Na época dos descobrimentos, as rivalidades na Península Ibérica estavam afloradas politicamente e por isso, manter sigilo sobre as terras e os povos encontrados no continente africano era uma tática política compreensível pela Coroa portuguesa. XISTO, Brenda. Política de Sigilo nas Navegações. IN: *Navegações Portuguesas* / Instituto Camões. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/navegaport/e14.html>> Acesso: 25 maio 2014.

informação, o castigo podia ser duro, chegando até mesmo a pena de morte¹²⁰. Além disso, a questão do sigilo era tão importante para a Coroa que, por exemplo, em 1480, D. João determinou que navios estrangeiros encontrados próximos à costa africana deveriam ser afundados¹²¹.

Todavia, sabemos que as frotas que partiam junto ao infante contavam com pilotos, nautas¹²² de origem castelhana e genovesa e com vários outros colaboradores estrangeiros. No entanto, a Coroa portuguesa tratou de tomar cuidado com as medidas utilizadas, justamente para assegurar seus dados e documentos cautelosos, como mapas e roteiros.

Joaquim Serrão nos mostra, que muitos documentos náuticos do século XV desapareceram em Portugal, o que parece estranho para um reino voltado para as questões ultramarinas e onde deveriam ter uma quantidade expressiva de arquivos cartográficos disponíveis. Segundo ele, por ordem régia, houve a adulteração de documentos, falseamento de crônicas, destruição de papéis importantes a fim de evitar que “segredos da expansão” caíssem nas “mãos erradas”, ou seja, em poder de Castela, dos genoveses ou de outros concorrentes no processo marítimo¹²³. Era preciso resguardar as informações adquiridas nas primeiras viagens, como as técnicas de navegação utilizadas para conseguir chegar às terras africanas ou a forma como se estabeleceram os primeiros contatos com os africanos.

¹²⁰ Se os portugueses navegassem em direção à África, sem autorização da Coroa portuguesa, sofriam graves penas, desde o confisco dos bens e perda da mercadoria até à pena de morte. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Cronistas do Século XV posteriores a Fernão Lopes*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1989, p. 18.

¹²¹ Multas e sanções régias eram impostas a quem divulgassem ou vendessem informações, por exemplo, de como eram feitas as caravelas portuguesas. Desde 1442, a caravela era um navio típico e exclusivo dos Descobrimientos portugueses. Cortesão afirma que em mãos de mercadores e pilotos estrangeiros, a caravela podia se tornar um perigo para Portugal. SOUZA, *op. cit.*, 2011, p. 297.

¹²² Navegante, navegador, marinheiro. In: *Dicionário Informal*. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/nauta/>> Acesso em: 24 abr. 2014.

¹²³ Inclusive, na década de 1480, antes da propagação da imprensa portuguesa, muitos textos manuscritos podem ter sido perdidos, queimados. Além disso, é importante mencionar que, não há registros de documentos perdidos no período tratado. SERRÃO, *op. cit.*, 1989, p. 18.

Em contrapartida, o também historiador Duarte Leite discorda da existência da política de sigilo defendida por Cortesão e Serrão. Para ele, desde o tempo do infante D. Henrique já havia troca de informações entre portugueses e estrangeiros, visto que nas próprias embarcações do infante havia colaboradores de todos os lugares da Europa¹²⁴. É o caso, por exemplo, do mercador veneziano Luis de Cadamosto, do qual falaremos mais adiante. Este esteve em terras africanas entre os anos de 1455 e 1456, na Ilha de Porto Santo, na Ilha da Madeira, no arquipélago de Cabo Verde, no Senegal, no Gâmbia e foi até o Golfo da Guiné junto às expedições henriquinas. Porém, o fato de Cadamosto e muitos outros estrangeiros estarem presentes nas embarcações não quer dizer que eles não estavam sujeitos às exigências da Coroa frente às políticas de sigilo.

A publicação dos relatos de viagem na Europa

O que podemos perceber através da bibliografia estudada foi que, ao longo do tempo, as publicações dos relatos de viagem foram se tornando uma prática comum durante o Antigo Regime português, primeiramente, pela necessidade de se estabelecer contatos e supervisionar os territórios conquistados¹²⁵, e posteriormente, para controlar a circulação dos mesmos.

Camila Fernanda de Souza chegou à conclusão de que muitos relatos podem não ter sido publicados pela imprensa portuguesa pelo simples fato de neles não conterem relações com temas religiosos, filosóficos e de edificação moral, que representavam os interesses régios naquele momento¹²⁶.

¹²⁴ SOUZA, *op. cit.*, 2011, p. 298.

¹²⁵ SANTOS, Beatriz Carvalho dos. *Entre Mouros e Cristãos: Os Mandingas da “Guiné de Cabo Verde” (séc. XVI e XVII)*. 2013. 105 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Rio de Janeiro, 2013.

¹²⁶ SOUZA, *op. cit.*, 2011, p. 299.

Sabemos que com a intenção de se conseguir títulos régios ou até mesmo obter fama e riqueza, por exemplo, alguns viajantes podem ter relatado da forma que mais lhes convinhassem as visões sobre a África e seus povos.

Assim, a pesquisadora Beatriz Carvalho dos Santos nos chama a atenção para os objetivos das obras dos viajantes do século XV. Segundo ela, não podemos deixar de refletir sobre os muitos viajantes que saíam de Portugal e percorriam as regiões africanas fazendo contatos com suas populações a fim de relatar apenas o que interessaria, por exemplo, à Coroa portuguesa, como é o caso do português do qual falaremos mais adiante, Diogo Gomes de Sintra¹²⁷.

É interessante se prender a esses objetivos para saber, de fato, com que intenção essas obras foram escritas e com que finalidade, para poder melhor compreender como essas sociedades africanas eram retratadas por estes homens.

Nesse sentido, o historiador José da Silva Horta afirma que os escritos dos viajantes do século XV são marcados por uma linha representativa, ou seja, alguns dados são repetidos em vários textos o que, talvez venha a ser uma prática manipuladora desse tipo de narrativa. Para o autor, devemos nos atentar, principalmente, para os viajantes estrangeiros que, por sua vez, deviam utilizar dessa técnica a fim de incluir seus relatos na literatura portuguesa de viagens.¹²⁸

Segundo ele, ao analisar obras desse período é comum percebermos a repetição da mesma crônica, relação da viagem, o roteiro ou a descrição das terras. Para Horta, os viajantes seguiam roteiros para escrever suas obras, utilizando certamente a estrutura dos textos das narrativas da época.¹²⁹

¹²⁷ SANTOS, *op. cit.*, 2013, p. 18.

¹²⁸ HORTA, José da Silva. *A representação do africano na literatura de viagens – Do Senegal à Serra Leoa (1453-1508)*. 1990. Dissertação (Mestrado em História Moderna) – Faculdade de Letras de Lisboa, Portugal, 1990, p. 217.

¹²⁹ *Ibid.*, p. 218.

Corroborando com tais ideias, Suzanne Daveau afirma que, deveria haver relatos mais autônomos e outros mais dependentes, no entanto, em sua maioria, eles partiam de um mesmo itinerário. O objetivo para tanta repetição era introduzir na mentalidade europeia, dados contidos nas obras como elementos verdadeiros. Segundo consta na obra de Horta,

Na verdade a autora constata que as descrições de terras são quase sempre enquadradas por um itinerário marítimo que se descreve progressivamente, seguindo a ordem típica de um roteiro. As diferenças entre os textos podem residir na maior dependência ou maior autonomia que as descrições assumem em relação a esse itinerário.¹³⁰

Nesse contexto, poderíamos pensar nas obras dos cronistas oficiais da Coroa portuguesa que produziam um discurso mais dependente e fiel sobre o africano do que viajantes independentes que partiam nas viagens como colaboradores do infante.¹³¹

Segundo Horta, para que uma obra fosse considerada completa, dois tipos de discursos precisavam conter nos escritos: dados de lugares comuns e os estereótipos já consolidados, reprodutores da tradição livresca e os novos dados vistos pelos narradores, ou seja, as experiências adquiridas ao longo das viagens.¹³²

É importante mencionarmos que, muitos desses relatos foram narrados aos cronistas oficiais com o objetivo de que as experiências na África fossem repassadas à

¹³⁰ Ibid., *loc. cit.*

¹³¹ Ibid., p. 217.

¹³² Ibid., 219.

Coroa e até mesmo ao público leitor europeu.¹³³ Muitos desses profissionais não chegaram a visitar as terras africanas, como é o caso do já citado Gomes de Eanes de Zurara.

Assim como Zurara, o português Rui de Pina também coletou informações de viajantes que partiram ao continente africano, mais precisamente sobre os reinos da Guiné e do Congo, no século XV. Posteriormente, nomes como Valentim Fernandes e Damião Góis recorreram aos testemunhos orais para redigir manuscritos durante a expansão.¹³⁴

O papel do viajante e suas fontes

Como afirma Correa, o viajante era uma testemunha ocular de realidades passadas. Este tinha uma posição privilegiada enquanto informante do Estado português,

Como testemunha ocular de realidades pretéritas, o viajante tem uma posição privilegiada enquanto informante. Além do que seu olhar registra, há também no relato dos viajantes compilações de outras fontes (primárias e secundárias). Material linguístico, iconográfico, cartográfico e elementos da tradição oral pululam nos relatos de viagem.¹³⁵

¹³³ CORREA, Silvio Marcus de Souza. “Evidências de História nos relatos de viajantes sobre a África pré-colonial”. Rio Grande do Sul: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, 2008, p. 13.

¹³⁴ Ibid., p. 13.

¹³⁵ Ibid., p. 12.

Sendo assim, não restam dúvidas de que até meados do século XX, os relatos dos viajantes que visitavam a África eram fontes privilegiadas para o estudo dos países africanos e seus povos no período pré-colonial. Como afirma Correa,

Cabe ressaltar que os relatos de viajantes se inscrevem numa cadeia de reprodução e transmissão de informações sobre a África pré-colonial. Compilações, memórias, guias náuticos, cartografias, descrições geográficas e livros de história natural se valeram, alguns mais outros menos, dos relatos de viagem.¹³⁶

Além disso, é importante sabermos que, as publicações que se encontram disponíveis na historiografia atualmente foram organizadas ao longo do século XX pelas comissões de estudos portugueses e africanos. Segundo Beatriz Carvalho dos Santos, tais fontes ficaram disponíveis, até então, apenas para os setores da nobreza e, claro, para a Coroa portuguesa durante o período da expansão.¹³⁷

Por conta disso, a autora acredita que as obras dos viajantes podem ter um discurso tendencioso, pois os moldes e a disponibilidade ficavam a cargo de indivíduos que serviam a alguém ou aos seus próprios interesses.¹³⁸

Sobre esses discursos, Antônio Luís Ferronha fala sobre as motivações dos homens que buscavam uma “aventura” na África,

Importa, portanto, não só conhecer os seus valores religiosos, mas sobretudo situarmo-nos na sua perspectiva e experimentar

¹³⁶ Ibid., p. 15.

¹³⁷ SANTOS, Beatriz Carvalho dos. “História da África e Literatura: os relatos de viajantes e sua utilização como fonte histórica”. Anais do 3º Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história? Ouro Preto: Edufop, 2009, p. 5.

¹³⁸ Ibid., *loc. cit.*

ver-nos tal como aparecemos aos seus olhos – este confronto com o outro acaba por esclarecer também a nossa própria posição. Também não se podia esquecer que quem escrevia sabia que a expectativa dos próprios leitores (e censores) requereria cumprimento desta convenção, procurando reconhecer nas descrições de povos e terras longínquas o que havia de semelhante com a sua cultura, em vez de descobrir o diferente. E, para obter crédito junto dos seus contemporâneos, descreviam as maravilhas que todos queriam ler.¹³⁹

Ou seja, o autor acredita que o viajante, muitas vezes, já reproduzia um discurso que vinha sendo representado na Europa. Ao afirmar que os viajantes “descreviam as maravilhas que todos queriam ler”, podemos pressupor que esses homens já partiam para a África com uma imagem pronta das regiões e dos povos que encontrariam.

Santos chama a atenção para a análise dos discursos destes viajantes. Segundo ela, verificarmos o contexto cultural no qual ele está inserido é de extrema importância para compreendermos a escrita presente nas obras,

Assim, nos parece necessário resgatar as colocações de Chartier sobre representações quando este aponta a necessidade de se reconstruir um panorama da época em que foram produzidas as descrições, de modo a compreender a mentalidade vigente e os pilares sob os quais se estruturavam todo o universo do qual o viajante provinha e para qual estava voltado.¹⁴⁰

¹³⁹ FERRONHA, 1991, p. 135 *apud* SANTOS, *op. cit.*, 2009, p. 8.

¹⁴⁰ *Ibid.*, p. 8.

O discurso do viajante vem dotado de influências culturais, objetivos, e mediante a isso, ele também está sujeito a diversas interpretações. Por isso, é importante analisarmos com muito cuidado as fontes que abarcam as fontes aqui estudadas para chegarmos o mais próximo da realidade no qual se encontrava os homens que as escreveram.

O exotismo presente nos relatos

Uma nova questão a ser levada em consideração é a do historiador francês Pierre Chaunu, que destaca a curiosidade que os relatos desses viajantes despertavam na população europeia. Para ele, “a enorme curiosidade do homem da Renascença para com a descoberta de novos mundos é um fato incontestável [...] houve uma verdadeira paixão pelos países de além-mar”¹⁴¹.

As diferenças na aparência, no modo de vida e em outras características presentes entre africanos e europeus eram detalhadas nos relatos de viajantes do século XV, o que estimulava a leitura desse tipo de literatura. Segundo Basil Davidson,

As aparências [que surpreenderam os primeiros europeus] tinham um duplo aspecto. Por um lado, era verdade que o fosso cultural entre os descobridores europeus e os africanos que estes encontraram era reduzido e que nem sequer se sentia muitas vezes a sua existência. Mas, por outro lado, era falso que estas aparências refletissem experiências semelhantes e a mesma virtualidade social na África e na Europa. Porque os Estados africanos, cujos governos e impérios se tinham elaborado em

¹⁴¹ CHAUNU, 1978, p. 180 *apud* SOUZA, *op. cit.*, 2011, p. 284.

regiões onde a distância abafava o ardor e o estrépito das rivalidades europeias e mediterrâneas, tinham alcançado uma fase de relativa estabilidade. Podiam e deviam continuar durante algum tempo a viver quase no mesmo nível de poder e de organização. Mas os Estados da Europa estavam muito longe de ser estáveis. Pelo contrário, iam libertar todas estas tensões e estas turbulentas contradições acumuladas, que um passado agitado, no qual as invasões tinham sido numerosas, comprimia na sua herança. Nisso, diferentes dos Estados da África, iam entrar numa era de evolução e mudanças, rápidas e furiosas.¹⁴²

Para Chaunu, o exotismo era o que de fato despertava a curiosidade nas pessoas, mais do que pelos efeitos absorvidos pela nova realidade. Inclusive, é importante destacar que, para o autor, este interesse não ia muito além do círculo dos humanistas, ou seja, era difícil chegar ao público letrado em geral, como clérigos e nobres, já que muitas dessas produções eram ainda distribuídas em latim¹⁴³.

Contudo, nesse período também ocorreu um processo de laicização da cultura, vindo facilitar não só o trabalho da imprensa, mas também contribuindo para o fortalecimento do saber escrito, do aumento do número de letrados e na elevação dos profissionais da escrita. Diante disso, temos a criação de novas universidades e a circulação de livros em novas linguagens, tornando o acesso mais fácil.

De fato, todos esses fatores contribuíram para uma nova formação de públicos leitores interessados nas obras feitas por “homens comuns” enviados à África a fim de trazer o maior número de informações possíveis sobre as regiões e os povos africanos.

¹⁴² M' BOKOLO, Elikia. Nascimento e expansão do tráfico europeu. In: *A África Negra: História e Civilizações até ao Século XVIII*. Bahia: Editora EDUFBA, 2009, p. 261.

¹⁴³ A literatura em língua vulgar e com novas traduções só apareceu nas décadas posteriores. SOUZA, *op. cit.*, 2011, p. 285.

Aventureiros que nunca estavam embarcando numa viagem ao continente desconhecido, sozinhos, visto que, muitos viajantes relatam estarem sempre acompanhados de guias, intérpretes, homens armados, carregadores, dentre vários outros intermediários.¹⁴⁴

Ou seja, a formação de um público leitor, ainda no século XV, bastante interessado nos relatos das experiências vividas por estes homens, sendo eles portugueses, italianos, ingleses, holandeses ou flamengos, contribuiu muito para o reconhecimento e a valorização de tais fontes como historiografia oficial.

Por sua vez, mesmo que existam problemas relacionados à utilização das literaturas de viagens como fontes históricas, elas não podem ser desmerecidas ou sequer desvalorizadas, pois quando analisadas junto ao contexto histórico, nos trazem informações ricas e valiosas sobre os primeiros contatos dos europeus com os africanos no século XV.

É importante mencionar que devemos ter os cuidados necessários ao trabalhar com diários de viajantes para não se deixar envolver por elementos emocionais e de identificação – provenientes de um apelo fantasioso que os autores se propõem a fazer a fim de seduzir os leitores. Cabe aos historiadores-pesquisadores ter um olhar crítico sobre o seu objeto de estudo para não se deixar influenciar por tais pontos.

Muitos fatores influenciaram a visão e a escrita do viajante, sendo eles, conscientes, inconscientes, sociais, culturais e religiosos. Por causa disso, as obras desses homens enviados à África devem ser submetidas a uma crítica historiográfica.

Contudo, ainda que tais obras conservem um olhar, por vezes, eurocêntrico quando comparadas com a realidade europeia ou quando trazem termos preconceituosos, sua contribuição é muito importante para a historiografia, pois

¹⁴⁴ RIBEIRO, Francisco Aimara Carvalho. *No rastro do viajante: Cabo Verde e a Senegâmbia no Tratado Breve, de André Álvares de Almada (1550-1625)*. 2016. 180 f. Dissertação (Doutorado em História Social) – UFF, Rio de Janeiro, 2016, p. 47.

contribuiu para a história das diversas etnias africanas no século XV. Além disso, esse tipo de fonte nos traz uma percepção das formas de pensar desses homens durante a expansão portuguesa.

Não podemos esquecer que a imagem dos africanos representada na Europa foi construída através dos valores culturais de outros povos, como europeus, árabes, e não pelos próprios africanos. Logo, os viajantes saídos da Europa escreviam os seus relatos a partir de suas vivências. Sobre esse tema, Horta defende que, estes já viajavam dotados de estereótipos em relação aos homens da África.

[...] retratos construídos do real, no interior dos limites e possibilidades culturais de quem observou e fez as suas escolhas no registo do que viu e ouviu dizer; por outras palavras, estamos no campo das representações. A representação, enquanto tradução mental de uma realidade exterior percebida, implica um processo de abstração que passa pelo gerir - mais ou menos inconsciente - das classificações disponíveis no *stock* cultural para tornar inteligível e avaliar essa realidade. Os valores que lhes subjazem cristalizam-se assim em categorias, lugares-comuns e estereótipos, que organizam a cada momento as representações, das quais são como que a linguagem, o código de referência permanente.¹⁴⁵

¹⁴⁵ HORTA, *op. cit.*, 1990, p. 209.

Sendo assim, o autor nos chama atenção para a importância de se analisar o contexto cultural desses escritores. A partir do momento em que o contexto é levado em consideração, passamos a compreender o que de fato esses autores estavam tentando retratar nos seus escritos e quais as suas reais intenções.

Sabemos que os viajantes que visitaram o continente africano durante o século XV, recorreram a fantasias, estereótipos, preconceitos e até as coisas mais inacreditáveis possíveis para seduzir o público leitor europeu. E é importante sabermos que, até mesmo os escritores profissionais se utilizavam desses recursos.

Como vimos anteriormente, há uma grande discussão na historiografia que percebe um esquema por parte do Estado português em definir como viajantes e os cronistas oficiais deveriam representar as regiões e os povos africanos encontrados. Segundo Correa, estes produziam seus relatos “ajustados às expectativas dos seus “protetores” e/ou leitores.”¹⁴⁶

Luis de Cadamosto e Diogo Gomes de Sintra

O presente estudo se propôs a analisar, justamente, duas importantes obras sobre as regiões da Guiné, Senegal, Gâmbia e o arquipélago de Cabo Verde, entre 1455 e 1460. Para isso, serão avaliados os relatos do italiano Luis de Cadamosto e o do português Diogo Gomes de Sintra, ambos mencionados anteriormente.

O mercador veneziano Alvise da Cá da Mosto, mais conhecido como Luis de Cadamosto,¹⁴⁷ foi um dos colaboradores estrangeiros que acompanharam as viagens do infante D. Henrique. De acordo com as primeiras páginas de seu próprio relato *Viagens*

¹⁴⁶ CORREA, *op. cit.*, 2008, p. 13.

¹⁴⁷ Alvise de Cá da Mosto ficou aporuguesadamente conhecido como Luis de Cadamosto. De acordo com as primeiras páginas de seu relato, Cadamosto se coloca como o primeiro homem a sair de Veneza em busca das “terras dos negros da Baixa Etiópia”. CADAMOSTO, Luis de. *Viagens de Luis Cadamosto e de Pedro de Sintra*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1988, p. 83.

de Luis Cadamosto e de Pedro de Sintra, o veneziano se coloca como o primeiro homem a sair de Veneza em busca das “terras dos negros da Baixa Etiópia”, sendo convidado por mandatários do príncipe português, Antão Gonçalves e Patrício de Conti, durante uma de suas viagens pela Espanha, em 1454, para seguir rumo às terras africanas¹⁴⁸.

Sobre o suposto convite do infante D. Henrique, Cadamosto afirma que,

[...] vendo-me moço e bem disposto para suportar todos os trabalhos, desejoso de ver o mundo, e coisas que nunca qualquer da nossa nação tinha visto, esperando também, com a minha ida, dever conseguir honra e proveito, deliberei de qualquer forma ir [...]¹⁴⁹.

Especula-se que o veneziano tinha apenas 22 anos de idade quando realizou sua primeira viagem ao lado do infante, no ano de 1455, junto às expedições portuguesas¹⁵⁰. Nascido em Veneza, na Itália, tinha origem social na aristocracia, porém, nos anos que se sucederam às viagens de expansão pelo continente africano, Cadamosto estava em busca de riqueza e ascensão social, já que sua família estava declinando financeiramente.

¹⁴⁸ Cadamosto relata que estava fazendo uma viagem para a Espanha junto ao capitão Marco Zeno no dia 8 de agosto de 1454. Uma das pausas que fizeram foi nas Galés do Cabo de São Vicente. O infante D. Henrique, que se encontrava em uma povoação vizinha chamada Raposeira, sabendo que Cadamosto estava próximo, enviou dois de seus homens com amostras de açúcar da ilha da Madeira e mais algumas coisas também trazidas dos arquipélagos. A intenção do infante era convencer Cadamosto a viajar com ele para a África. Tais produtos o deixaram maravilhado e despertaram seu “desejo de lá ir”. Sendo assim, Cadamosto foi até o senhor infante e decidiu se juntar a ele. *Ibid.*, pp. 86-88.

¹⁴⁹ *Ibid.*, p. 89.

¹⁵⁰ Não se sabe ao certo a verdadeira idade de Luis de Cadamosto, pois sua data de nascimento aparece em diferentes anos: 1426, 1428 e 1432. Quanto ao seu falecimento, especula-se que tenha sido no ano de 1488.

Sendo assim, ao aceitar o convite do infante, o italiano declara que seu objetivo principal, mais do que a busca por enriquecer, era obter o conhecimento de um mundo totalmente novo, que no futuro lhe traria fama e honra.¹⁵¹ E ele teve êxito nas suas expectativas. Após as publicações dos relatos de suas viagens, o mercador se tornou um homem rico e de prestígio.

A curiosidade aguçada para conhecer “o novo” e a constante busca por informações que pudessem levar a encontrar o ouro africano nos levam à percepção de que Cadamosto era um jovem destemido, determinado e seguro quanto ao que queria. Em alguns momentos, o mercador nos aparenta ser muito confiante de si e das suas ideias, além de focado no que tinha ido fazer, sobretudo nos resultados que desejava obter com as viagens ao continente africano.

Todavia, segundo Sílvio Marcus de Souza Correa, os relatos de Luis de Cadamosto apresentaram alguns problemas quando foram analisados pela historiografia sobre o tema e, por isso, merece alguns cuidados¹⁵². O primeiro deles seria justamente sua falta de originalidade, pois, segundo Correa, muitas vezes a história relatada por Cadamosto teria sido contada por “portugueses que frequentavam o lugar naquela época e pelos azenegues, que eram escravos em Portugal”¹⁵³.

Sua obra traz depoimentos de muitos africanos e o problema se cria justamente pela utilização deste tipo de fonte. Nessas citações, ele não observou o fato ou a prática, ou seja, ele não estava lá. Ele “ouviu falar” e relatou; por isso não se sabe a veracidade

¹⁵¹ CORREA, *op. cit.*, 2002, p.109.

¹⁵² *Ibid.*, p. 106.

¹⁵³ Este trecho está presente no relato de Cadamosto ao descrever o que ouviu dizer quando os africanos avistaram pela primeira vez as velas e os navios sobre o mar (“dantes, nem por eles nem pelos seus antecessores, nunca vistos”). Eles pensaram que fossem aves com asas brancas que vinham voando de algum lugar estranho. CADAMOSTO, *op. cit.*, 1988, p. 107.

de tais informações. É o caso, por exemplo, da sua descrição sobre a caravana do sal nas regiões do Mali¹⁵⁴.

Como observa o historiador malinês Hambatê Bá, a tradição oral sempre foi utilizada com muito cuidado e honra pelos tradicionalistas africanos¹⁵⁵. Nesse sentido, é importante se destacar que Cadamosto era um estranho para aqueles homens, um estrangeiro.

Tudo o que viu e ouviu foi registrado junto às suas experiências de vida. Ele não pertencia àquele mundo e, por isso, não estava em posição de receber informações tão íntimas de determinadas sociedades. Por isso – e levando-se em conta o trabalho de pesquisa desenvolvido por Hampatê-Bá –, não se sabe até que ponto essas pessoas relataram a verdade para Cadamosto.

Costa e Silva acredita que algumas sociedades africanas aceitavam a presença de estrangeiros e permitiam-lhes a sua convivência. Muitos viam com bons olhos a chegada de homens vindos de outros lugares com culturas distintas.

Os acãs¹⁵⁶ (...) em suas florestas subpovoadas (...) viram com bons olhos a chegada das caravelas, porque isto significava romper a dependência dos uângaras e abrir na margem oposta da floresta novos centros receptores e distribuidores de escravos e outras mercadorias estrangeiras.¹⁵⁷

¹⁵⁴ Ibid., pp. 107-108.

¹⁵⁵ HAMBATÊ BÂ, Amadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph. (Editor). *História Geral da África I: Metodologia e pré-história da África*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.

¹⁵⁶ O autor se refere aos acãs situados no litoral. SILVA, Alberto da Costa. A Costa do ouro. In: *A manilha e o libambo: A África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Brasil: Editora Nova Fronteira, 2011, p. 208.

¹⁵⁷ Ibid., loc. cit.

Segundo o embaixador Costa e Silva, os africanos recebiam bem aqueles que chegavam. Na Guiné, por exemplo, era um costume comum receber bem o forasteiro. Em muitas regiões procurava-se reservar um cantinho para os estrangeiros e muitas etnias ainda procuravam integrar estes à comunidade, seja como cliente ou protegido de uma pessoa ou de uma linhagem.¹⁵⁸ Muitos estrangeiros ainda casavam-se com mulheres africanas que, passavam a ser, ao mesmo tempo, donas de casa, agricultora e comerciante.

As mulheres tinham uma presença forte no comércio da Senegâmbia e dos Rios da Guiné. Elas sabiam negociar os preços dos produtos que vendiam nas feiras. Muitas deixavam de praticar os mercados mais distantes por conta da maternidade e contavam com a ajuda das outras esposas do marido, das filhas mais velhas e das amigas.

Além disso, nas comunidades matrilineares era comum a mulher se mudar para o vilarejo do marido, sem abandonar as relações com o seu povoado, com a sua linhagem. Nessas sociedades próximas aos Rios da Guiné, os filhos pertenciam a linhagem materna e por isso, quando adolescentes, tinham de ser entregues ao irmão mais velho da mãe para viverem na antiga aldeia dela.

Além disso, durante o século XV, as comerciantes se beneficiavam com o aumento do comércio por conta da chegada dos europeus. Elas acabavam trazendo mais produtos para os mercados como mais arroz, inhames, azeite de dendê, mais legumes, frutas a fim de atender as necessidades do mercado que crescia com o passar do tempo, não só em números, mas também na qualidade.¹⁵⁹

Essas relações comerciais eram importantes para estabelecer vínculos entre portugueses e africanos na fase inicial da expansão. Muitos desses homens casavam-se

¹⁵⁸ SILVA, Alberto da Costa. Os lançados. In: *A manilha e o libambo: A África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Brasil: Editora Nova Fronteira, 2011, p. 236.

¹⁵⁹ *Ibid.*, p. 238.

com as africanas a fim de obter vantagens nessas negociações visto que os portugueses ganhavam status e maior segurança. Além do mais, ambos aprendiam a se relacionar com os seus iguais: ela aprendia a negociar com os portugueses; e ele, aprendia as artimanhas dos africanos, suas regras.¹⁶⁰

Um outro problema apontado na obra do viajante Cadamosto se deve ao fato dela ter ganhado muitas versões, o que pode ter implicado na autenticidade das informações contidas no relato do veneziano. Por muitas vezes, a ortografia ou a sintaxe do seu texto foi alterada para dar sentido, portanto, seu conteúdo pode ter sido interferido e modificado¹⁶¹.

Além disso, o tempo que o mercador levou para começar a escrever seu relato, cerca de dez anos depois, implica numa possível inexatidão da sua memória, já que como afirma Michael Pollak, esta é seletiva. Ou seja, “nem tudo fica gravado, e nem tudo fica registrado. [...] A memória também sofre flutuações, que são em função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa”¹⁶².

A memória é construída, é um processo vinculado ao presente, onde o indivíduo percebe o passado e, a partir deste, constrói suas lembranças. Logo, a memória não é real, ela é forjada, seletiva, pois seleciona apenas algumas partes e momentos. E mais, segundo Pollak, o processo de esquecimento é condição necessária para se viver.

De fato, o tempo que Cadamosto viveu suas experiências na África até começar a redigir seu texto pode ter influenciado diretamente as informações contidas nos seus relatos. Ou seja, muitos detalhes que poderiam ser de suma importância, podem ter sido esquecidos ou, até mesmo, deixados para trás.

¹⁶⁰ Ibid., pp. 238-239.

¹⁶¹ Sua obra foi traduzida para latim, flamengo, português e francês. CORREA, *op. cit.*, 2002, p.107.

¹⁶² POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/1941>> Acesso em: 15 jan. 2012, pp. 203-204.

Inclusive, o veneziano reconhece que o tempo pode vir a prejudicar o relato dos fatos e, em todo momento, se coloca frente ao texto, prometendo ao leitor sempre dizer a verdade,

Enquanto minha memória permitir, percorrerei com a pluma estas lembranças do que vi e vivi. Estas, se não forem ordenadas com o rigor esperado, terão ao menos o mérito de ser integralmente verdadeiras, pois prefiro dizer pouco em verdade ao invés de muito em contrário¹⁶³.

Além disso, a obra publicada do viajante veneziano traz as descrições do português Pedro de Sintra que, segundo Horta, seria um português anônimo que teria comunicado suas experiências oralmente à Cadamosto. No século XV, era muito comum conter o relato de outra pessoa em uma mesma obra.¹⁶⁴

Nessa parte do texto, Cadamosto é mais sucinto em suas descrições, ou seja, o texto e as descrições são mais curtos, visto que o viajante apresenta ao leitor apenas o que ainda não tinha sido mencionado nos relatos de suas próprias viagens.¹⁶⁵

Contudo, sua obra contribuiu para que o mundo conhecesse um pouco da história dos povos localizados ao norte/oeste do continente africano por volta do século XV. Suas descrições detalhadas mostram-nos um jovem com opiniões bastante modernas para a época vivida, além de demonstrar uma forte tentativa de imparcialidade em suas descrições perante as diferenças das populações africanas para

¹⁶³ CADAMOSTO, 1989, p. 51 *apud* CORREA, *op. cit.*, 2002, p.108.

¹⁶⁴ HORTA, *op. cit.*, 1990, p. 220.

¹⁶⁵ *Ibid.*, *loc. cit.*

com a sua realidade.¹⁶⁶ Para Horta, o veneziano deixou os estereótipos criados pelos europeus um pouco de lado na hora de redigir os seus relatos.¹⁶⁷

Ele caracterizou as diferentes etnias, culturas, religiões, não de forma generalizada, como se todos os africanos fossem um só, mas de forma que o leitor pudesse reconhecer as imensas diversidades do continente africano. Cadamosto tentava não julgar aqueles povos e sua maneira de ser e viver. Seu foco era registrar tudo o que pudesse para aproximar o leitor, ao máximo possível, da realidade vivida por aqueles povos.

Por exemplo, quando fala sobre as habitações de determinadas regiões, ele consegue perceber que não é por falta de intelectualidade ou porque os africanos são seres irracionais, inferiores, mas sim que essas moradias são resultado dos recursos que tais povos possuem.¹⁶⁸ Para ele, esses homens “são pessoas muito simples e rudes nas coisas de que não têm prática (que são muitas), mas naquelas em que estão práticos, são tanto como qualquer de nós”.¹⁶⁹

Além do mais, Cadamosto propõe em seus relatos uma nova visão quanto aos papéis dos negros, representados na Europa, até então, como seres passivos e primitivos. Ele desconstrói a versão que impõe a vontade do homem branco sobre a dos negros. O africano aparece em seus relatos como sujeito atuante no processo da expansão portuguesa no continente, sobretudo, nas negociações comerciais.

No entanto, para Horta, devemos analisar essa nova concepção do africano com muito cuidado, visto que, havia também a prática de valorizar o “adversário” para

¹⁶⁶ Percebe-se nos relatos do viajante a tentativa em se manter o mais “imparcial” possível ao descrever os povos africanos contactados.

¹⁶⁷ CADAMOSTO, *op. cit.*, 1988, p. 239.

¹⁶⁸ *Ibid.*, p. 117.

¹⁶⁹ Cadamosto está se referindo aos africanos localizados à margem do rio Senegal. *Ibid.*, p. 121.

enaltecer os feitos portugueses. Segundo ele, esse poderia ser um artifício utilizado pelos europeus a fim de dar mais valor ao próprio feito.¹⁷⁰

Atualmente, sabemos que o relato do viajante representa uma fonte primordial para a nova historiografia africana. A partir dele pode-se caracterizar a vida, os costumes, o comércio, as relações sociais, econômicas e políticas entre os diversos povos africanos, a influência muçulmana nas regiões visitadas, a expansão dos portugueses ao longo do continente, além de estudos sobre a fauna, flora, geografia e etnografia africanas.¹⁷¹

Do mesmo modo, acompanhando as embarcações do infante, estava também o português Diogo Gomes de Sintra. Este, assim como Cadamosto, era mercador, mas deu início a sua vida diplomática ainda em Portugal, onde ocupou importantes cargos régios ao longo do século XV.¹⁷²

Suas viagens pela África foram marcadas pelo mapeamento geográfico e comercial das áreas visitadas e, num segundo momento, sua função era a de proteger as áreas já descobertas pelos portugueses.¹⁷³ Ficou conhecido, principalmente, por manter diálogos e contatos abertos que proporcionaram importantes trocas comerciais entre os europeus e os africanos.

Segundo Horta, a obra de Gomes é um exemplo típico de literatura de viagens produzida no século XV. Em seu relato, encontramos acontecimentos vividos e que estiveram presentes em sua memória, atrelados a descrição das terras e dos povos africanos.

¹⁷⁰ HORTA, *op. cit.*, 1990, p.240.

¹⁷¹ CORREA, *op. cit.*, 2002, p.125.

¹⁷² Diogo Gomes de Sintra foi mercador, almoxarife e navegador à serviço do infante D. Henrique e D. Afonso V. SINTRA, Diogo Gomes de. *Descobrimento primeiro da Guiné*. (Obras clássicas da literatura portuguesa; 160). Edições Colibri. Literatura Medieval. Edição crítica de Aires A. Nascimento. Introdução histórica de Henrique Pinto Rema. Lisboa, Junho de 2002, p. 33.

¹⁷³ OLIVEIRA, Aurélio de. “Diogo Gomes: Trato e diplomacia ao serviço da Expansão”. Porto: Revista da Faculdade de Letras HISTÓRIA, 2002.

Concretizando, atente-se ao Relato de Diogo Gomes e Martinho de Boêmia, sendo considerada uma descrição de terras, um exemplo típico da literatura de viagens, ao mesclar ou justapor a memória individual de acontecimentos passados em que o relator também participou - a esse título inclui, sem dúvida e em destaque, uma relação de viagem à descrição de terras, propriamente ditas.¹⁷⁴

Assim como o veneziano, Gomes fez duas viagens à África: a primeira, em 1456 e a segunda, em 1460. O português visitou as regiões da Guiné, Senegal, Gâmbia e algumas ilhas do arquipélago de Cabo Verde, sendo ele o “descobridor” de muitas delas.¹⁷⁵

Para contar e registrar suas experiências com os povos dessas regiões e sobre as possíveis relações comerciais vantajosas que poderiam vir a se estabelecer com os africanos, o viajante redigiu a obra intitulada *Descobrimento Primeiro da Guiné*.¹⁷⁶

Na época em que escreveu a narrativa, Diogo Gomes de Sintra era também muito jovem. Especula-se que o português tinha em torno de vinte anos quando realizou sua primeira viagem à África.¹⁷⁷ Apesar do viajante não se propor a detalhar os costumes dos africanos, ele conseguiu descrever o cotidiano desses povos e trazer informações importantes sobre as regiões visitadas.

¹⁷⁴ HORTA, *op. cit.*, 1990, p. 218.

¹⁷⁵ Falaremos mais adiante sobre isso.

¹⁷⁶ A obra contém duas partes, “De prima inventione Guinee” e “De insulis primo inventis in Mare oceano Occidentis et primo de insulis Fortunatis quae nunc de Canaria Vocantur: de insula Selvagem, insula de Porto Sancto, de insula de Madeyra, de inventione insularum de Açores”. SINTRA, *op. cit.*, 2002, pp. 34-35.

¹⁷⁷ Sua morte é datada de 1502. SINTRA, *op. cit.*, 2002, p. 8.

O diário de viagem de Gomes foi encontrado dentro do manuscrito de Valentim Fernandes,¹⁷⁸ sob o título *De prima inventione Guineae*.¹⁷⁹ O manuscrito chamado de *Códice Valentim Fernandes* foi publicado em latim, em 1506.

Segundo Aires A. Nascimento, autor que fez a crítica da edição publicada pela Editora Colibri, em 2002,¹⁸⁰ o relato de Diogo Gomes traz um texto bastante informal. Como vimos anteriormente, essa era uma prática comum dos viajantes que acompanhavam o infante D. Henrique, visto que a ideia de se fazer entender aos leitores era a que prevalecia.¹⁸¹

No entanto, levando-se em consideração o fato de Gomes ser um viajante oficial da Coroa portuguesa, Nascimento afirma que há nos escritos uma extrema simplicidade, muitas vezes fora das normas da gramática e do vocabulário consagrados pela tradição clássica adotada pelo Estado português. O que para ele, demonstra que não houve um processo tão controlado sob sua obra, como era o habitual num trabalho de *scriptorium*.¹⁸²

Além disso, nas edições anteriores da obra de Gomes, há uma leitura descontextualizada que pode vir ocasionar na perda de alguns significados que, talvez, o autor quisesse dar ao seu texto. Isso demonstra que, os copistas do manuscrito¹⁸³ não

¹⁷⁸ Valentim Fernandes era tipógrafo, natural da Morávia e domiciliado em Portugal, onde montou sua oficina de impressão de livros. Foi durante este período que se interessou pelos descobrimentos portugueses. Ele teve um papel importante na introdução da técnica impressória em Portugal, entre 1493 e 1514. *Ibid.*, p. 34.

¹⁷⁹ *Códice Valentim Fernandes - leitura paleográfica, notas e índice* pelo acadêmico de número José Pereira da Costa, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997. *Ibid.*, p. 7.

¹⁸⁰ *Ibid.*, *loc. cit.*

¹⁸¹ Autores como Valentim Fernandes, André Donelha, por exemplo, trazem essa característica em suas obras.

¹⁸² Era uma espécie de complemento da biblioteca, ou seja, um espaço reservado aos estudos dos homens que redigiam os manuscritos.

¹⁸³ Os principais copistas citados por Nascimento são J. A. Schmeller, Marquês de Resende, Gabriel Pereira, Joaquim Bensaúde, António Baião, Raymond Mauny, Daniel López-Cañete Quiles e José Pereira da Costa. *SINTRA, op. cit.*, 2002, pp. 7-8.

tiveram o rigor e o comprometimento esperado ao redigir o texto do funcionário régio.¹⁸⁴

Do mesmo modo, a obra de Gomes, assim como a de Cadamosto, também é questionada pelos especialistas sobre o tema quanto à veracidade das informações nela contida. Não podemos comprovar se o relato foi escrito pelo viajante de próprio punho ou se ele as relatou para o alemão Martim Behaim, mais conhecido como Martinho de Boémia.¹⁸⁵

Para o autor Thiago Motta, o português narrou suas vivências ao alemão, décadas depois dos acontecimentos. Segundo ele, a crônica foi escrita entre 1499 e 1502, ou seja, cerca de 60 anos após sua viagem ao continente africano, estando a obra do mesmo sujeita aos mesmos elementos a que se referem ao relato de Cadamosto: construída entre memórias, esquecimentos e imaginação.¹⁸⁶

Para Duarte Leite, a modalidade discursiva e o texto escrito na terceira pessoa, registro e exibição da ciência supõem que o relato tenha sim sido escrito por Behaim. A hipótese do autor consiste na ideia de que Gomes era um navegador experiente e que, há algumas passagens na obra que nos levam a crer que ele não sabia o que estava fazendo. Para ele, não foi o português quem redigiu o texto e, quem o escreveu ainda traiu suas expressões e toda a experiência adquirida ao longo de sua vida.

Ainda na parte introdutória do relato, Nascimento define Diogo Gomes como o “navegante que conhece bem as correntes que cruzam os mares”.¹⁸⁷ Para ele, o viajante

¹⁸⁴ Ibid., pp. 9-12.

¹⁸⁵ Sabe-se que Martim Behaim era mercador e que se aventurou na África junto com outros navegantes na época da expansão marítima portuguesa. Foi através de Diogo Gomes que ele tomou conhecimento sobre a história do descobrimento da Guiné. Ibid., pp. 33-34.

¹⁸⁶ MOTA, Thiago Henrique. *A outra cor de Mafamede. Aspectos do islamismo da Guiné em três narrativas luso-africanas (1594-1625)*. 2014. 281 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – UFF, Rio de Janeiro, 2014.

¹⁸⁷ SINTRA, *op. cit.*, 2002, p. 11.

sabia o que estava fazendo ao embarcar ao lado dos homens do infante e tinha um vasto conhecimento sobre os instrumentos náuticos utilizados em longas viagens.

Entretanto, ao analisar criticamente algumas passagens do viajante, ele reconhece que no texto há contradições sobre a experiência do mesmo. Ao falar, por exemplo, sobre o descobrimento de uma das ilhas de Cabo Verde, Gomes relata o clima da região: “neste lugar começa a linha equinocial, pois os dias e as noites são aí sempre iguais tanto no inverno como no verão”.¹⁸⁸ Para Nascimento, esse não seria o discurso de um navegador com uma vasta experiência, como era o caso de Gomes.

Em contrapartida, alguns autores definem o português como “um homem orgulhoso que pretendia firmar-se numa autoridade”.¹⁸⁹ Para isso, não seria difícil imaginar um navegador com a confiança do infante D. Henrique e com a vaidade do “diplomata” assumindo aquelas opiniões como se fossem suas.

Para Aurélio de Oliveira, por exemplo, há uma série de controvérsias quanto aos conhecimentos e a autenticidade, não só dos instrumentos, mas também dos recursos náuticos por eles utilizados.¹⁹⁰

Já para Henrique Pinto Rema, responsável pela introdução histórica da obra publicada em 2002, Gomes teria ditado suas memórias, nos anos finais do século XV ao Behaim. Ou seja, ele defende a ideia de que essas memórias podem ter sido relatadas sobre fatos que se reportavam há anos atrás. Além disso, Rema acredita ser este um texto de segunda mão, numa língua não materna dos dois intervenientes.¹⁹¹

Para o historiador português, Luis de Albuquerque, a versão oral, definida por ele como em “mau latim”, dada por Gomes à Behaim é fortemente suspeita de conter “interpolações e elementos espúrios e que a determinação de latitudes no mar por

¹⁸⁸ Ibid., p. 65

¹⁸⁹ Ibid., p. 146

¹⁹⁰ OLIVEIRA, *op. cit.*, 2002, p. 166.

¹⁹¹ O relato foi publicado em latim. SINTRA, *op. cit.*, 2002, p. 33.

observações meridianas do Sol e as tabelas astronômicas dos guias náuticos do princípio do século XVI, derivam do *Almanach Perpetuum de Zacuto*”.¹⁹² Além disso, tanto Albuquerque quanto Rema apontam algumas incorreções relativamente à toponímia¹⁹³ de litorais africanos.

É interessante perceber que o relato de Diogo Gomes, responsável por estabelecer relações diplomáticas no continente africano, consegue ilustrar os debates historiográficos sobre o interesse das viagens do infante D. Henrique na África.

Sabemos que sua obra possui um caráter estritamente econômico, na qual o português se dedica a escrever páginas e mais páginas sobre as relações comerciais entre os europeus e os africanos. Contudo, as discussões que permeiam o tema, como a busca pelo aumento do número de fiéis e o desejo de estar em terras ainda desconhecidas, são facilmente encontrados.

Por isso, seu relato também não pode ser ignorado pela historiografia, pois, mesmo com todas as indagações recorrentes, a obra do português, assim como a de Cadamosto, nos remete a informações detalhadas sobre as primeiras negociações comerciais entre africanos e portugueses até o Golfo da Guiné.¹⁹⁴ Tais dados, quando verificados junto ao contexto histórico, são ricos e valiosos.

¹⁹² O *Almanach perpetuum* foi um dos quatro primeiros livros impressos em Portugal e o primeiro no que respeita às Matemáticas. Este foi escrito entre os anos de 1473 e 1478. <<http://tipografos.net/historia/zacuto.html>> Acesso em: 09 de Janeiro de 2015.

¹⁹³ Significado de Toponímia: estudo linguístico e histórico da origem dos nomes de lugar. <<http://www.dicio.com.br/toponimia>>

¹⁹⁴ ALBUQUERQUE, Luis de. O descobrimento das Ilhas de Cabo Verde. In: ALBUQUERQUE, Luis de, SANTOS, Emília Madeira. (coord.) *História Geral de Cabo Verde I*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), 1991.

Considerações finais

Podemos dizer que ambos os relatos das viagens à África analisados no presente estudo são de suma importância para a pesquisa histórica, já que com eles é possível reconstruir os momentos iniciais da expansão marítima portuguesa pela costa africana, num período posterior a 1447, ano de publicação da já mencionada, *Crónica do Descobrimento e da Conquista da Guiné*, escrita por Zurara.¹⁹⁵

Como podemos perceber, a escolha das narrativas se deu, justamente, por se tratar de relatos de viagens de períodos muito próximos: Cadamosto foi à África em 1455 e 1456; Gomes, em 1456 e 1460. Por isso, mesmo que o veneziano tenha redigido seu texto anos depois, podemos dizer que as obras são contemporâneas. Além disso, os dois fizeram o mesmo percurso, ou seja, estiveram nas mesmas regiões da África, como Senegal, Gâmbia, Guiné e o arquipélago de Cabo Verde e, por muitas vezes, fizeram contatos com os mesmos povos.

No entanto, seus relatos se chocam, principalmente, por ambos se declararem descobridores das ilhas do arquipélago de Cabo Verde. Segundo Perez,¹⁹⁶ muitos estudiosos defendem a ideia de que Cadamosto não estaria falando a verdade quanto à descoberta das ilhas cabo-verdianas.

Inclusive, alguns estudiosos apontam que tais terras já tinham sido descobertas por Gomes, quando o veneziano as encontrou.¹⁹⁷ Em contrapartida, o historiador Albuquerque¹⁹⁸ defende a presença pioneira do mercador em algumas ilhas do grupo

¹⁹⁵ A Crônica de Zurara é a primeira fonte impressa sobre a região da Guiné. Nela, se encontram informações importantes sobre o infante D. Henrique e sobre os primeiros contatos dos europeus com os habitantes das Ilhas Canárias, com os mouros do Saara e com os negros da Guiné. CORREA, *op. cit.*, 2002, p. 100.

¹⁹⁶ Damião Perez escreveu o prefácio do relato de Cadamosto.

¹⁹⁷ Sob o ponto de vista físico e geográfico, Oliveira acredita ser impossível considerar Cadamosto o descobridor das ilhas. OLIVEIRA, *op. cit.*, 2002, p. 183.

¹⁹⁸ ALBUQUERQUE, *op. cit.*, 1991, p. 25.

oriental do arquipélago de Cabo Verde. Essa é uma questão que ainda se encontra em discussão na historiografia.

Todavia, Albuquerque afirma que ainda que o relato do veneziano apresente algumas contradições, ele está entre os menos suspeitos.¹⁹⁹ Para ele, as informações contidas na obra, quando verificadas junto ao contexto histórico, são extremamente preciosas. O mesmo podemos dizer sobre a obra de Diogo Gomes que nos fornece importantes detalhes sobre as trocas comerciais entre europeus e africanos e o mapeamento geográfico das regiões visitadas.

Além disso, os traços físicos dos africanos são representados de diversas maneiras nos dois relatos. Cadamosto, por exemplo, é muito mais criterioso em suas descrições do que Diogo Gomes. Este prioriza dar detalhes ao leitor sobre as terras encontradas, onde e como a acharam, além de fornecer informações sobre os seus habitantes.

Segundo Horta, essas diferenças nas descrições demonstram a função de cada viajante na hora da escrita, refletindo claramente os interesses e objetivos materiais e espirituais da própria Coroa portuguesa e do infante D. Henrique.²⁰⁰

O presente estudo objetiva mostrar a importância da produção e do reconhecimento desses relatos de viagens no período da expansão marítima portuguesa, principalmente pela quantidade de informações que estas obras nos fornecem sobre os povos e as regiões africanas. Há nos diários de viagens desses homens um leque de possibilidades que, inclusive, nos permite pensar em como a imagem do africano estava sendo representada na Europa durante o período dos descobrimentos.

Através das obras de Cadamosto e Gomes foi possível analisar os primeiros contatos estabelecidos entre os diferentes povos da África e os europeus durante a fase

¹⁹⁹ Ibid., *loc. cit.*

²⁰⁰ HORTA, *op. cit.*, 1990, p. 234.

inicial do processo de expansão marítima portuguesa, como, por exemplo, as primeiras negociações comerciais estabelecidas no continente, onde os africanos aparecem como sujeitos ativos nas relações comerciais, nas trocas, no comércio de escravos e de mercadorias.

Por isso, a literatura de viagem produzida no século XV deve ser reconhecida como fonte para a nova historiografia sobre a África, além de conter informações altamente relevantes sobre a fase inicial do processo de expansão ultramarina portuguesa ao continente. Através dessas obras podemos compreender a vida dos habitantes de diversas etnias africanas, seu vestuário, alimentação, práticas de higiene, sexualidade, cultura e capacidade bélica.

Além disso, como afirma Nascimento, os relatos desses dois europeus sobre a África são as únicas fontes que mostram, com detalhes, as características das regiões e dos seus habitantes na segunda metade do século XV.²⁰¹

²⁰¹ SINTRA, *op. cit.*, 2002, p. 50.

Capítulo 3 - Os relatos de Diogo Gomes de Sintra e de Luis de Cadamosto

Ao analisarmos a obra de Diogo Gomes de Sintra, *Descobrimento Primeiro da Guiné*, encontramos nas primeiras páginas um panorama sobre o início das viagens de descobrimentos comandadas por D. Henrique ao continente africano, no começo do século XV.²⁰² Segundo ele, o infante teve um papel fundamental nas viagens de expansão: “infante esse que sempre cuidou em manter fidalgos de boa estirpe e mandá-los às suas custas saber de regiões estranhas”.²⁰³

É importante mencionarmos que os europeus não demonstravam surpresa ao ver os homens negros encontrados no continente africano. Os cronistas do período estudado não relatam estarem impressionados com a cor da pele dos africanos contatados no litoral da África. Pelo o que relata o embaixador Costa e Silva, a Europa já estava acostumada a receber em seus portos, negros e mulatos do norte do continente e do Saara.²⁰⁴

Segundo o autor, numa das crônicas escritas por Zurara, a *Crônica do Conde D. Pedro*, consta a seguinte descrição,

[...] um barco que saía de Larache, se tomaram por presa 56 mouros negros, dos quais três mulheres. É possível que fossem chamados negros porque mulatos ou berberes de pele mais

²⁰² Gomes escreve com detalhes os lugares encontrados pelos portugueses, como por exemplo, a Ilha dita Grã-Canária (na língua natua – Tele, que quer dizer fértil); o Cabo Não (fortes correntes), quem passar além do Cabo Não, tornará sim ou não; e a Terra Alta, descoberta por Gonçalves Velho, em 1416. SINTRA, Diogo Gomes de. *Descobrimento primeiro da Guiné*. (Obras clássicas da literatura portuguesa; 160). Edições Colibri. Literatura Medieval. Edição crítica de Aires A. Nascimento. Introdução histórica de Henrique Pinto Rema. Lisboa, Junho de 2002, p. 51.

²⁰³Ibid., *loc. cit.*

²⁰⁴ SILVA, Alberto da Costa e. O escravo negro na Idade Média europeia. In: *A manilha e o libambo: A África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Brasil: Editora Nova Fronteira, 2011, p. 133.

escura, porém o mais provável é que fossem escravos trazidos do sul do deserto (ou deles descendentes), tão comuns nas cidades e nos campos marroquinos e nos oásis e grupos nômades do Saara Ocidental. Davam os portugueses o nome de mouros a esses negros porque eram muçulmanos.²⁰⁵

O que nos chama atenção em tal descrição é o termo “mouro” utilizado na crônica oficial da Coroa portuguesa para definir aqueles negros encontrados no norte do continente, mas que tinham como religião a muçulmana. Podemos observar, que tal termo era muito comum entre os relatos do período, o que nos faz pensar quem eram os mouros encontrados ao longo das viagens em torno do litoral africano.

De acordo com o embaixador Costa e Silva, a maior parte dos árabes ou berberes encontrados não era escravizada. Muitas vezes eram feitas negociações de resgate que, por sua vez, davam muitos lucros aos islamizados.²⁰⁶ Além disso, vale ressaltar que, os negros já circulavam pela Europa na metade do século IX, mais precisamente em 859, em países como a Irlanda, por exemplo. Segundo o autor, os africanos eram levados para vários lugares do mundo.²⁰⁷

A busca pelo ouro africano

No século XIII, mercadores venezianos e genoveses tornaram-se fornecedores de escravos muçulmanos por toda a Europa. Tais mercadores aproveitavam as redes comerciais já existentes localizadas nas costas da África e do Índico. Além deles, navios

²⁰⁵ Ibid., p. 144.

²⁰⁶ Muitos esperavam meses e até anos em servidão até que os seus iguais pagassem tal resgate ou que fossem trocados por cristãos. Ibid., p. 134.

²⁰⁷ Ibid., p. 135.

portugueses, castelhanos e catalães frequentavam o norte do continente estabelecendo comércio com os portos de Ceuta, Túnis, Trípoli, Tremecém e Marraquexe. Buscavam, sobretudo, situar-se o mais próximo das rotas caravaneiras do Saara a fim de conseguir chegar ao ouro sudanês.²⁰⁸

Dando continuidade à sua obra, Gomes se dedicou a escrever algumas situações que contaram com a participação do príncipe português: “Ao ouvir isto [sobre as regiões descobertas], o infante incitou-o a vir a saber daquelas terras por mar para estabelecer comércio com elas e para garantir casa aos seus nobres”.²⁰⁹

Nesse contexto, o português também narrou as inúmeras dificuldades enfrentadas pelos homens que o acompanhavam na ultrapassagem das fortes correntes marítimas pela qual passavam.²¹⁰ Descreveu os contatos iniciais entre aqueles que o seguiam e os sarracenos ruivos da Guiné, o primeiro combate narrado entre europeus e os homens da África: “foi nesse dia que pela primeira vez se derramou sangue de cristãos na terra da Guiné”.²¹¹

Sobre esses primeiros contatos com as terras africanas, Diogo Gomes nos conta que, depois de tomar conhecimento da existência de seres humanos nas terras africanas desconhecidas, o infante D. Henrique teria ficado maravilhado e muito grato aos homens que lá foram, “admirou eles as redes que traziam com eles feitas pelos homens daquela terra”.²¹²

Corroborando com tais sentimentos de gratidão, Zurara também registrou em sua crônica a alegria do infante ao saber “a novidade daqueles servos [...] não por sua quantidade, mas pela esperança dos outros que podia haver.”. O cronista oficial da

²⁰⁸ Ouro este tão procurado ao longo do século XV pelos europeus e que, inclusive, consta nos relatos dos viajantes no qual estamos abordando. *Ibid.*, p. 142.

²⁰⁹ SINTRA, *op. cit.*, 2002, p. 53.

²¹⁰ *Ibid.*, *loc. cit.*

²¹¹ *Ibid.*, p. 55

²¹² D. Henrique teria ficado maravilhado com as redes de pesca feitas com cascas de árvores pelos africanos. *Ibid.*, *loc. cit.*

Coroa portuguesa, reforçando novamente o caráter religioso das viagens de expansão, sugere um maior número de possíveis fiéis,

[...] e haveis de notar que estes negros, posto que sejam mouros [isto é, muçulmanos] como os outros [os árabes], são porém servos daqueles por antigo costume, o qual creio que seja por causa da maldição que depois do dilúvio lançou Noé sobre seu filho Cam, pelo o qual o maldisse, que a sua geração fosse sujeita a todas as outras gerações do mundo (...).²¹³

Essa maldição, muito conhecida no mundo antigo, percorreu os séculos das viagens de expansão e as obras produzidas neste período. Segundo a maldição, o filho de Noé, Cam, teria visto seu pai embriagado e nu e danou-se a rir por conta de tal vergonha. Noé imediatamente o amaldiçoou e aos seus descendentes que, teriam partido para as terras africanas após o dilúvio.

Contudo, não podemos deixar de mencionar, que acredita-se que o príncipe português já sabia, desde meados do século XV, que as viagens ao continente africano trariam lucros a Portugal, seja através da pesca, da caça aos lobos marinhos (interesse pela gordura) ou pela comercialização de escravos, “desses inúmeros lobos marinhos trouxeram alguns consigo para Portugal para o senhor Infante que muito ficava maravilhado”.²¹⁴ Apesar disso, o lucro através do ouro só se concretizou após sua morte em 1460.²¹⁵

²¹³ Tal maldição foi usada posteriormente para justificar teologicamente a inferioridade das raças. M' BOKOLO, Elikia. Nascimento e expansão do tráfico europeu. In: *A África Negra: História e Civilizações até ao Século XVIII*. Bahia: Editora EDUFBA, 2009, p. 262.

²¹⁴ Ibid., *loc. cit.*

²¹⁵ O infante D. Henrique morreu em 13 de dezembro de 1460. SINTRA, *op. cit.*, 2002, p. 65.

Sabemos que por muitos anos D. Henrique não pôde estabelecer relações mais próximas no continente, visto que seu irmão, D. Duarte, que havia se tornado rei de Portugal após a morte de seu pai, enviou o exército e a armada para a cidade de Tânger, no Marrocos.²¹⁶ Em relação a este período, Gomes nos diz que, toda essa situação não trouxe nenhuma importância militar para o Estado português.

Somente após a morte de D. Duarte é que o infante recebeu do, então, Sumo Pontífice Eugênio IV, “de que nenhum príncipe, rei ou senhor algum ousaria ir às partes da Guiné sem licença sua e do rei de Portugal, sob pena de excomunhão”.²¹⁷ Para Nascimento, este seria um dos erros cronológicos presente na obra do viajante português, pois a Bula de Concessão é de Nicolau V e data de 1454 e não do Papa Eugênio IV, que assumiu até 1447.²¹⁸

Corroborando com as ideias defendidas por Nascimento, M’ Bokolo, afirma que, no ano de 1455, a bula *Romanus Pontifex* do papa Nicolau V consagrou os direitos de Portugal sobre as descobertas africanas e sobre todas as terras a descobrir.²¹⁹

As estratégias das primeiras viagens

Na segunda metade do século XV, o infante resolveu dar continuidade ao investimento na África à procura de gente e, assim, estabelecer relações de paz: “e que, se encontrassem gente, fizessem tratado de paz com ela”.²²⁰ O objetivo a partir de então era estabelecer relações amistosas com os povos africanos que aparecessem em seus caminhos.

²¹⁶ Ibid., p. 55.

²¹⁷ Ibid., p. 65.

²¹⁸ Ibid., p. 148.

²¹⁹ M’ BOKOLO, *op. cit.*, 2009, p. 258.

²²⁰ Essa citação foi retirada da descrição feita por Gomes ao falar sobre as duas caravelas enviadas pelo infante, comandadas por Nuno Tristão e Antão Gonçalves. SINTRA, *op. cit.*, 2002, p. 55.

Entretanto, como vimos anteriormente, durante as primeiras viagens, muitos navios portugueses desembarcavam em lugares propícios para capturar os negros que, surpreendidos, acabavam escravizados. Inclusive, nas viagens acompanhadas pelo “diplomata” português Diogo Gomes, ele pôde presenciar esse tipo de ação, “cheios de satisfação, saltaram em terra com as suas armas e apanharam treze homens e mulheres, enquanto o resto fugia”.²²¹

Por conta disso, muitos povos africanos que viviam na orla e em suas proximidades, começaram a ter necessidade de se refugiar, como já foi mencionado. Ou seja, eles fugiam para o interior dos sertões, dificultando a aproximação dos europeus que vinham com o mesmo objetivo.

Segundo Gomes, “as pessoas fugiam da costa porque já tinham sido postas de sobreaviso”.²²² Como foi o caso dos muitos cenégios, encontrados na Ilha de Arguim: “Arguim é uma ilha junto da terra, muito povoada por Cenégios; estavam eles por tal modo postos de aviso a respeito daquelas caravelas que a maior parte deles fugiram, embora muitos outros tenham ficado cativos e mortos”.²²³

²²¹ Ibid., p. 57.

²²² Ibid., *loc. cit.*

²²³ Ibid., p. 61.

Figura 4

Localização da Ilha de Arguim



Fonte: SILVA, Alberto da Costa. *A manilha e o libambo: A África e a escravidão, de 1500 a 1700*.

Brasil: Editora Nova Fronteira, 2011, p. 1058.

Este teria sido o primeiro contato com os cenégios ou árabes que,²²⁴ segundo Gomes, viviam “à maneira de animais, comendo carnes quase cruas e leite”.²²⁵ Além disso, o viajante os definiu como mentirosos, “disseram-lhes muitas mentiras e diziam muitas outras coisas que se via que eram mentira”.²²⁶

É importante sabermos que os métodos de captura utilizados pelos portugueses durante anos era uma das formas que eles tinham para recolherem o maior número

²²⁴ Ibid., *loc. cit.*

²²⁵ Ibid., p. 59.

²²⁶ Ibid., *loc. cit.*

possível de informações. Estar na presença de africanos cativos era o mesmo que obter informações preciosas sobre as regiões e os povos africanos. Segundo consta no relato do português,

O senhor infante ficou a saber por eles o caminho para chegar a Tambucutu. Disseram-lhes muitas mentiras. Disseram que os árabes quando vão de Adém para Tambucutu levam um total de 400 a 500 camelos em fila e que encontram no caminho uma grande montanha a que dão o nome de Montanha de Abofur; disseram que essa era povoada de gente de maravilhar, por tal forma que os machos têm vulto de cão e uma grande cauda e são peludos ao passo que as mulheres são de muita beleza e grandes ancas. E dizem muitas coisas que viam que eram mentiras. Disseram também que muitas vezes de Tambucutu faziam regresso uns 300 camelos carregados de ouro. Foi esta a primeira notícia que se pôs a correr sobre o ouro e onde se encontrava a origem dele.²²⁷

Através dessas informações prestadas pelos africanos capturados, os europeus foram desbravando novas regiões e obtendo informações sobre as negociações comerciais, os costumes dos povos que viviam na África e características importantes sobre eles.

Confirmando as ideias de Gomes sobre os contatos iniciais entre africanos e europeus, Luis de Cadamosto, em seu relato *Viagens de Luis Cadamosto e de Pedro de*

²²⁷ Ibid., p. 59.

Sintra,²²⁸ nos mostra, com uma descrição veemente, como os portugueses chegavam às ilhas, surpreendendo seus habitantes e tomando as aldeias, sequestrando, principalmente, homens e mulheres árabes, e levando para Portugal. O veneziano conta que esses métodos de captura dos africanos pelos portugueses duraram cerca de 13 anos.²²⁹

Após este período, o infante D. Henrique ordenou que os navegantes estabelecessem boas relações com os africanos, para, conseqüentemente, conquistarem relações satisfatórias de comércio. “[...] há um certo tempo para cá, tudo se reduziu à paz e a trato de mercadoria; e não consente o dito senhor infante que seja feito mais dano a nenhum [...]”²³⁰

De acordo com as descrições relatadas por Cadamosto, a vontade do príncipe D. Henrique era realmente obedecida pelos marinheiros que o acompanhava. Numa das partes do seu relato, quando descreveu sua chegada ao rio Gâmbra,²³¹ ele diz assim:

[...] com o mandado de se, por acaso, os negros do país viessem, com suas almadias ou sejam barcos, para os assaltar, logo se recolhessem ao navio, sem contender com eles: e isto, porque nós tínhamos ali sido levados na intenção de tratar com o país boa paz e concórdia, ou deles alcançar amizade, a qual convinha adquirir com habilidade e não por armas nem por força.²³²

O veneziano comprova, então, a mudança na ordem do infante que, ao perceber que as estratégias de captura estavam dificultando aqueles que queriam fazer bons contatos com os negros, mandou que os navegantes estabelecessem relações amistosas com os africanos. Mas até isso acontecer, muitos foram os cativos apanhados e

²²⁸ CADAMOSTO, Luis de. *Viagens de Luis Cadamosto e de Pedro de Sintra*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1988.

²²⁹ *Ibid.*, pp. 105-106.

²³⁰ *Ibid.*, *loc. cit.*

²³¹ Cadamosto chama o rio Gâmbia de rio Gâmbra.

²³² *Ibid.*, p. 150.

divididos em grupos. Nesse processo, cada um ia para uma região diferente, separavam famílias, parentes e muitos pais de seus filhos.

Ainda se tratando desses encontros iniciais, em sua obra, Gomes se propôs a contar uma das situações em que ele mesmo tomou as rédeas da situação, demonstrando a quantidade de pessoas que foram capturadas, na Ilha de Tider e depois, levadas para Portugal, “só eu, Diogo Gomes, almoxarife de Sintra, apanhei 22 pessoas que se tinham escondido e empurrei-as sozinho diante de mim, como animais, por meia légua até os barcos. O mesmo fez cada um dos outros”.²³³

Segundo ele, diante de tal circunstância, o infante havia ficado muito satisfeito.²³⁴ No entanto, essa era uma estratégia que deveria ser modificada,

[...] seguidamente, o senhor infante, no seu conselho, dizia que daí em diante não travassem luta contra a gente daquelas partes, mas fizessem aliança e trocassem mercadorias e assentassem paz com eles, pois a sua intenção era fazê-los cristãos. E mandou que as caravelas fossem de paz e não de guerra.²³⁵

A violência contra os povos africanos se faz presente nas descrições postas nos relatos produzidos pelos viajantes do século XV, seja nos métodos de captura ou na forma como eram levados até os navios portugueses com propósito de se tornar um informante eficiente nas próximas viagens ao longo da costa.

²³³ Ibid., p. 61.

²³⁴ Ibid. *loc. cit.*

²³⁵ Ibid., p. 63.

Os relatos

Nas primeiras páginas dos relatos de Cadamosto, encontramos descrições detalhadas de sua primeira viagem, em março de 1455, quando passou pela ilha de Porto Santo,²³⁶ local já habitado por portugueses há 27 anos, mas que segundo o mesmo era “muito pequena coisa”.²³⁷ Em seguida, após dois dias, ele e seus homens partiram para a Ilha da Madeira,²³⁸ que já era fornecedora de madeiras e tábuas para Portugal.²³⁹ Acredita-se que esta já havia sido ocupada entre os anos de 1420 e 1425 pelos portugueses.²⁴⁰

Através da obra do viajante veneziano, podemos perceber sua reação ao se deparar com o que nunca tinha visto ao longo de sua vida. Ele contou, por exemplo, como ficou impressionado com a diversidade dos animais existentes no continente africano. Havia uma grande variedade de aves de diferentes espécies desconhecidas pelo mercador, muitos peixes, elefantes, vespertiliões (morcegos).²⁴¹ Ele descreveu, por exemplo, a alimentação dos povos e aquilo que ele mesmo experimentou:

[...] pelo que, entendo eu que aquela carne era comida pelos negros, mandei cortar um bocado por baixo; dele comi no nosso navio, assado e cozido, para experimentar mais coisas; e para poder dizer que tinha comido de uma carne que ninguém da minha terra tinha comido.²⁴²

²³⁶ A ilha de Porto Santo era governada pelo fidalgo português Bartolomeu Polastrelo (ou Perestrelo). Ibid., p. 90.

²³⁷ Ibid., *loc. cit.*

²³⁸ A ilha da Madeira recebeu este nome porque era “tomada por árvores”. Ibid., p. 91.

²³⁹ Ibid., p. 94.

²⁴⁰ M^o BOKOLO, *op. cit.*, 2009, p. 258.

²⁴¹ CADAMOSTO, *op. cit.*, 1988, p. 169.

²⁴² Ibid., p. 168.

Quando Cadamosto e os navegantes ultrapassaram o Cabo Branco e chegaram ao rio Senegal, “o primeiro rio das terras dos negros”,²⁴³ ele descreveu o estilo de vida dos reis, que era diverso da realeza europeia. É importante sabermos que o rio Senegal tem grande importância histórica, visto que, implica na distribuição de rotas comerciais e populacionais da região.²⁴⁴

Segundo o embaixador Costa e Silva, as terras situadas ao sul de Arguim não eram de domínio exclusivo dos negros. Estes, inclusive, conviviam com os azenegues de forma nada pacífica. Às vezes, a convivência chegava a ser tranquila, porém, em sua maioria, era conflituosa, o que explica para o autor,

[...] grande curso d’água que os portugueses chamaram inicialmente Nilo – na crença de que fosse um braço ocidental do rio do Egito – tomado depois o nome de Çanaga, Çanágua, Saiaga, Sanagá ou Senegal, derivada de Zanaga, Asnaga ou Sanhaja, que eram outras denominações dos berberes azenegues.²⁴⁵

A respeito das populações próximas ao rio Senegal, do qual o veneziano não fez qualquer referência aos nomes dos povos contatados, ele nos conta como muitos deles viviam, como se alimentavam, o que eles podiam ou não fazer e ter, como se sustentavam, onde moravam e como são suas casas. E sobre a religião destes, falou

²⁴³ Ibid., pp. 115-116.

²⁴⁴ RIBEIRO, Francisco Aimara Carvalho. *No rastro do viajante: Cabo Verde e a Senegâmbia no Tratado Breve, de André Álvares de Almada (1550-1625)*. 2016. 180 f. Dissertação (Doutorado em História Social) – UFF, Rio de Janeiro, 2016, p. 27.

²⁴⁵ SILVA, Alberto da Costa e. As caravelas na Senegâmbia. In: *A manilha e o libambo: A África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Brasil: Editora Nova Fronteira, 2011, p. 150.

sobre a fé maometana,²⁴⁶ que só era praticada pelo rei quando um árabe ou azenegue estava por perto para lhe ensinar.

[...] e deveis saber que este rei não é nada semelhante aos nossos reis da Cristandade: porque o rei é senhor de gente selvagem e muito pobre, e na verdade, não há no país nenhuma cidade nem lugar murado, senão aldeias e casas de palhas (que eles não sabem fazer casas de paredes porque não tem cal e têm grande falta de pedras).²⁴⁷

Pelo o que podemos perceber na descrição do viajante veneziano, ao fazer comparações com o modo de vida europeu, ele descreveu as diferentes etnias africanas com quem estabeleceu contatos, de maneira diferente, não inferior. Para ele, esses povos utilizavam os recursos que possuíam e não porque não sabiam construir casas.

Apesar disso, a palavra “selvagem” não deixa de estar presente na obra do mercador. O termo era muito comum nas literaturas de viagens produzidas pelos viajantes europeus sobre suas experiências com outros povos no século XV. Além do mais, os depoimentos contidos na obra de Luis de Cadamosto reproduzem características bastante comuns da mentalidade de um jovem europeu do século XV: sentimentos de surpresa ao lidar com o novo e a vontade de experimentar coisas nunca antes vistas ou sentidas.

Ele descreveu homens e mulheres por suas vestimentas e demonstrou uma grande surpresa ao ver que todos andam nus na região próxima ao rio, menos os que,

²⁴⁶ Baseada nos princípios do profeta Maomé. CADAMOSTO, *op. cit.*, 1988, p. 119.

²⁴⁷ *Ibid.*, p. 117.

segundo ele, “podem alguma coisa”. Estes vestiam camisas de algodão: “as suas camisas são compridas até meia coxa e largas; e têm as mangas largas e curtas até meio braço”. Também usavam bragas (calças) de algodão. E ainda complementou: “Perguntaram-me eles a mim se alguma vez tinha visto mais belo vestido ou mais bela moda do que aquela; e têm por certo que é uma bela coisa”.²⁴⁸

O jovem mercador europeu observou as vestimentas daquelas populações africanas e, mesmo diante de um costume muito diferente do seu, Cadamosto não se mostrou intolerante ou fez qualquer comentário pejorativo, demonstrando sua tentativa em manter a imparcialidade nas descrições.

Já num segundo momento, o veneziano caracterizou as funções dos indivíduos encontrados próximo ao rio Senegal, mostrando como mulheres e homens dividiam as tarefas. Os homens realizavam os trabalhos com tecidos e utilizavam a arte de fiar o algodão, ou seja, eram responsáveis pelos trabalhos considerados femininos na Europa.²⁴⁹ Já as mulheres, cuidavam das plantações e dos serviços de casa.

Cadamosto também fez menção ao clima da região, considerando-o “muito quente”, como homens e mulheres praticavam a higiene, e espantou-se ao ver que tomavam quatro ou cinco banhos ao dia.²⁵⁰ Também os caracterizou assim: “são homens de muitas palavras e nunca acabam de falar”. E complementou utilizando adjetivos como “mentirosos e enganadores”, mas que dão de beber e comer a qualquer um sem receberem qualquer tipo de remuneração.²⁵¹

Aqui podemos estabelecer uma relação entre Cadamosto e Gomes tendo em vista que, ambos chamam atenção para uma característica em comum dos “africanos”: a de mentiroso. O português, ao falar sobre os cenégios encontrados na ilha de Arguim e,

²⁴⁸ Ibid., p.120.

²⁴⁹ Ibid., p.121.

²⁵⁰ Ibid., *loc. cit.*

²⁵¹ Ibid., pp. 121-122.

Cadamosto, ao falar sobre os negros contatados no rio Senegal. Apesar deste trazer um discurso sobrepondo a mentira e enganação com a ideia de bons homens que não ligam para o que vão receber em troca de sua solidariedade, o termo mentiroso aparece. E isso nos faz pensar no discurso que estava sendo construído na Europa durante este período sobre os homens encontrados em terras ainda desconhecidas.

Dando continuidade ao seu relato, Cadamosto nos conta sobre a arte da guerra das sociedades que viviam próximas ao rio Senegal e como estes não temiam a morte, nos chamando atenção para a sua coragem. O viajante teria ficado impressionado como eles “se matam como feras”.²⁵²

Sendo assim, a violência com que eram recebidos os navegantes, fez com que se construísse na Europa a imagem do negro africano como “animal”, “selvagem”, totalmente distante dos europeus civilizados. Diante disso, não só os discursos presentes nos relatos, mas no próprio imaginário europeu, foi sendo reproduzido uma fala de inferioridade dos povos africanos contatados.

Os chamados Turgimãos

Em sua obra, Cadamosto também menciona os primeiros escravos comprados pelos europeus. Escravos vendidos pelo senhor de Senegal, os chamados Turgimãos. Estes eram escravos que acompanhavam os navegantes europeus na exploração das terras desconhecidas no continente africano. Eram homens convertidos ao cristianismo e aprendiam a língua do “explorador”, no caso aqui, a língua portuguesa.²⁵³

Inicialmente, além de informações sobre os diversos povos encontrados, os portugueses também esperavam conseguir pistas de como chegar ao Reino de Preste

²⁵² Ibid., *loc. cit.*

²⁵³ Ibid., p. 148.

João. Esta informação seria conseguida com os escravos capturados ou comprados no litoral africano.²⁵⁴

Além do mais, com os prisioneiros esperava-se conseguir informações que o levassem as especiarias africanas e ao ouro sudanês, conhecidos através da fama dos reinos de Gana e Mali e que, passaram a ter certeza a partir da conquista de Ceuta, em 1415.²⁵⁵

Os Turgimãos foram importantíssimos para a consolidação dos primeiros contatos estabelecidos entre europeus e africanos. Funcionavam como intérpretes entre aqueles que estavam chegando e com o poderio local. Como afirma o próprio Cadamosto em seu relato de viagem,

[...] em cada um dos nossos navios, havia um negro que tínhamos trazido de Portugal: estes negros tinham sido vendidos por estes senhores do Senegal aos portugueses que tinham sido os primeiros a abordar estes mercados para vir descobrir estes países dos negros. Estes escravos tinham-se feito cristãos e compreendiam muito bem a língua espanhola.²⁵⁶

Tais escravos podiam ter sido comprados ou conseguidos pelos portugueses através das negociações de resgastes. E a importância desse tipo de escravo se dava, principalmente, pois eles desfaziam a hostilidade durante a recepção com os povos africanos encontrados e, assim, iniciavam trocas comerciais vantajosas para os europeus, auxiliando na comunicação, como já mencionado.

²⁵⁴ SILVA, *op. cit.*, 2011, p. 150.

²⁵⁵ *Ibid.*, p. 151

²⁵⁶ Cadamosto está referindo-se a língua portuguesa quando utiliza o termo espanhola.

Adquiridos na Mauritânia ou no Marrocos, podemos pensar que os primeiros turgimãos deviam falar árabe, tendo em vista sua localização, e algumas línguas africanas, talvez, jalofo, serere, mandinga ou fula. Sendo assim, Costa e Silva acredita que a partir do momento em que os europeus ultrapassavam o Casamansa, esses intérpretes não conseguiam mais compreender os povos encontrados.²⁵⁷ Segundo o embaixador,

Por não ter como se comunicar com a gente do país, Cadamosto, ao chegar ao Rio Grande, decidiu não prosseguir viagem. E com o objetivo de conseguir novo tipo de intérprete para as terras que teria pela frente, Pedro de Sintra capturou, pouco além do cabo Mesurado (na atual Libéria), um dos três rapazes que se aventuraram, confiantes, a subir à caravela. A esse, já em Portugal, apresentaram-no a vários outros, sem que um só compreendesse o que dizia. “Finalmente”, escreve Cadamosto, “de uma mulher negra, escrava de um cidadão de Lisboa, e que também era de terras distantes, foi entendido, não pela sua própria linguagem, mas por uma outra que ele e ela conheciam”.²⁵⁸

Ou seja, o mercador veneziano confirma as ideias do embaixador, mostrando-nos como os turgimãos sabiam mais de uma língua africana, além da portuguesa e a de sua própria etnia. Podemos pensar que esse era um costume comum dos povos da África: falar uma língua distinta da sua.

²⁵⁷ Ibid., p. 155.

²⁵⁸ Ibid., pp. 155-156.

Segundo Costa e Silva, em cada navio havia mais de um turgimão negro. Após estes receberem os ensinamentos cristãos e aprenderem a língua portuguesa na Europa, seus donos os cediam aos navegadores nas viagens de exploração na África. Em troca, recebiam um escravo por viagem.²⁵⁹

Além do mais, um turgimão que ensinasse a língua portuguesa e os ensinamentos católicos a quatro cativos para seu proprietário, conseguia sua alforria como “pagamento”. Nesse sentido, podemos perceber a importância desses intérpretes para os europeus, sendo este um trabalho respeitável, porém perigoso. Na maioria das vezes, era o escravo/intérprete quem fazia os primeiros contatos com os povos encontrados e o fazia até mesmo sozinho. “Qualquer gesto falso ou mal-entendido, e era um homem morto”.²⁶⁰

Sobre o perigo enfrentado pelos turgimãos, Costa e Silva nos conta um caso ocorrido entre os rios Senegal e o Gâmbia,

Na entrada de um rio entre o Senegal e o Gâmbia, o língua preto foi levado por um batel até quase a marinha. Desceu antes de chegar ao raso e, na praia, viu-se cercado por africanos. Pouco falou e menos lhe responderam, pois lhe deram pronta morte com umas espadas curtas.²⁶¹

Podemos pensar que ser um turgimão, com certeza, era uma tarefa bastante difícil, mas como esses escravos e intérpretes não tinham escolha, procuravam agir da melhor maneira possível. Atendendo as expectativas de seus proprietários e dos muitos

²⁵⁹ Ibid., p. 156.

²⁶⁰ Ibid., *loc. cit.*

²⁶¹ Ibid., p. 157.

homens que os acompanhavam nas viagens à África, podemos afirmar que os turgimãos foram bem sucedidos nos contatos iniciais.

Continuando as viagens de desbravamento do território africano

O viajante Luis de Cadamosto finaliza sua descrição dos povos do rio Senegal dizendo “e deveis saber que estes negros são os maiores nadadores que há no mundo, pelas provas que eu vi alguns darem, nadando naquelas partes”.²⁶² O veneziano narrou o seu espanto ao perceber as habilidades extraordinárias dos povos africanos, comparando-os aos europeus.

Ao falar das caravelas utilizadas por eles, Cadamosto disse que eram utilizados barcos “velocíssimos”, e não pôde esconder sua surpresa ao perceber a tamanha força e rapidez de ritmo em remos que não ficavam presos. Segundo ele, os bijagós eram quase do tamanho das caravelas portuguesas, “podendo em algumas delas caber trinta pessoas”.²⁶³

Já na obra do português Diogo Gomes, as descrições são mais sucintas. Quando partiu em direção ao rio Cenega,²⁶⁴ Gomes relatou os contatos estabelecidos com os povos encontrados e da sua tentativa em constituir relações mais próximas,

[...] a sua gente era toda negra. Os cristãos faziam-lhes sinais de paz, mas eles não entenderam. Mandaram-lhes os cristãos mercadorias que tinham trazido com eles a terra, mas eles receberam-na sem se disporem a falar. Os cristãos bem teriam podido apanhar alguns, mas não ousavam fazê-lo, pois o senhor

²⁶² CADAMOSTO, *op. cit.*, 1988, p. 123.

²⁶³ SILVA, *op. cit.*, 2011, p. 153.

²⁶⁴ Gomes chama de Cenega, o rio Senegal. SINTRA, *op. cit.*, 2002, p. 63.

infante tinha-lhes mandado que não lhes fizessem nada de mal e assim eles lhes fizeram.²⁶⁵

Mais adiante, segundo o viajante, os europeus conseguiram estabelecer trocas comerciais com os africanos da terra chamada Gelofa.²⁶⁶ Com ajuda dos turgimãos, também mencionados nos relatos de Cadamosto, eles conseguiram negociar com os povos jalofos.²⁶⁷

Os jalofos, contatados pelos portugueses entre os rios Senegal e Gâmbia, dominavam o interior do continente e usavam como tributários os habitantes locais. O Estado dos Jalofos respeitava a autoridade do Grão Jalofa, o chefe máximo da região que ocupava também uma posição privilegiada no comércio transaariano. No entanto, havia chefes militares autônomos (chamados de sebbe) que, a partir da chegada dos europeus, passaram a se revoltar contra o seu senhor.²⁶⁸

²⁶⁵ Ibid., *loc. cit.*

²⁶⁶ Região chamada de Wolof ou dos Jalofos, localizada entre o Senegal e o Gâmbia. Ibid., *loc. cit.*

²⁶⁷ CADAMOSTO, *op. cit.*, 1988, p. 148.

²⁶⁸ RIBEIRO, *op. cit.*, 2016, p. 34.

Figura 5

Localização dos Jalofos



Fonte: SILVA, Alberto da Costa. *A manilha e o libambo: A África e a escravidão, de 1500 a 1700*.

Brasil: Editora Nova Fronteira, 2011, p. 1057.

Segundo Costa e Silva, o Reino Jalofos era composto pelo próprio reino do Jalofos e por outras províncias ou reinos vassallos, como por exemplo, o Ualo, Caio, Baol e Sine.²⁶⁹ Estes pagavam tributo ao senhor Jalofos e prestavam-lhe homenagens. Para o autor, esses reinos, apesar de estarem sujeitos ao Reino Jalofos, possuíam muita liberdade.

Sabemos que, no topo da pirâmide social do reino, ficavam as famílias reais, seguidas pelas linhagens aristocratas. Depois vinham os homens livres, no qual

²⁶⁹ A população do reino Sine era predominantemente serere. SILVA, *op. cit.*, 2011, p. 159.

formavam o campesinato, acompanhados pelas castas profissionais, e por fim, os escravos.²⁷⁰

Os jalofos seguiam uma linhagem matrilinear, eram muçulmanos e comerciavam os cavalos nessa região. Animais esses, retirados de um reino próximo, o dos Fulos, e muito importante na arte da guerra. Possuir cavalos era sinal de riqueza, prestígio entre muitos povos costeiros. Além dos cavalos, o sal era de extrema importância para os jalofos.²⁷¹

A busca dos viajantes pelo ouro africano

Já estabelecido um negócio de escravos, os portugueses queriam focar em outros assuntos. A meta agora era chegar ao ouro africano. Ouro esse que era, até então, fornecido pelos povos negros e que não era retirado diretamente das terras. Com essas expectativas, as viagens passaram a focar novamente nas descobertas geográficas.

Sendo assim, o senhor infante mandou que as caravelas avançassem mais além. A intenção agora era desvendar as ilhas cabo-verdianas. Diogo Gomes caracterizou os povos encontrados pela região como “extremamente negros”.²⁷² Aqui, pela primeira vez aparece o nome de um chefe da terra, o Beseguiche. Segundo o português, ele era um “homem malvado e traiçoeiro”, não quis ouvir os cristãos, ateu flechas envenenadas e matou muita gente.²⁷³

Em contrapartida, Cadamosto segue seus relatos falando das regiões que pôde visitar e dos lugares que valeria a pena investir como, por exemplo, quando fala do

²⁷⁰ Ibid, p. 160.

²⁷¹ No final do século XVI, o Estado dos Jalofos não existia mais. RIBEIRO, *op. cit.*, 2016, pp. 35-36.

²⁷² SINTRA, *op. cit.*, 2002, p. 65.

²⁷³ Ibid., p. 67.

Reino de Budomel,²⁷⁴ “[...] porque a qualidade da terra é boa. Todo o país é campo apto a produzir, de boas pastagens, e com infinito número de árvores, e em algumas partes árvores bem bonitas e grandes, mas não de nós conhecidas”.²⁷⁵

Segundo Ribeiro, o Reino de Budomel estaria localizado na região sul de Cabo Verde, chamada de Caior, submetida ao Reino dos Jalofos. Era governada pelo chefe local Damel. O prefixo Buur seria uma palavra da língua wolof que significa senhor, resultando na palavra Budomel.²⁷⁶

Nessa região, permaneceram por vinte e oito dias a fim de estabelecer trocas comerciais vantajosas.²⁷⁷ Inicialmente, o jovem percebeu que o rei não era um homem rico como costumavam ser os reis europeus. Sua riqueza provinha de seus muitos súditos e que este alcançou tal posição pela quantidade de “cerimônias e de séquito de gente”.²⁷⁸ Além de ser muito temido pelos seus súditos visto que, por qualquer motivo, ordenava que sua mulher e seus filhos fossem vendidos como escravos.²⁷⁹ Todos moravam numa mesma aldeia, com as casas dispostas em círculo, cercadas por troncos grossos, com quintal. Já o rei vivia numa casa de paredes ou no palácio.²⁸⁰

Durante sua estadia no Reino de Budomel, Cadamosto pôde vivenciar e registrar o dia a dia do seu povo, seus métodos de colheita, sua vegetação, seus animais e sua maneira de se alimentar. Comeu e se deliciou com os feijões, “os mais grados e mais belos que há no mundo”.²⁸¹

Cadamosto objetivava descobrir novos lugares e por isso não queria permanecer em um local por muito tempo. Caminhava em busca de terras para conhecer coisas

²⁷⁴ O Reino de Budomel se encontra, segundo Cadamosto, logo após ultrapassar o rio Senegal. CADAMOSTO, *op. cit.*, 1988, pp. 124-135.

²⁷⁵ *Ibid.*, p.135.

²⁷⁶ RIBEIRO, *op. cit.*, 2016, p. 35.

²⁷⁷ CADAMOSTO, *op. cit.*, 1988, p. 124.

²⁷⁸ *Ibid.*, pp. 128-129.

²⁷⁹ *Ibid.*, p.131.

²⁸⁰ *Ibid.*, pp. 128-129.

²⁸¹ *Ibid.*, p. 133.

novas. Mas também não podemos esquecer que ele era um jovem ambicioso, que buscava, além de conhecimento, a fama e o poder. Em seu relato, é perceptível o interesse em encontrar ouro, ainda que de forma singela.

Ele não enfatiza o desejo, porém faz menção a ele: “Eu ia a estes mercados para ver coisas novas, e também para ver se lá ia alguém que tivesse ouro em quantidade para vender”.²⁸² Ou “Pelo que eu, movido pelo desejo de achar este ouro, e também por ver coisas diferentes, despachado de Budomel, recolhi à minha caravela”.²⁸³

Cadamosto também fala dos sentimentos de surpresa, admiração e, talvez, até de medo que os negros sentiam quando viam os navios portugueses. Segundo Horta, mostrar ao leitor o espanto dos africanos em relação aos navios e homens europeus era também uma “tática” comum nas narrativas de viagens, mesmo que estas fossem falsas. O objetivo era mostrar ao público leitor que estavam “desvirginando” novas humanidades e terras, exaltando um estereótipo de “europeu, grande navegador e descobridor de mares”.²⁸⁴

Os perigos africanos

Em relação ao temor dos navegadores era decorrente a vontade que tinham de voltar para suas casas, para estarem ao lado de suas famílias, mulheres e filhos. Não queriam se expor mais aos perigos do continente africano. Nos relatos dos viajantes, esses homens aparecem como “homens teimosos e obstinados”²⁸⁵ a voltarem para a Europa.

²⁸² Ibid., p. 141.

²⁸³ Ibid., p. 145.

²⁸⁴ HORTA, José da Silva. *A representação do africano na literatura de viagens – Do Senegal à Serra Leoa (1453-1508)*. 1990. Dissertação (Mestrado em História Moderna) – Faculdade de Letras de Lisboa, Portugal, 1990, p. 247.

²⁸⁵ CADAMOSTO, *op. cit.*, 1988, p. 155.

Sabemos que era muito comum a morte dos marinheiros, soldados, funcionários, aventureiros ou aqueles que cumpriam missões oficiais não só pela malária ou febre amarela. Muitos morriam em poucos meses no continente. Não só a literatura de viagem produzida século XV, mas até mesmo as escritas pelos viajantes do século XIX, estão repletas de exemplos de homens que morriam na África por conta das doenças que não estavam acostumados. Os poucos que conseguiam sobreviver adquiriam certa resistência a tais doenças tropicais. Acabavam se acostumando a nova terra e aos poucos criavam anticorpos para sua sobrevivência.²⁸⁶

Segundo o embaixador, os nascidos e criados no continente, principalmente, os moradores do arquipélago de Cabo Verde se tornavam imunes às doenças africanas. Isso explica o fato de que a maior parte das pessoas que circulavam entre os funcionários da Coroa com encargos no continente vinham de tais ilhas.²⁸⁷

O arquipélago de Cabo Verde nos relatos

Ao lado de António Uso de Mar, um viajante genovês,²⁸⁸ Cadamosto partiu em busca da chamada ilha de Cabo Verde,²⁸⁹ que, segundo cita em seu texto, tinha sido descoberta pelos portugueses “talvez um ano antes de eu ir”.²⁹⁰ Esse nome foi escolhido para a ilha por ser cheia de árvores verdes, que permaneciam durante todo o ano. Lá havia muitas aldeias e casas de palha próximas ao mar.²⁹¹

²⁸⁶ SILVA, Alberto da Costa. Os lançados. In: *A manilha e o libambo: A África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Brasil: Editora Nova Fronteira, 2011, pp. 229-230.

²⁸⁷ Ibid, p. 230.

²⁸⁸ Antoniotto Usodinare, segundo Costa e Silva, viajava na companhia do barco de Cadamosto. SILVA, *op. cit.*, 2011, pp. 156-157.

²⁸⁹ Segundo Luis de Albuquerque, Cadamosto esteve presente em algumas ilhas do grupo oriental do arquipélago de Cabo Verde. ALBUQUERQUE, Luis de. O descobrimento das Ilhas de Cabo Verde. In: ALBUQUERQUE, Luis de, SANTOS, Emília Madeira. (coord.) *História Geral de Cabo Verde I*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), 1991, p. 25.

²⁹⁰ CADAMOSTO, *op. cit.*, 1988, p. 145.

²⁹¹ Neste litoral havia negros do Senegal. Ibid., *loc. cit.*

O povo dessa região era dividido em dois: barbacins e sereros, que apesar de negros, não estavam subordinados ao rei de Senegal.²⁹² E Cadamosto complementa:

Estes não têm rei nem senhor algum próprio; mas honram mais um do que outro, segundo a qualidade e condição dos homens que, entre eles, há. Não querem consentir senhor nenhum entre eles, para que lhes não sejam tiradas as mulheres e os filhos, e vendidos por escravos, como fazem os reis e os senhores, em todos os lugares dos negros.²⁹³

Ribeiro acredita que, já no final do século XVI, os barbacins recebiam ordens vindas dos reinos de Budomel e do reino de Borçalo,²⁹⁴ norte e sul, respectivamente. Estes cultivavam milho, arroz e feijão.²⁹⁵

Nesse contexto, o viajante português Diogo Gomes também nos conta sobre sua tentativa de estabelecer boas relações com os povos do arquipélago de Cabo Verde. Segundo ele, foi enviada uma expedição direto de Portugal para as ilhas a fim de estabelecer os primeiros contatos. No entanto, a expectativa de encontrar homens propícios aos negócios foi frustrada, como afirmou o próprio viajante, ”avançaram para além até uma terra de homens malvados a que dão o nome de Sereres”,²⁹⁶ o mesmo povo citado na obra de Cadamosto.

²⁹² *Ibid.*, *loc. cit.*

²⁹³ *Ibid.*, p. 147.

²⁹⁴ Estes reinos são chamados pelo autor de Gudumel e Broçalo. RIBEIRO, *op. cit.*, 2016, p. 38.

²⁹⁵ *Ibid.*, *loc. cit.*

²⁹⁶ Povo que ocupa a costa senegalesa, de Bargny à embocadura de Bandiala. SINTRA, *op. cit.*, 2002, p. 67.

Mesmo com a boa intenção do português, os negros os atacaram e, conseqüentemente, não foi possível firmar contatos nem trocas de mercadorias, como era o desejo e o objetivo da viagem.

Continuando as viagens de desbravamento do território africano, Gomes e seus homens encontraram a terra dos barbacins, nome da terra e do povo que lá vivia e, também citado pelo veneziano em seu relato. Este, segundo ele, seria o mesmo nome do título dado ao rei da região: Bur-ba-sine.²⁹⁷

A recepção destes para com os cristãos também não foi como eles esperavam: foram atacados, muitos mortos e ainda destruíram a caravela, como foi assim descrito pelo português, o que entristeceu bastante D. Henrique: “ao ouvir contar as notícias desagradáveis da morte dos seus cristãos, o senhor Infante ficou muito triste”.²⁹⁸ Somente muito tempo depois é que Gomes conseguiu estabelecer um tratado de paz:

Eu, Diogo Gomes, muito tempo depois, tive uma âncora do rei dos negros que me fez presente dela. Fui eu também o primeiro cristão que firmei com eles um tratado de paz. Chama-se esse rei Nome Mansa (trata-se do rei Nomimansa ou Niumi Mansa – mansa quer dizer rei), o dono de muitas almadias.²⁹⁹

Segundo Costa e Silva, os barbacins não eram povos islamizados e com eles viviam muitos lançados portugueses, ou seja, homens que estavam na África por dever ou para cumprir seu papel como exilado, seja por crime a bordo ou algum ato rebelde durante as viagens, ou, e principalmente, para encontrar riquezas, por espírito de

²⁹⁷ Ibid., *loc. cit.*

²⁹⁸ Ibid., p. 69.

²⁹⁹ Almadias são barcas ou pequenos navios feitos de um só tronco, equivalente a pirogas (canoas que podem variar de tamanho e capacidade). Ibid., p. 67.

aventura; ou até mesmo, aqueles náufragos que conseguiam chegar às terras africanas.³⁰⁰

As últimas páginas das obras dos viajantes

Após descrever sobre as viagens iniciais dos descobrimentos, as ilhas encontradas, a reação do infante D. Henrique quanto às notícias do andamento das expedições enviadas, os primeiros contatos e intenções de comércio com os povos africanos, Diogo Gomes se propôs a fazer uma análise, mesmo que breve, sobre as sociedades africanas.

Segundo o historiador português, António Banha de Andrade, a partir da página 69 do relato, a narrativa muda completamente:

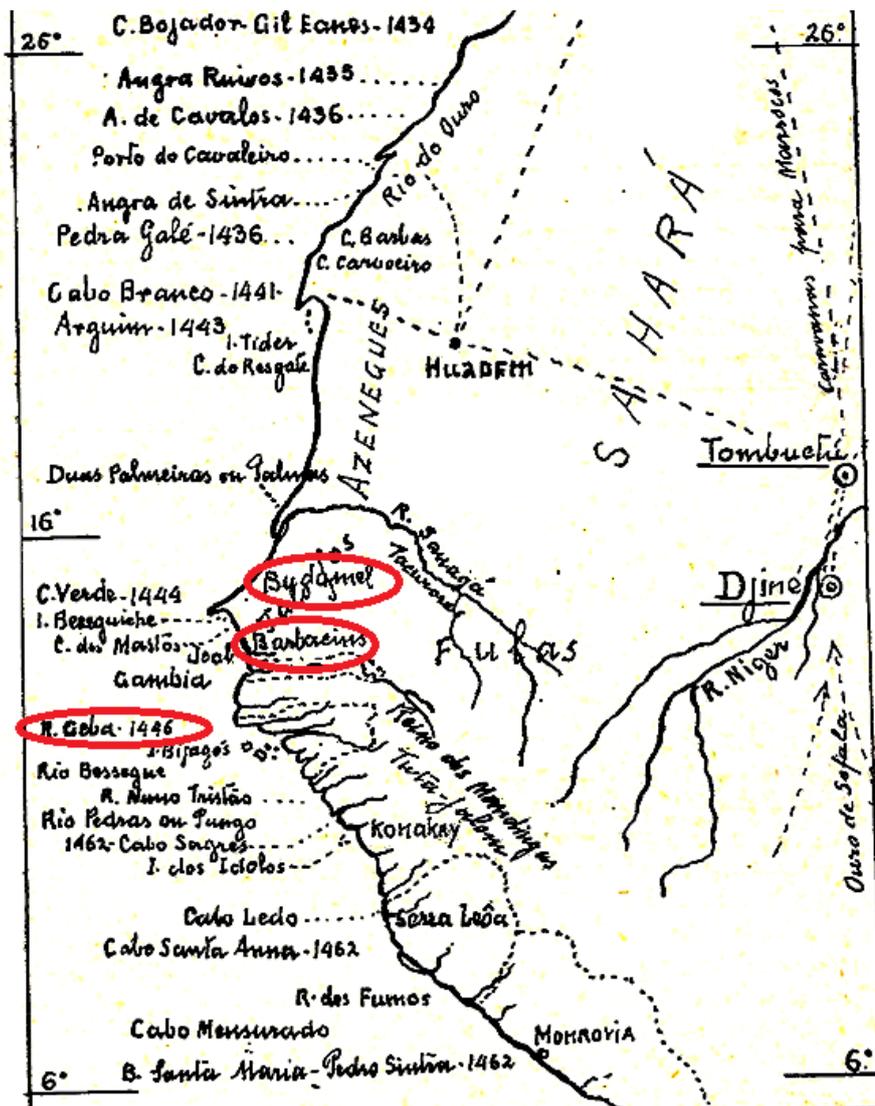
[...] não se trata de simples sumário de ações, mas de um relato homogêneo, com características próprias, como é a de terras vistas por ele [Diogo Gomes], depois do longo período de silêncio que não teve cronista (1448-1456). O estilo assume feições bem diferentes do apontamento sumário da seção anterior. Mais narrativo, mais vivo, mais pessoal, reveste-se de pormenores ricos de observação, no caso de longas viagens, denuncia a mesma prolixidade do narrador na parte final, em que recorda quando aconteceu sobre a descoberta e o povoamento das Canárias, Madeira e Açores.³⁰¹

³⁰⁰ SILVA, *op. cit.*, 2011, p. 229.

³⁰¹ ANDRADE, 1976, p. 94 *apud* SINTRA, *op. cit.*, 2002, p. 132.

Nas últimas páginas do relato de viagem narrado por Gomes, ele nos conta como foi a ultrapassagem do rio São Domingos, do rio Fancaso ou rio Grande³⁰² e as muitas correntes de mar que ele e seus homens presenciaram.

Figura 6
Localização do rio Grande ou rio Geba



Esboço de mapa da Costa da Guiné, com indicação dos principais pontos referidos neste capítulo. — As linhas tracejadas indicam os caminhos que seguiria o ouro da Guiné e de Sofala em direcção aos portos do Norte de África

Fonte: Barreto, João. História da Guiné, 1418-1918. Lisboa: Edição do autor, 1938.

³⁰² Segundo Costa e Silva, os portugueses chamaram por muito tempo de rio Grande, o rio Geba. SILVA, *op. cit.*, 2011, p. 153.

Relatou negociações comerciais feitas com os africanos encontrados nessa região que, segundo ele, os negros é que traziam para os seus navios as mercadorias a serem trocadas. Estes levavam objetos como tecidos de pana e algodão, dentes de elefantes, malagueta em grão, entre muitos outros. E diz que, “com isso tive muita satisfação”.³⁰³

O português se dispôs a descrever também algumas características de tais regiões, fala das enormes palmeiras encontradas ao longo do caminho, a surpresa ao ver alguns animais, ao encontrar tocas de crocodilos ou até mesmo em vê-los convivendo com as pessoas.

Finalizando sua viagem pelo continente, Gomes e seus homens conseguiram chegar à região do rio Gâmbia, “no outro dia, tomámos o caminho de Cabo Verde e vimos uma grande embocadura de um rio que tem três léguas de largura e entrámos nela. Pela grandeza, imediatamente conjecturámos que fosse o Rio Gâmbia, e assim era”.³⁰⁴

O rio Gâmbia estabelece um ponto estratégico para as sociedades da África Ocidental. Ele divide os grupos africanos do norte e os do sul. Estes possuem uma estrutura descentralizada, enquanto os do norte prezam suas sociedades estratificadas. Além disso, este rio possui uma enorme extensão navegável na região, promovendo a circulação de pessoas pelas correntes fluviais.³⁰⁵ Durante os meses em que o rio Gâmbia mantinha-se alagado, muitos povos não conseguiam atravessar suas águas e isso acabava prejudicando o comércio da região.³⁰⁶

³⁰³ SINTRA, *op. cit.*, 2002, p. 71.

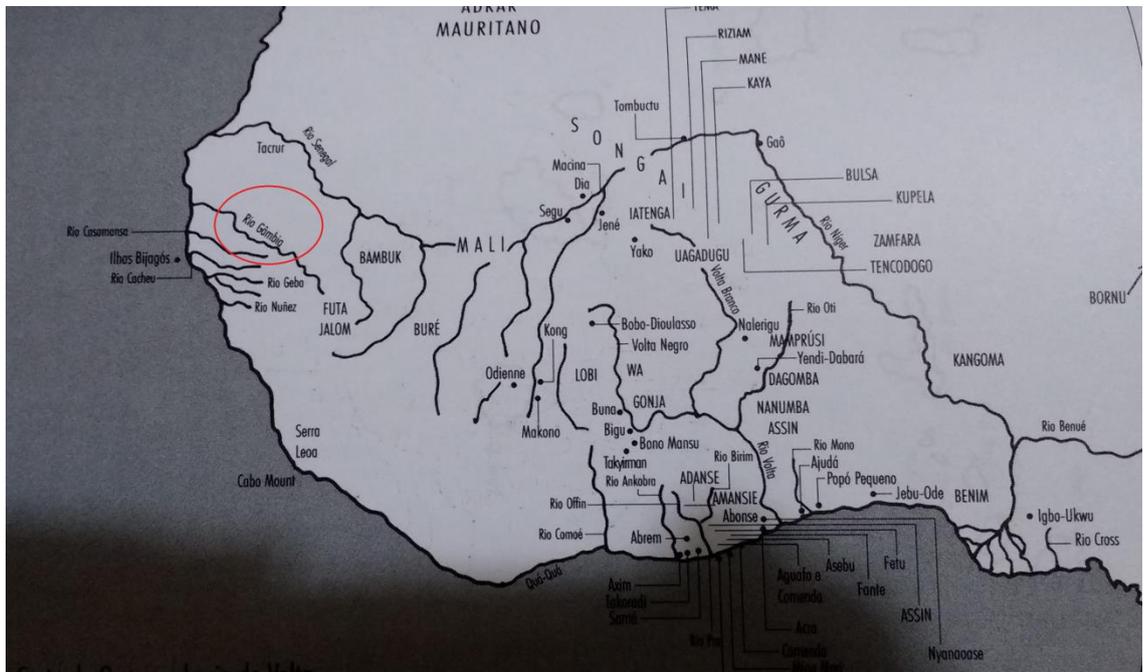
³⁰⁴ *Ibid.*, *loc. cit.*

³⁰⁵ RIBEIRO, *op. cit.*, 2016, p. 30.

³⁰⁶ *Ibid.*, *loc. cit.*

Figura 7

Localização do rio Gâmbia



Fonte: SILVA, Alberto da Costa. *A manilha e o libambo: A África e a escravidão, de 1500 a 1700*.

Brasil: Editora Nova Fronteira, 2011, p. 1059.

Na região do Gâmbia, Gomes e os navegadores ficaram ali próximo ao rio e, no dia seguinte, viram homens e almadias que, segundo ele, havia matado muitos cristãos numa tentativa de aproximação anterior. Porém, do outro lado do rio havia mais homens. Com eles, estabeleceram contatos e trocas comerciais: ouro em trocas de panos, manilhas e outras coisas. Seu senhor chamava-se Farisangul, grande príncipe dos negros.³⁰⁷

³⁰⁷ SINTRA., *op. cit.*, 2002, p. 152.

O viajante europeu, então, conseguiu fazer um acordo com um negro desta terra, o Bucker, que conhecia toda a terra dos negros: ele lhe mostraria os caminhos seguros a serem percorridos e, em troca, “lhe daria manto e camisas e tudo o necessário”.³⁰⁸

Sem a mesma sorte, o viajante Cadamosto também descreve como foram os primeiros contatos com o povo do Gambia. Para ele, suas fisionomias demonstravam que estavam maravilhados com os navios portugueses e com a cor da pele de seus homens.

Todavia, isso não impossibilitou que esses homens os atacassem e, conseqüentemente, não foi possível estabelecer contatos nem trocas de mercadorias, como era o desejo e o objetivo da viagem.³⁰⁹ Cadamosto classificou-os como homens “rudes e selvagens”.³¹⁰ Sem alternativas, ele e seus homens terminaram sua viagem ali com a intenção de retornar e ainda conseguir firmar acordos comerciais.

Esses ataques eram corriqueiros durante a fase inicial. O embaixador Costa e Silva faz menção a essas situações perigosas, contando-nos a situação enfrentada por Nuno Tristão e os homens que o acompanhavam sobre a sua chegada no rio Gâmbia, em 1446,

O ataque que se verificou nos dois primeiros lugares, os responsáveis pelas flechas envenenadas que mataram Nuno Tristão e seus companheiros poderiam ter sido os mandingas do *niumimansa* – como aliás, afirmou Diogo Gomes, ao narrar suas recordações de navegador a Martin Behaim (ou Martinho de Boêmia) [...].³¹¹

³⁰⁸ Ibid., p. 73.

³⁰⁹ CADAMOSTO, *op. cit.*, 1988, pp. 152-154.

³¹⁰ Ibid., p. 157.

³¹¹ SILVA, *op. cit.*, 2011, p. 152.

Após o sucesso em estabelecer contato e negociações comerciais promissoras no rio Gâmbia, Gomes partiu junto aos seus homens para a região de Cantor, “Eu subi o rio quanto pude e descobri Cantor, que é uma grande povoação próxima do rio (não dava mais para subir)”.³¹² Nessa região, o português não conseguiu fazer nenhum tipo de comércio.

No entanto, os povos vizinhos se dirigiam à embarcação a fim de negociar suas mercadorias com os europeus. Moradores do Sul fronteiros a serra de Gelei e gentes de Quioquum,³¹³ do Norte de Tombuctu iam até os barcos portugueses em busca dos produtos dos brancos.³¹⁴

A cidade de Tombuctu, localizada na região do Mali, tinha um importante porto para o comércio transaariano, principalmente, de sal. Junto a ela desde o século XIII, havia a cidade de Jené, um grande centro produtor e armazenador de produtos agropecuários e entreposto de troca com a savana, o cerrado e a floresta. Esta, após o declínio de Gana, tornou-se “a metrópole do ouro”. Nos mercados de Tombuctu via-se pessoas de diferentes lugares – iraquianos, egípcios, malinqués, mulatos – já em Jené, as pessoas que circulavam eram quase todas negras – diulas e uângaras – que por sua vez, controlavam todas as trocas.³¹⁵

Continuando o relato de sua viagem, Gomes e seus homens ficaram sabendo da existência de ouro abundante das minas do Monte Gelu, no Sudão e, também, em Serra Leoa. “São estas as coisas que me relatavam os negros que comigo foram a Cantor. Interroguei-os sobre o caminho para ir às terras onde há ouro e quem eram os senhores daquela região”.³¹⁶ Segundo Costa e Silva, na região de Serra Leoa havia pouco ouro,

³¹² Cantor é uma região extrema em que os navios não podem subir. SINTRA, *op. cit.*, 2002, p. 73.

³¹³ Kukia, capital do Império Songai, o mais poderoso na época, localizado no interior do oeste africano. SILVA, *op. cit.*, 2011, p. 153.

³¹⁴ SINTRA, *op. cit.*, 2002, p. 73.

³¹⁵ SILVA, *op. cit.*, 2011, p. 233.

³¹⁶ SINTRA, *op. cit.* 2002, p. 75.

porém, o que tinha era de “finíssima qualidade”. Além do mais, sempre havia a possibilidade de obter o metal no rio Gâmbia.³¹⁷

Conseguiram também obter informações sobre diversos rios que faziam ligações entre os montes, tanto para o Ocidente quanto para o Oriente. E ainda que, havia um grande mar, com almadias enormes. Lá os povos estavam sempre em guerra. Já os que ficavam do lado do Oriente eram homens brancos e, segundo o viajante, mais civilizados.³¹⁸

Por outro lado, em 1456, Cadamosto iniciou sua segunda viagem na companhia do genovês António Uso de Mar, antes mencionado, e do infante D. Henrique. Durante o trajeto com destino a Gâmbra, eles passaram por vários arquipélagos, sendo alguns deles ainda desconhecidos pelos portugueses.

Ao chegar a Gâmbra, nesta segunda tentativa, eles conseguiram estabelecer contatos, mostrando suas mercadorias de longe para que os africanos pudessem ver quais eram suas reais intenções (que não era atacá-los). Estes, por sua vez, enviaram um homem ao seu navio para que estabelecesse contato com o turgimão.³¹⁹

Dessa forma, os portugueses tiveram a oportunidade de conhecer o senhor de Gâmbra, no qual ele chama de Farosangoli, o mesmo chamado por Gomes de Farisangu. Segundo Cadamosto, este era subordinado ao imperador de Mali – o grande imperador dos negros. A partir daí, puderam conhecer outros reis através da ajuda do seu turgimão, que conseguia estabelecer contatos com outros povos.

Muitos povos africanos de regiões próximas estavam subordinados ao imperador do Mali e, por isso, agiam sob suas ordens. Em certos momentos, o mansa do Mali apoiava esses povos militarmente.

³¹⁷ SILVA, *op. cit.*, 2011, p. 233.

³¹⁸ SINTRA, *op. cit.* 2002, p. 75.

³¹⁹ CADAMOSTO, *op. cit.*, 1988, p. 161.

Com uma descrição mais detalhada sobre essa região e seus habitantes, o veneziano nos conta que ele e seus homens tiveram a oportunidade de conhecer um outro senhor desse território, o Batimansa. Nos mostra, por exemplo, como esse rei africano enviava homens aos navios com a intenção de realizar trocas ou como os negros chegavam aos navios para vender coisas como lonas, fiados e panos de algodão, tanto lisos como misturados, gatos meimões e babuínos, algália, peles dos gatos, e frutos. Tudo por “qualquer ninharia”.³²⁰

Nesse sentido, podemos utilizar como exemplo, o reino de Gabu, fundado no final do século XIII. Seu povo respondia a um senhor, e este, ao mesmo tempo, devia satisfações ao senhor do Mali. O povo de Gabu era tributário ao senhor de Mali. Ou seja, os reis, na verdade, são chefes locais, encarregados da justiça e pela arrecadação de impostos a serem passadas ao Farim.³²¹

Cadamosto termina suas descrições chamando esses povos do rio Gambia de idólatras, apesar de estarem convertidos a seita de Maomé. Assim, ele se refere: “dando fé aos encantamentos e outras coisas diabólicas que sabem fazer; mas todos têm a ideia de Deus”.³²² No entanto, a expedição partiu de Gambia sem demorar muito, pois os marinheiros começaram a ficar doentes, sendo necessário retornar a Europa.

A imagem dos africanos construída em séculos posteriores

Uma das formas que encontramos de analisar a imagem dos africanos nos relatos de viagens do presente estudo foi tentando localizar noções raciais em seus textos. Como pudemos perceber ao longo deste trabalho, a palavra “raça” não foi mencionada

³²⁰ Ibid., p. 163.

³²¹ Farim é a designação para governador mandinga “vassalo” do Mali. RIBEIRO, *op. cit.*, 2016, p. 41.

³²² CADAMOSTO, *op. cit.*, 1988, p.165.

em nenhuma das duas obras. Isso porque, como sabemos a discussão de raça e das imagens produzidas sobre as populações não europeias só ocorreram no final do século XVIII,³²³ ou seja, num período muito posterior aos relatos produzidos pelos dois viajantes.

Sabemos também que conceito de raça foi construído e que, até meados do século XVIII, a palavra raça esteve inteiramente ligada ao caráter religioso. A partir daí, a ideia de raça como forma de categorizar as diferentes espécies humanas foi ganhando força e se consolidou, junto à formação dos Estados Nacionais e ao nacionalismo. Ou seja, ao longo do século XIX, com a colonização dos países não-europeus e o advento do capitalismo e suas novas relações, o conceito de raça passou a ter um caráter biológico, incidindo a noção da inferioridade e, conseqüentemente, a superioridade racial de uma sobre as outras.

Os indivíduos de um determinado grupo que possuíam características fenotípicas ou genotípicas em comum correspondiam a uma determinada raça. Logo, esta passava a ser a identidade deste grupo.³²⁴ Além disso, devemos saber que raça não é um conceito que se materializa. É diferente, por exemplo, do conceito de classe, onde a realidade social entre trabalhadores e dominantes a constitui. É um termo eminente, ou seja, ele

³²³ SELA, Eneida Maria Mercadante. Cores e formas da inferiorização. IN: *Modos de ser, modos de ver. Viajantes europeus e escravos africanos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2008.

³²⁴ Atualmente, a palavra raça ainda continua muito presente. No entanto, quando não utilizada de forma pejorativa a fim de inferiorizar os indivíduos pertencentes a ela, é também utilizado pelos movimentos sociais, em especial, o movimento social negro que a emprega sob um viés estritamente político. Desde a fundação do Movimento Negro Unificado, no final da década de 1970, o chamado movimento negro contemporâneo se organizou politicamente e discursivamente como um novo movimento que associava raça e classe, além de denunciar o elogio da mestiçagem no Brasil como essencialmente racista. PEREIRA, Amílcar Araújo. *O Mundo Negro. Relações Raciais e a Constituição do Movimento Negro Contemporâneo no Brasil*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013, p. 9.

por si só se sobressai e diz a que veio. Ao mesmo tempo em que, ele é generalizante, ele é polissêmico, ou seja, a palavra raça já traz em seu significado diferentes sentidos.³²⁵

Aqui no Brasil, por exemplo, o termo raça esteve diretamente vinculado à construção da identidade nacional. A fim de justificar a realidade social brasileira, tendo em vista que grande parte da população era negra ou mestiça, a palavra foi muito utilizada pelos intelectuais em seus estudos científicos.³²⁶ E assim, foi sendo disseminada e perpetuada pelo imaginário social, além de se tornar uma nova forma de conhecimento.

Nesse contexto, o debate racialista ocupou os principais debates da época, levando o Estado a adotar medidas imigratórias para dar início à formação de uma população brasileira mais próxima dos padrões europeus, ou seja, mais branca e civilizada,³²⁷ além de construir um Estado mais saudável, forte e homogêneo.³²⁸

É importante mencionar que, a diferença da cor da pele passou a ganhar maior destaque entre os cientistas europeus antes mesmo do conceito de raça ser consolidado.³²⁹ Segundo Mary Louise Pratt, o conceito de raça surgiu a partir das expedições científicas ocorridas no século XVIII e do sistema natural criado pelo

³²⁵ Segundo o historiador alemão Reinhart Koselleck, são essas características que definem a palavra em conceito, além do que, não podemos deixar de lado toda a carga semântica que dá voz a ela. KOSELLECK, Reinhart. História dos conceitos e história social. IN: *Futuro passado* – contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2008.

³²⁶ Para alguns autores, o racismo existente hoje no Brasil está, justamente, vinculado à questão do nacionalismo, pois a partir do momento em que houve a necessidade de se construir um discurso nacionalista, o Estado foi forçado a reconhecer somente os chamados nacionais. SEYFERTH, Giralda. Construindo a Nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura. (Orgs). *Raça, ciência e sociedade*. 01º edição. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996, p. 43.

³²⁷ Com base na teoria do branqueamento, o imigrante europeu era ingrediente fundamental para a construção do povo e da raça brasileira. RAMOS, Jair de Souza. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20. In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura. (Orgs). *Raça, ciência e sociedade*. 01º edição. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996, p. 59.

³²⁸ Segundo o filósofo, Francisco Soares Franco, o Brasil era composto por três raças: branca, negra e indígena. Para ele, construir um Estado forte e saudável era necessário transformá-lo em um Estado homogêneo. HOFBAUER, Andreas. Brasil: as infundáveis reformulações do “Ideal Branco”. In: *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: FAPESP, 2006, p. 183.

³²⁹ PEREIRA, *op. cit.*, 2013, p. 58.

naturalista Carl Linné (1707-1778), mais conhecido como Lineu, ambos ainda bem distantes do período estudado.³³⁰

Com seu método classificatório que, tinha como prioridades os critérios de diferenças e não mais de semelhanças, o sistema teve muita importância na Europa, chegando a influenciar diretamente na maneira de como as pessoas se viam. A partir dele, as diferenças entre os seres humanos foram percebidas e estes classificados em diferentes raças.³³¹ Logo, pode se verificar uma mudança na mentalidade da população da Europa frente às outras populações.

De acordo com Pratt, a mudança epistemológica que ocorreu quando os povos europeus e os não-europeus estabeleceram seus primeiros contatos, aconteceu nas chamadas “zonas de contatos”. Segundo ela, as várias culturas que existiam se encontraram e se chocaram em diferentes situações. E é, justamente, nessas zonas diferentes de contatos que os conhecimentos sobre o outro, aquele não europeu, foi produzido. Durante este processo, o outro, o “extra-europeu”, não teve nenhuma participação da concepção que estava sendo criada sobre ele.

Essa prática discursiva, bastante utilizada pelas grandes potências europeias no século XIX, na qual a autora chama de anticonquista, serve muito bem para ilustrar o tipo de imagem da África e de seus habitantes que se perpetuou na Europa, justamente por trazer um discurso inverso da realidade: ao mesmo tempo em que havia a hegemonia europeia, estes se faziam e se mostravam inocentes ou bondosos. A ideia de estarem fazendo um grande favor aos povos africanos.³³²

³³⁰ Lineu adotou em seu Sistema da Natureza, o homem como objeto de estudo. PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império*. Relatos de viagens e transculturação. São Paulo: EDUC, 1999, p. 42.

³³¹ Dando continuidade aos trabalhos de Lineu, George Cuvier defendia a ideia de raça como um composto de heranças físicas que determinavam um grupo biológico. PEREIRA, *op. cit.*, 2013, p. 59.

³³² PRATT, *op. cit.*, 1999, pp. 77-125.

Logo, o africano retratado nos relatos dos viajantes do século XIX, vistos pelos cientistas, não apareciam nas paisagens descritas pelos europeus, eram populações sem cultura, sem organização e sem subjetividades. Os textos serviam somente para descrever as regiões que poderiam ser ocupadas, habitadas e aproveitadas pelos europeus, ajudando a perpetuar a imagem do africano no resto do mundo como uma raça subalterna.³³³

Já nos relatos produzidos pelos viajantes do século XV, encontramos um discurso mais etnográfico, mais detalhado sobre as formas de contato o qual poderiam ser estabelecidos com os povos ainda “desconhecidos”. Como vimos ao longo deste trabalho, as obras dos homens comuns enviados ao continente africano serviam não apenas para falar das regiões e de suas paisagens, mas e, principalmente, para descrever os povos encontrados e suas formas de se comportar frente às relações comerciais.

Em contrapartida, é importante destacar também que, durante o século XIX na Europa, ainda havia um discurso que prezava a igualdade entre os homens. O desconhecido era estranho e diverso em sua natureza, o selvagem passava a ser visto como o homem em seu estado primitivo. Segundo alguns adeptos das teorias evolucionistas, como por exemplo, Turgot, estes tinham grandes chances de evoluir e chegar ao estado do homem civilizado.³³⁴

Nesse contexto, podemos perceber que as teorias humanistas ganharam força ao longo do século XIX, defendendo a ideia de que os homens podiam sempre se superar. Como exemplo, podemos citar o filósofo Jean Jacques Rousseau, com seu discurso positivista que, criticava a sociedade vigente defendendo o conceito do bom selvagem.

³³³ Ibid, *loc. cit.*

³³⁴ Essas teorias evolucionistas defendiam a ideia de que a humanidade passaria pelos mesmos estágios evolutivos. Estes acreditavam que o conceito de desigualdade poderia ser reparado, ou seja, toda e qualquer sociedade poderia chegar à civilização. Em contrapartida, havia também o darwinismo social que, defendia a evolução da raça humana, porém, apenas para as raças puras.

Para ele, o homem selvagem do Novo Mundo estava no seu estado natural, inocente e não corrompido pela sociedade ocidental, civilizada.³³⁵

No entanto, as ideias contrárias à Revolução Francesa e o seu forte ideal de igualdade, já tinham ganhado espaço e credibilidade entre os intelectuais europeus. Inclusive, foi nesse período que surgiram as primeiras teses sobre as diferenças humanas e muitas delas excluía os não-europeus da civilização. Todas as sociedades que estavam fora dos padrões da sociedade europeia não eram consideradas civilizadas e, critérios como a industrialização, moralidade, sexualidade e leis passaram a ser fundamentais para a diferenciação.

Para o naturalista francês Buffon, a diferença entre europeus e africanos se dava, principalmente, pela infantilidade do continente africano. Segundo ele, os povos desconhecidos não eram inferiores somente pela debilidade física ou da terra, mas sim pela degeneração patológica que os compunham. Além disso, é a partir do início do século XIX que estudos sobre as diferenças humanas baseadas nas aptidões intelectuais, na genética do indivíduo e nas inclinações morais passam a ser levados em consideração.

Não obstante, havia ainda aqueles que acreditavam numa humanidade una, ou seja, somos todos descendentes de Adão e de acordo com a virtualidade de cada indivíduo, montamos uma hierarquia na vida em sociedade, os chamados monogenistas; e os poligenistas que, discordando da Igreja e ao lado das teorias científicas, somos todos diferentes, pois não viemos de um único lugar. Para eles, a partir da medição dos cérebros humanos era possível comprovar a inter-relação entre a inferioridade física e mental dos indivíduos.

³³⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Uma história de “diferenças e desigualdades”. As doutrinas raciais no século XIX. IN: *O espetáculo das raças. Cientistas, Instituições e Questão racial no Brasil. 1870-1930.* São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Sendo assim, podemos perceber que durante o século XIX, muito se discutiu sobre a raça. O objetivo era classificar, ordenar e organizar as diferentes raças humanas. Ao longo de todo o século, as teorias racialistas surgiram e ganharam espaços nos debates. Isso fez com que as diferenças entre as raças humanas se naturalizassem, estabelecendo-se assim, correlações entre as características físicas e morais dos indivíduos. Ou seja, elas serviam para explicar as diferenças e justificar a hierarquia entre as raças humanas.

Sendo assim, o que podemos concluir foi que, ao analisarmos as obras do mercador Luis de Cadamosto e do diplomata Diogo Gomes de Sintra, além de todo o processo de construção do conceito de raça perpetuado séculos depois, podemos dizer que seria um tanto arriscado afirmar que os viajantes do século XV teriam tido a intenção de comparar as sociedades europeias e africanas sob um viés racista.³³⁶

Claro que, como qualquer literatura de viagens produzida nesse período, os termos comparativos de cunho eurocêntrico estão presentes, como nós mesmos vimos. No entanto, como pudemos perceber ao longo da análise dos relatos, eles não trazem esse caráter racista.³³⁷

Considerações finais

A utilização dos relatos do mercador veneziano Luis de Cadamosto e o do diplomata português Diogo Gomes de Sintra, assim como as demais literaturas de viagens produzidas no período, além de reconhecidas, merecem ser valorizadas como fontes essenciais para historiografia. Obras como as de Gomes de Eanes de Zurara,

³³⁶ Segundo Appiah, racismo é a prática que hierarquiza as raças humanas. APPIAH, Kwame Anthony. Na casa de meu pai. A África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: CONTRAPONTO, 1997, p.33.

³³⁷ CADAMOSTO, *op. cit.*, 1988, p. 109.

André Donelha, Frei João Álvares, entre muitas outras, merecem ser lidas e utilizadas como fontes históricas. Todas elas, quando analisadas junto ao contexto histórico, nos trazem informações importantes sobre os primeiros contatos dos europeus com os africanos no século XV.

Além disso, é importante destacar que, os relatos de Cadamosto são conhecidos por propor uma nova visão quanto aos papéis dos negros, representados, até então, como seres passivos e primitivos. Ele desconstrói a versão que impõe a vontade do homem branco sobre a dos negros. O africano aparece em seus relatos como sujeito atuante no processo da expansão portuguesa no continente.

Já os relatos de Gomes, apesar de propor uma visão menos detalhista de todo o processo de relação entre europeus e africanos, nos fornecem elementos fundamentais para entendermos o processo das relações comerciais que foram se estabelecendo na África.

O discurso de ambos os viajantes tem um caráter mais antropológico, no qual Horta define aquele que tem o homem como objeto, alvo da descrição e da avaliação dos próprios autores, diferenciando-se do discurso descritivo geográfico. Este, por sua vez, se preocupa em narrar o ambiente no qual a descrição dos indivíduos é irrelevante. A descrição dos seus povos e de seus costumes não são prioridades do autor.³³⁸

É importante que se perceba que as informações que se encontram presente nas obras escolhidas para o presente estudo, fornecem riquíssimos elementos para trabalhos sobre as negociações comerciais estabelecidas entre a Europa e a África no início da expansão marítima portuguesa. Além do mais, os relatos mostram como os africanos se portavam diante dos homens que chegavam as suas terras, ressaltando a ativa participação do poderio local.

³³⁸ RIBEIRO, *op. cit.*, 2016, p. 4.

Conclusão

O presente estudo tratou de duas obras importantes sobre a África e seus povos, além das viagens de expansão marítima e comercial portuguesa iniciada no século XV. Vimos que os viajantes Luis de Cadamosto e Diogo Gomes de Sintra estiveram em algumas regiões do continente africano em períodos muito próximos; o veneziano esteve em terras africanas pela primeira vez em 1455 e pela segunda vez em 1456; e o português, em 1456 e em 1460. Ambos são contemporâneos não só nas suas viagens, mas também em relação à produção de suas obras.

Refazendo o trajeto minucioso do mercador veneziano, em sua viagem inicial podemos citar a ilha de Porto Santo, ilha da Madeira, região do Saara, ilha de Arguim, regiões próximas ao cabo Branco, ao rio Senegal, ao rio Grande, em algumas ilhas do arquipélago de Cabo Verde e rio Gâmbia; já na sua segunda viagem, o mercador visitou o rio Gâmbia novamente, a ilha de Boa Vista, a ilha de Santiago, região de Duas Palmas e a ilha de Santo André. Estas últimas foram citadas rapidamente pelo mesmo.

Já o diplomata, enviado pela Coroa portuguesa, visitou as ilhas Canárias, o cabo Não, a Terra Alta, a região da Guiné, ilha de Arguim, ilha de Tider, as terras próximas ao rio Senegal, o arquipélago cabo-verdiano, regiões próximas ao rio São Domingos, rio Fancaso ou rio Grande, Gâmbia e, por último, Cantor.

Ou seja, além de estarem em regiões muito próximas, os dois viajantes europeus fizeram contato com os mesmos povos, como foi o caso dos sereres e dos barbacins. Além disso, como vimos ambas as obras foram escritas ou narradas, como acreditam alguns autores, posteriormente às viagens, implicando na exatidão de suas memórias.

No primeiro capítulo, apresentamos a situação na qual se encontrava Portugal quando iniciou o processo de expansão ultramarina portuguesa. Além do mais,

mostramos como a nação lusófona se tornou a primeira a partir rumo às terras africanas e o porquê de sua insistência nas mesmas. As características e os objetivos das viagens iniciais ao continente africano também foram demonstradas neste trabalho, além de caracterizarmos brevemente a região do arquipélago de Cabo Verde.

No segundo capítulo, procuramos discutir o que seria a literatura de viagem produzida no século XV, produzida principalmente por homens comuns e, que tipo de leitor se configurou na Europa a partir desse período. Mostramos como essas obras foram se consolidando entre os europeus e que imagem do negro africano já estava se perpetuando pelo continente europeu. Discutimos o controle por parte da Coroa portuguesa frente a esses relatos e o que interessava o público naquela época.

Nesse contexto, apresentamos as duas obras escolhidas para o presente estudo: *Viagens de Luis de Cadamosto e de Pedro de Sintra e Descobrimento primeiro da Guiné*. Através dos relatos, pudemos analisar os primeiros contatos estabelecidos entre os diferentes povos da África e os europeus durante a fase inicial do processo de expansão marítima portuguesa, como, por exemplo, as primeiras negociações comerciais estabelecidas no continente africano, onde negros africanos aparecem como sujeitos ativos nas relações comerciais, nas trocas, no comércio de escravos e de mercadorias.

A partir deles vimos que, é possível caracterizar, detalhadamente, a vida, os costumes, o comércio, as relações sociais, econômicas e políticas entre os diversos povos africanos, a expansão dos portugueses ao longo do continente, além de estudos sobre a fauna, flora, geografia e etnografia africanas. Por isso, a literatura de viagem produzida no século XV, deve ser reconhecida como fonte para a nova historiografia sobre a África, além de conter informações altamente relevantes sobre a fase inicial do processo de expansão ultramarina portuguesa ao continente.

No terceiro capítulo, analisamos as falas, o debate historiográfico e as regiões visitadas por Cadamosto e Gomes em suas viagens à África. Além dessa breve análise, discutimos o conceito racial, construído na segunda metade do século XVIII e que, não se fez presente nas obras dos viajantes do século XV. Vimos também qual era o papel dos africanos feitos “cristãos”, os chamados turgimãos,

A conclusão que chegamos com o presente trabalho foi que os africanos ocuparam um papel de destaque frente às primeiras negociações comerciais com os europeus. Esses homens e mulheres não agiram de modo passivo em nenhum momento, mesmo diante da violência com que chegavam os tripulantes dos navios portugueses.

Além do mais, percebemos que as vozes desses africanos eram ouvidas, por exemplo, quando caracterizamos os turgimãos. De indivíduos sequestrados ou comprados, a palavra dessas pessoas foi valorizada, tendo em vista que, era ouvida, levada em conta. Logo, percebemos que, mesmo sem querer, houve uma valorização do nativo africano, do outro.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Luis de. Navegações além do Cabo Bojador no tempo do infante d. Henrique: o seu objetivo. In: ALBUQUERQUE, Luis de. (dir.). *Portugal no Mundo*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

_____. ALBUQUERQUE, Luis de. O descobrimento das Ilhas de Cabo Verde. In: ALBUQUERQUE, Luis de, SANTOS, Emília Madeira. (coord.) *História Geral de Cabo Verde I*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), 1991.

BARBOSA, Katiúscia Quirino. *A imagem do cavaleiro ideal em Avis à época de D. Duarte e D. Afonso V (1433-1481)*. 2010. 160 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – UFF, Niterói, 2010.

BASTOS, Maria Malvina Gomes e Souza. *As grandes navegações portuguesas e a conquista das águas profundas pelo Brasil*. ECEN, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: < [HTTP://ecen.com/eee87/eee87p/navegacoes.htm](http://ecen.com/eee87/eee87p/navegacoes.htm) > Acesso em: 23 jun. 2014.

CADAMOSTO, Luis de. *Viagens de Luis Cadamosto e de Pedro de Sintra*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1988.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza. “A imagem do negro no relato de viagem de Alvise Cadamosto (1455-1456)”. Politeia: História e Sociedade. UESB: Vitória da Conquista, 2002. Disponível em: < <http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/view/157> > Acesso em: 20 maio 2012.

_____. “Evidências de História nos relatos de viajantes sobre a África pré-colonial”. Rio Grande do Sul: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, 2008.

DESTRO, Letícia Cristina Fonseca Destro. *Diferentes olhares sobre a África Negra: uma análise etnográfica de relatos de viajantes*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional (MINC), 2008.

DIAS, Amanda Pereira. *As relações entre Cristãos e Muçulmanos na Península Ibérica: Perspectivas e práticas da Igreja Ibérica a partir da análise da Crônica Profética do Pseudo-Ezequiel (Século IX)*. 2010. 143 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: GLOBAL, 2006.

GUIMARÃES, Cecília Silva. *Produtora de Açúcar e Armazém de Escravos: Mercados e Política na ilha de São Tomé*. 2010. 134 f. Dissertação (Mestrado em História das Instituições) – UNIRIO, Rio de Janeiro, 2010.

HAMBATÉ BÂ, Amadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph. (Editor). *História Geral da África I: Metodologia e pré-história da África*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.

HORTA, José da Silva. *A representação do africano na literatura de viagens – Do Senegal à Serra Leoa (1453-1508)*. 1990. Dissertação (Mestrado em História Moderna) – Faculdade de Letras de Lisboa, Portugal, 1990.

OLIVEIRA, Aurélio de. “Diogo Gomes: Trato e diplomacia ao serviço da Expansão”. Porto: Revista da Faculdade de Letras HISTÓRIA, 2002.

M’ BOKOLO, Elikia. Nascimento e expansão do tráfico europeu. In: *A África Negra: História e Civilizações até ao Século XVIII*. Bahia: Editora EDUFBA, 2009, p. 259.

MICHELAN, Kátia Brasilino. *Ceuta, para além da terra dos mouros: A fabricação histórica de um marco do império português (século XV e início do XVI)*. 2013. 232 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2013.

MOTA, Thiago Henrique. *A outra cor de Mafamede. Aspectos do islamismo da Guiné em três narrativas luso-africanas (1594-1625)*. 2014. 281 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – UFF, Rio de Janeiro, 2014.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/1941>> Acesso em: 15 jan. 2012

RIBEIRO, Francisco Aimara Carvalho. *No rastro do viajante: Cabo Verde e a Senegâmbia no Tratado Breve, de André Álvares de Almada (1550-1625)*. 2016. 180 f. Dissertação (Doutorado em História Social) – UFF, Rio de Janeiro, 2016.

SANTOS, Beatriz Carvalho dos. *Entre Mouros e Cristãos: Os Mandingas da “Guiné de Cabo Verde” (séc. XVI e XVII)*. 2013. 105 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Rio de Janeiro, 2013.

_____. “História da África e Literatura: os relatos de viajantes e sua utilização como fonte histórica”. Anais do 3º Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história? Ouro Preto: Edufop, 2009, p. 5.

SANTOS, Maria Emília Madeira dos Santos. *Os africanos e o mar: conhecimento e práticas à época da chegada dos portugueses*. São Paulo: Revista do Centro de Estudos Africanos n° 20/21 – USP, 1997/1998.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Cronistas do Século XV posteriores a Fernão Lopes*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1989.

SILVA, Alberto da Costa. A Costa do ouro. In: *A manilha e o libambo: A África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Brasil: Editora Nova Fronteira, 2011.

_____. As caravelas na Senegâmbia. In: *A manilha e o libambo: A África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Brasil: Editora Nova Fronteira, 2011.

_____. O escravo negro na Idade Média europeia. In: *A manilha e o libambo: A África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Brasil: Editora Nova Fronteira, 2011.

_____. Os lançados. In: *A manilha e o libambo: A África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Brasil: Editora Nova Fronteira, 2011.

SINTRA, Diogo Gomes de. *Descobrimento primeiro da Guiné*. (Obras clássicas da literatura portuguesa; 160). Edições Colibri. Literatura Medieval. Edição crítica de Aires A. Nascimento. Introdução histórica de Henrique Pinto Rema. Lisboa, Junho de 2002.

SOARES, Mariza de Carvalho. A “Ethiopia de Guiné”. In: *Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOUZA, Camila Fernanda de. *O Esmeraldo de Situ Orbis: uma abordagem sobre a literatura de descobrimentos e a produção manuscrita e impressa em Portugal no século XVI*. São Paulo: Revista Litteris, 2011.

THOMAZ, Luís. Expansão portuguesa e expansão europeia – reflexões em torno da génese dos descobrimentos. In: *De Ceuta a Timor*. Lisboa: DIFE, 1994.

THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico (1400-1800)*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

XISTO, Brenda. Política de Sigilo nas Navegações. IN: *Navegações Portuguesas* / Instituto Camões. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/navegaort/e14.html>>
Acesso: 25 maio 2014.